

FERNANDO CÉSAR PIRES BATISTON

**PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS MONUMENTOS URBANOS EM CAMPO
GRANDE, MATO GROSSO DO SUL, AO LONGO DO TEMPO**



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL -
MESTRADO / DOUTORADO**

CAMPO GRANDE - MS

2025

FERNANDO CÉSAR PIRES BATISTON

**PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS MONUMENTOS URBANOS EM CAMPO
GRANDE, MATO GROSSO DO SUL, AO LONGO DO TEMPO**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Local - Mestrado
da Universidade Católica Dom
Bosco, sob a orientação do Prof. Dr.
Pedro Pereira Borges e
Coorientação do Prof. Dr. Michel
Constantino, como requisito final
para a obtenção do título de
Mestre.



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL -
MESTRADO / DOUTORADO**

CAMPO GRANDE - MS

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Mourãmise de Moura Viana - CRB-1 3360

B333p Batiston, Fernando Cesar Pires

Produção e distribuição dos monumentos urbanos em
Campo Grande, Mato Grosso do Sul, ao longo do tempo/
Fernando César Pires Batiston sob orientação do Prof.
Dr. Pedro Pereira Borges e Prof. Dr. Michel Constantino.--
Campo Grande, MS : 2025.

133 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) -
Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS,
2025

Bibliografia: p. 121-125

1. Monumentos urbanos. 2. Representatividade. 3. Patrimônio
cultural. 4. Memória coletiva. 5. Desenvolvimento
local I. Borges, Pedro Pereira. II. Constantino, Michel.
III. Título.

CDD: 731.76098171

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “Produção e distribuição dos monumentos urbanos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, ao longo do tempo”


Área de Concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Local: Cultura, Identidade, Diversidade.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de defesa aprovado em: 19/03/2025

A presente defesa foi realizada por videoconferência. Eu, Pedro Pereira Borges, como presidente da banca assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença virtual destes.

Documento assinado digitalmente
 PEDRO PEREIRA BORGES
Data: 22/05/2025 21:07:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pedro Pereira Borges (orientador)

Prof. Dr. Michel Constantino de Oliveira (coorientador)

Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa (UFMS)

Profa. Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat (PPGDL/UCDB)

Agradecimentos

São Tomás de Aquino, em seu Tratado de Gratidão, ensina que agradecer é um ato que ocupa o segundo nível na construção da gratidão. No entanto, na língua portuguesa, ao expressarmos um "obrigado", declaramos um vínculo àquele a quem dirigimos essa palavra, como quem reconhece um bem recebido e se torna eternamente grato por ele. E é com esse espírito que abro estas páginas, para expressar minha mais profunda gratidão a todos aqueles – pessoas e instituições – que, de alguma forma, foram parte essencial desta caminhada.

Antes de tudo, agradeço a Deus, fonte de toda energia e razão última da existência. Foi ele que me concedeu forças para trilhar este caminho, iluminando cada passo dado, cada desafio superado.

Minha gratidão se volta, também, àqueles que hoje habitam a eternidade, mas cuja presença, amor e ensinamentos ainda ecoam em minha vida. Meu avô, Ourique Pires, e minha avó, Rosa Fabiano Pires, exemplos de amor e paciência, que moldaram em mim valores inestimáveis. À minha mãe, Ivani Pires Batiston, doce, engraçada e cheia de vida, agradeço pela ternura e pelo equilíbrio perfeito entre proteção e exigência, que me forjaram como ser humano. Ao meu irmão, Marco Antônio Pires Batiston, sou grato por sua amizade incondicional e pela sua sede de viver, que sempre me inspira, sinto muita falta de todos vocês.

À minha irmã, Adriane Pires Batiston, com quem tenho a sorte de dividir a minha vida, mulher de força e determinação inquestionáveis, minha referência de ética, coragem e dedicação. Ao meu pai, José Pedro Batiston, cuja generosidade sempre marcou aqueles que o cercaram, e que, apesar dos desafios impostos pelo Alzheimer, permanece um símbolo de carinho e resiliência. Minha gratidão se estende à Tatyane Camargo Batiston, minha cunhada e irmã de coração, e ao Lucas Camargo Batiston, meu querido sobrinho, nossa promessa de um futuro melhor.

À querida amiga Elaine Britto de Castro, que esteve presente nos momentos mais difíceis, incentivando-me e impulsionando-me a seguir em frente. Foi por meio dela que dei o primeiro passo rumo ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local. Ao amigo Israel Vítor Bonfim Rodrigues, minha eterna gratidão pela presença constante, apoio nos momentos de incertezas e por sempre reacender minha confiança nos momentos necessários.

Sou grato ao Arquivo Histórico de Campo Grande – Arca e ao seu staff, não apenas pelo valioso material disponibilizado, essencial para este estudo, mas também pelo trabalho inestimável de preservação da memória realizado permite construir o conhecimento.

À Prof.^a Dra. Dolores Pereira Ribeiro Coutinho, expresso profunda gratidão pela acolhida generosa e olhar atento que me guiou logo no início dessa caminhada, e por sua amizade. Sua coautoria no primeiro artigo deste trabalho foi um privilégio para mim. Ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro Pereira Borges, agradeço a confiança depositada, o apoio incondicional e a sabedoria compartilhada, que tanto enriqueceram esta jornada. Agradeço também ao Prof. Dr. Michel Constantino, por sua orientação e por seu incansável trabalho na coordenação do programa.

Ao Grupo de Estudos Desenvolvimento Territorial Sustentável, liderado pela Prof.^a Cleonice Alexandre Le Bourlegat, expresso meu reconhecimento pela riqueza dos debates e pelo aprendizado construído nas noites de quinta-feira, onde compartilhamos experiências e conhecimento. Aos colegas do grupo, agradeço o - apoio mútuo e pelas reflexões que fortaleceram este trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, minha gratidão imensa pelo conhecimento transmitido e pelo impacto direto que tiveram na minha formação acadêmica e na minha trajetória profissional. À Bêlit, por sua dedicação, paciência e presteza no atendimento, um muito obrigado especial.

Por fim, agradeço à banca avaliadora, composta pelo Prof. Edgar Aparecido da Costa, Prof.^a Cleonice Alexandre Le Bourlegat, e Prof. Dr. Pedro Pereira Borges (orientador). Minha gratidão pela disponibilidade, pelo olhar atento e pelas contribuições valiosas que tornaram este trabalho ainda mais sólido e significativo.

Expresso minha profunda gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro, que possibilitou a realização deste trabalho, por meio de concessão da bolsa de estudos – Código de Financiamento 001”.

A todos vocês, fico obrigado – não apenas por um instante, mas por toda a eternidade.

*À minha mãe e à minha avó Rosa,
sempre presentes.*

BATISTON, Fernando César Pires. **Produção e Distribuição dos Monumentos Urbanos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul ao longo do tempo**. 133f. Dissertação. Programa de Desenvolvimento Local – Mestrado. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2025.

RESUMO

Esta pesquisa tem como temática o acesso e a representatividade dos monumentos urbanos, analisando a produção e distribuição de lugares monumentais e de memória em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a partir das perspectivas temporal e territorial, no contexto do desenvolvimento local. O objetivo central é investigar os monumentos considerados lugares monumentais da cidade, avaliando-os sob os aspectos temporais, territoriais e temáticos relacionados à sua concepção. Para isso, cada capítulo da pesquisa possui objetivos e metodologias específicas. As Considerações Iniciais apresentam os lugares monumentais como objeto de estudo, além das justificativas e objetivos do trabalho. O Capítulo 2 fundamenta teoricamente a pesquisa, abordando conceitos essenciais como desenvolvimento local, cultura, bens culturais, diversidade cultural, patrimônio cultural, monumentos e lugares de memória. Além disso, discute conceitos de cidades contemporâneas que dialogam com o desenvolvimento local e priorizam perspectivas inclusivas, sustentáveis, diversas e voltadas para a valorização da identidade local. O Capítulo 3 descreve o percurso metodológico da pesquisa, evidenciando a metodologia heterogênea aplicada aos dois artigos que compõem os resultados, bem como a estrutura do capítulo dedicado à discussão dos achados, detalhando, passo a passo, o processo investigativo. O Capítulo 4, que corresponde ao primeiro artigo, analisou os bens culturais, materiais e imóveis que compõem o patrimônio cultural de Campo Grande, por meio de uma metodologia bibliográfica e documental. No segundo artigo, mostrado no Capítulo 5, o foco foi examinar a relação entre esses bens culturais e fatores como a localização, o contexto territorial e o momento histórico em que se deu sua implantação, utilizando pesquisa bibliográfica e estudos documentais. Já o Capítulo 6 apresenta reflexões fundamentadas nos capítulos anteriores sobre a origem e a distribuição dos monumentos históricos da cidade, por meio de uma abordagem qualitativa. Os resultados indicaram que, apesar da diversidade e riqueza do patrimônio cultural de Campo Grande, há desigualdades na representatividade dos monumentos, tanto em termos de acessibilidade quanto na visibilidade das narrativas históricas e culturais. Essas desigualdades refletem dinâmicas territoriais e temporais que podem excluir determinados grupos sociais. Conclui-se que há a necessidade de estratégias inclusivas de gestão e planejamento urbano, que valorizem os monumentos como agentes de memória coletiva e desenvolvimento local, promovendo sua integração ao cotidiano das comunidades.

Palavras-chave: Monumentos Urbanos. Representatividade. Patrimônio Cultural. Memória Coletiva. Desenvolvimento Local.

BATISTON, Fernando César Pires. **Production and Distribution of Urban Monuments in Campo Grande, Mato Grosso do Sul over time.** 133f. Dissertation. Local Development Program - Master's Degree. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2025.

ABSTRACT

This research has as its theme the access and representation of urban monuments, analyzing the production and distribution of monumental and memory places in Campo Grande, Mato Grosso do Sul, from temporal and territorial perspectives, in the context of local development. The central objective is to investigate monuments considered monumental places in the city, evaluating them from temporal, territorial and thematic aspects related to their design. To achieve this, each chapter of the research has specific objectives and methodologies. The Initial Considerations present monumental places as an object of study, in addition to the justifications and objectives of the work. Chapter 2 theoretically bases the research, addressing essential concepts such as local development, culture, cultural assets, cultural diversity, cultural heritage, monuments and places of memory. Furthermore, it discusses concepts of contemporary cities that dialogue with local development and prioritize inclusive, sustainable, diverse perspectives and aimed at valuing local identity. Chapter 3 describes the methodological path of the research, highlighting the heterogeneous methodology applied to the two articles that make up the results, as well as the structure of the chapter dedicated to discussing the findings, detailing, step by step, the investigative process. Chapter 4, which corresponds to the first article, analyzed the cultural, material and real estate assets that make up the cultural heritage of Campo Grande, using a bibliographic and documentary methodology. In the second article, shown in Chapter 5, the focus was to examine the relationship between these cultural assets and factors such as location, territorial context and the historical moment in which their implementation took place, using bibliographic research and documentary studies. Chapter 6 presents reflections based on previous chapters on the origin and distribution of the city's historical monuments, through a qualitative approach. The results indicated that, despite the diversity and richness of Campo Grande's cultural heritage, there are inequalities in the representation of monuments, both in terms of accessibility and the visibility of historical and cultural narratives. These inequalities reflect territorial and temporal dynamics that can exclude certain social groups. It is concluded that there is a need for inclusive urban management and planning strategies, which value monuments as agents of collective memory and local development, promoting their integration into the daily lives of communities.

Keywords: Urban Monuments. Representation. Cultural Heritage. Collective Memory. Local Development.

SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PDDUA - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande

Diogrande - Diário Oficial de Campo Grande - MS

Zeic - Zona Especial de Interesse Cultural

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Sirgas 2000 - Sistema Geocêntrico para as Américas

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Icomos - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

Iphan - Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento

ECO 92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – 1992

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OMS - Organização Mundial da Saúde

SARS-CoV-2 - Síndrome Respiratória Aguda Grave por Coronavírus - 2

Covid-19 - Doença do Corona Vírus

SIG - Sistema de Informações Geográficas

GPS - Sistema de Posicionamento Global

QUADROS E TABELAS

Figura 1 — Quantidade de monumentos por região urbana do município de Campo Grande—MS	53
Figura 2 — Quantidade de monumentos inaugurados por década e suas abordagens temáticas	62
Figura 3 — Quantidade de monumentos produzidos em Campo Grande, entre as décadas de 1980 a 2020	63
Figura 4 — Monumento Jaguaretê	65
Figura 5 — Divisão do Território Urbano de Campo Grande em Regiões Urbanas... ..	77
Figura 6 — Distribuição dos monumentos existentes no Município de Campo Grande na Década de 1920 dispostos sobre reprodução do Mapa da época	81
Figura 7 – Distribuição dos monumentos produzidos até a década de 1960 na área urbana de Campo Grande. Pontos localizados sobre Mapa produzido pelo Escritório de Saturnino de Brito em 1938	82
Figura 8 – Monumentos criados até o ano de 1989 distribuídos sobre o Mapa de Densidade Habitacional – área urbana do município de Campo Grande – MS.....	83
Figura 9 – Quadro da Evolução por período dos comparativos da relação entre os monumentos, as áreas e a população das regiões urbanas e da área urbana do município de Campo Grande – MS – períodos: décadas de 2010 e 2020, até o ano de 2024	86
Figura 10 – Síntese informativa dos monumentos categorizados por período, década, legado, grupos temáticos e natureza dos monumentos no território Urbano da cidade de Campo Grande – 2024	100
Figura 11 – Síntese informativa dos Monumentos Categorizados por período, década, tendência de produção e distribuição predominante dos monumentos no território Urbano da cidade de Campo Grande – 2024	100
Figura 12 – Localização dos Monumentos Urbanos e Rurais em Campo Grande-2024	104
Figura 13 – Simulações de medição distâncias e tempo de percurso em deslocamentos por meio de caminhada entre Monumentos	107
Figura 14 – Simulações de medição distâncias e tempo de percurso em deslocamentos com bicicleta entre Monumentos	109
Figura 15 – Mapa da Densidade de Monumentos na área urbana de Campo Grande e das regiões Urbanas, considerando a mobilidade de pedestres – 2024	111
Figura 16: Mapa da Densidade de Monumentos na área urbana de Campo Grande e das regiões Urbanas, considerando a mobilidade de ciclistas – 2024	112
Figura 17: Mapa das Recomendações para implantações de novos monumentos na área urbana de Campo Grande – 2024	114

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
1.1 Justificativa	19
1.2 Objetivos	20
1.3 Estrutura do Trabalho	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 Cultura e Desenvolvimento Local	24
2.1.1 Cultura	25
2.1.2 Serviços e Bens Culturais	26
2.1.3 Diversidade Cultural	28
2.1.4 Patrimônio Cultural	29
2.1.5 Monumentos	30
2.1.6 Lugares de Memória	33
2.2 Monumentos Numa Cidade Viva, Para Pessoas e de 15 Minutos	35
3 METODOLOGIA	39
3.1 Percurso Metodológico	39
3.1.1 Da Metodologia	39
3.1.2 Dos Resultados	40
3.1.2.1 Artigo 1º	40
3.1.2.2 Artigo 2º	42
3.1.3 Da Discussão dos Resultados: Lugares Monumentais em Campo Grande	46
3.2.4. Das Considerações Finais	48

4 ARTIGO 1º – ASPECTOS TERRITORIAIS E TEMPORALIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DOS MONUMENTOS DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL	49
4.1 Considerações Iniciais	49
4.2 Patrimônio Histórico e Cultural	51
4.3 Monumentos de Campo Grande	52
4.4 Considerações Finais	65
4.5 Referências	67
5 ARTIGO 2º – ASPECTOS TERRITORIAIS E TEMPORALIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DOS MONUMENTOS DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL	69
5.1 Considerações Iniciais	70
5.2 O Plano Diretor de Campo Grande - MS e os Lugares Monumentais, Uma Problemática	72
5.3 Do Espaço ao Lugar	74
5.4 Patrimônio Cultural, Monumentos e Lugares de Memória	77
5.5 Campo Grande: seus Monumentos, sua Evolução e as Transformações Territoriais Urbanas	80
5.6 Considerações finais e recomendações	88
5.7 Referências	90
6 DISCUSSÕES E RESULTADOS: REPRESENTATIVIDADE DOS LUGARES MONUMENTAIS EM CAMPO GRANDE	93
6.1 A Desigualdade da Representatividade dos Monumentos em Campo Grande, Sob as Perspectivas do Tempo, do Território e do Tema	93
6.2 Produtividade de Monumentos Para as Pessoas	101
6.3 Referências	115
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	121

9 APÊNDICE 1: QR Code de Acesso à Publicação: Marcos e Monumentos Históricos de Campo Grande. 3ª edição revisada e ampliada	126
10 APÊNDICE 2: Levantamento dos Monumentos Subtraídos no Município de Campo Grande - atualizado em 2024	127
11 APÊNDICE 3 : Levantamento atualizado dos Monumentos existentes no Município de Campo Grande – MS, com respectivos: região urbana, endereço e coordenadas geográficas (latitude e longitude) – 2024	128

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A temática desta pesquisa é sobre o acesso e a representatividade de monumentos urbanos. A cidade em foco é Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, sob diversas perspectivas, mas sobretudo nas do tempo e do território, no contexto do desenvolvimento local. O foco, então, gira em torno da produção e da distribuição de lugares monumentais e de memória de Campo Grande. No contexto do desenvolvimento local, a matriz do Programa em que a pesquisa está inserida é a perspectiva de que os monumentos desempenham um papel essencial na construção da identidade coletiva, atuando como marcos que atuam como ponte entre a comunidade e o seu passado e as projeções de valores e as aspirações para o futuro.

Quanto às perspectivas do tempo e do território, a história testemunha como os monumentos são planejados, erguidos e apropriados pelos diferentes extratos sociais. Além disso, mostra quem tem acesso a esses espaços e de que forma a memória e o pertencimento são distribuídos no tecido urbano. Ao integrar conceitos de urbanismo, geografia e história, o estudo propõe revelar como essas construções contribuem para o fortalecimento de vínculos locais e para a promoção de uma cidadania mais inclusiva, ou, inversamente, como podem reforçar exclusões e desigualdades.

Campo Grande, em particular, embora à primeira vista não se perceba, apresenta um rico acervo de monumentos, que narra múltiplas histórias e experiências, tornando-se um campo fértil para investigar as relações entre memória, espaço e desenvolvimento local. A partir de uma análise crítica e interdisciplinar, o trabalho busca contribuir para um entendimento mais profundo da função social dos monumentos, propondo estratégias para uma gestão patrimonial mais equitativa e participativa.

Territorialmente, esta pesquisa se dá no município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul. O marco geodésico da cidade situa-se na latitude 20° 28' 53" sul e na longitude 54° 36' 58" oeste, a 592 metros de altitude em média. O município conta com uma área territorial de 8.082,978 km², sua área urbana possui 252,63km² e sua população residente é de 898.100 habitantes segundo o Censo do

IBGE de 2022. Em 2010, apresentava Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,784 e Índice de Gini de 0,572 (IBGE, 2022).

O *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande* (PDDUA), instituído por meio da Lei Complementar n.º 341, de 4 de dezembro de 2018, define em seu artigo 6º os seguintes conceitos estruturantes para Campo Grande: uma cidade compacta, policêntrica e sustentável, com diversidade territorial, que respeite e preserve o patrimônio natural e cultural do município, que se desenvolva com respeito ao seu povo e a sua história e que conheça o passado para projetar o futuro (Diogrande, 2018; Nora, 1993).

No âmbito do patrimônio cultural, o PDDUA reconhece e regulamenta 347 bens culturais como parte do patrimônio de Campo Grande, oferecendo dispositivos de proteção e classificando-os como Zonas Especiais de Interesse Cultural (Zeic). No entanto, entre os 60 bens culturais que se enquadram como "lugares monumentais", conforme Nora (1993), o *Plano Diretor* fornece proteção legal para apenas dois deles, por se tratarem de bens tombados e que conseqüentemente já se encontravam legalmente protegidos. O Capítulo VII da referida lei, que trata da "Política Municipal de Arte Pública" do PDDUA e inclui esculturas, memoriais e monumentos considerados "lugares monumentais", não apresenta mecanismos específicos de proteção para essas obras (Diogrande, 2018; Nora, 1993).

A partir disso, discorro sobre a relevância da pesquisa para a sua autoria. De fato, o estudo ocorreu em razão da experiência técnica adquirida em 23 anos dedicados à função de arquiteto no serviço público, dos quais 20 anos estive envolvido na proteção ao patrimônio cultural. Tenho a exata noção do quão difícil é estabelecer ações de proteção a bens culturais, quando o poder público não municia o técnico com ferramentas eficientes para combater ações que danificam esses bens culturais. Uma legislação bem construída é um instrumento importante para a proteção aos monumentos de Campo Grande.

Em 2013, surgiu nos Estados Unidos um movimento ativista internacional denominado *Black Lives Matter*, que combatia a violência contra pessoas negras e buscava sensibilizar a população contra o racismo, após o assassinato do afro-americano Georges Floyd, em 25 de maio de 2020, pela polícia dos Estados Unidos. Apesar de ser um movimento antiviolença, o movimento gerou uma onda de protestos e ações violentas de destruição de monumentos históricos em todo o

mundo que representassem personalidades políticas ou históricas que por sua obra ou vida simbolizassem o racismo. Monumentos que enalteciam personalidades como: Cristóvão Colombo (Boston, EUA), Jefferson Davis (Richmond, EUA), Edward Colston (Bristol, Inglaterra), Leopoldo II (Bristol), padre jesuíta António Vieira (Lisboa, Portugal). No Brasil, os monumentos de Borba Gato (São Paulo) foram destruídos, mutilados ou vandalizados.

Diante do exposto, três coisas se evidenciam. A primeira é que tal fato explicita a existência do conteúdo imaterial, simbólico, ideológico contida nos monumentos históricos; o segundo é que a comunidade os reconhece; e a terceira é o impasse estabelecido ao considerarmos que, por um lado, os monumentos foram destruídos em nome de um combate ideológico justo, do ponto de vista racial, e, por outro, provoca o apagamento da memória. Este, inclusive, é direito coletivo que afeta gerações futuras, visto que memórias negativas, porém ressignificadas, devem existir para que não cometamos mais os mesmos erros do passado, como, por exemplo, o Memorial de Auschwitz, que foi criado em um antigo campo de concentração desativado, com a finalidade de preservar a memória de suas vítimas e de educar os visitantes sobre os horrores do Holocausto.

Em 2022, ao efetuar levantamentos dos monumentos existentes em Campo Grande, notei que alguns desses monumentos estavam depredados, vandalizados e roubados. Tal percepção empírica, embasada nas depredações dos monumentos históricos que vinham sendo relatados em matérias jornalísticas do mundo, me gerou uma inquietude.

No primeiro semestre de 2023, me submeti ao processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, para cursar o mestrado, cujo campo específico de estudo é voltado ao desenvolvimento local em contexto de territorialidades, ocasião em que optei pela linha de pesquisa “Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial”. Então, a inquietude relatada se impôs e orientou a elaboração do pré-projeto para o ingresso no mestrado. Inicialmente, resolvi que no pré-projeto a questão a ser investigada seria: a ausência de representatividade da população em relação aos monumentos da cidade, enquanto causa das depredações. Em razão disso, a investigação envolveria a interseccionalidade e a representatividade social nas abordagens dos monumentos históricos de Campo Grande e seus impactos no desenvolvimento local.

Entretanto, ao iniciar a análise dos dados, deparei-me com a seguinte realidade: dos nove monumentos que foram construídos e posteriormente subtraídos em Campo Grande, três deles foram demolidos pelo próprio poder público para dar lugar a outros monumentos, três foram furtados e três foram vandalizados e furtados. Dos seis monumentos furtados, somados os furtados e vandalizados, cinco deles eram construídos em metal nobre e de valor econômico relevante (bronze, estanho ou outro). Essa informação indicou que a representatividade, embora importante, não seria a única variável a ser considerada em um estudo que revelou envolver fatores sociais e econômicos, além dos culturais pensados inicialmente. Além disso, faltavam informações básicas acerca dos monumentos. O detalhamento dos monumentos subtraídos no município de Campo Grande está disponível no Apêndice 2.

Ao buscar as informações oficiais disponíveis acerca dos monumentos criados em Campo Grande, percebi que, no processo de elaboração do *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande*, instituído pela Lei Complementar n.º 341, de 28 de dezembro de 2018, poucas informações sobre esses artefatos estiveram disponíveis para a elaboração da Lei supracitada. E as consequências dessa falta de informação são perceptíveis quando buscamos mecanismos legais de proteção desses monumentos, como os diversos bens culturais materiais, arquiteturas tombados ou protegidos possuem, já que os monumentos históricos monumentais do município não foram identificados. Isso é uma lacuna que deveria também ser investigada.

Os monumentos analisados por este estudo são aqueles classificados, segundo Nora (1993), como lugares monumentais, em razão da ausência de mecanismos protetivos específicos para essa categoria de lugares de memória.

Campo Grande realizou a primeira iniciativa dedicada à identificação, à catalogação e à divulgação de informações sobre os monumentos dessa categoria no ano de 2003. O projeto resultou na publicação do livro *Marcos e Monumentos Históricos de Campo Grande*, uma iniciativa da Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer. Entretanto, a obra que se apresenta em trinta e quatro páginas não abrangia a totalidade dos trinta e oito monumentos existentes à época, apresentando informações sobre apenas vinte e nove deles. Passados três anos, o livro foi reeditado, porém sem ampliação do conteúdo.

Em 2022, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo desenvolveu um projeto, do qual tive a oportunidade de participar, que resultou na terceira edição do livro *Marcos e Monumentos Históricos de Campo Grande*. Disponibilizada gratuitamente em versão digital pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, a obra foi revisada e ampliada, contando com 154 páginas e abrangendo sessenta e seis monumentos, tornando-se a publicação mais completa e atualizada sobre o tema até o momento (Arguelho, 2022).

No entanto, os dados apresentados nessa edição ainda não haviam sido coletados a tempo de serem disponibilizados aos técnicos responsáveis pela elaboração do *Plano Diretor* do município, publicado em 2018. Essa lacuna informativa sobre essa modalidade de monumentos pode ter contribuído para a falta de atenção a esses artefatos, constatada no *Plano Diretor* do município e consequentemente no planejamento urbano da cidade. Apenas a partir de 2023, as informações de Arguelho (2022) sobre esses monumentos passaram a integrar o *Perfil Socioeconômico de Campo Grande*, uma publicação oficial, informativa e periódica da Prefeitura Municipal (Arguelho, 2022; Planurb, 2023).

Diante dessas constatações, tornou-se evidente a necessidade de trazer os monumentos para o centro do debate, ampliando as bases de conhecimento para subsidiar a formulação de políticas públicas de proteção. Assim, levanta-se a seguinte questão norteadora:

- em que condições históricas os monumentos foram propostos e distribuídos no espaço urbana de Campo Grande - MS?

1.1 Justificativa

Uma pesquisa como esta apresenta múltiplas relevâncias, ao mesmo tempo em que faz sobressair diversas dimensões da vida, em especial a social, a acadêmica e as práticas vinculadas ao Programa de Desenvolvimento Local.

No âmbito social, esta pesquisa promove uma reflexão crítica sobre o papel dos monumentos urbanos como agentes de memória e identidade coletiva. Ao abordar questões de acesso e representatividade, o estudo contribui para uma discussão mais inclusiva sobre o patrimônio cultural, considerando diferentes grupos. Além disso, fornece subsídios que podem ser aprimorados e aplicados na formulação

de políticas públicas mais justas e participativas, fortalecendo o senso de pertencimento e a coesão social.

Já em relação à academia, uma pesquisa sobre o tema enriquece o debate interdisciplinar entre as áreas de história, geografia, urbanismo e sociologia, ao analisar as relações entre monumentos, tempo e território. Ao propor uma abordagem crítica sobre a produção e distribuição de lugares de memória, o trabalho avança na compreensão de como as dinâmicas espaciais e temporais acontecem e influenciam a construção da identidade local, promovendo diálogos inovadores e fomentando novas metodologias de análise.

Ainda, a pesquisa possui uma afeição singular com o programa no qual está inserida, que é o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local. Quanto a isso, a pesquisa oferece uma base para estratégias que integram a preservação do patrimônio à promoção do desenvolvimento sustentável. Ao evidenciar a importância dos monumentos como ativos culturais e turísticos, a pesquisa contribui para a valorização do território, gerando impactos positivos na economia local e na qualidade de vida. Assim, reforça o papel da memória e da cultura como pilares para o fortalecimento das comunidades e para a construção de um futuro mais inclusivo e participativo.

1.2 Objetivos

Neste tópico, são descritos os objetivos, geral e específicos, da dissertação, além dos objetivos do artigo 1º e do artigo 2º. Os objetivos desta dissertação estão subdivididos em objetivo geral e objetivos específicos e estão dispostos a seguir.

É objetivo geral da dissertação:

- identificar as condições históricas em que os monumentos foram propostos e distribuídos no espaço urbano de Campo Grande, com uma reflexão crítica sobre o papel destes monumentos como agentes de memória e identidade coletiva.

São objetivos específicos desta dissertação:

- ampliar a compreensão acerca do surgimento dos monumentos implantados no município de Campo Grande ao longo de sua história, buscando a origem desses artefatos considerando seu contexto;
- investigar a relação entre os monumentos de Campo Grande que integram o seu patrimônio cultural, sob as perspectivas de seu *locus* de implantação e do contexto territorial e temporal em que esse processo ocorreu;
- analisar os bens culturais, materiais e imóveis que integram o patrimônio cultural da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul;
- discutir a representatividade dos lugares monumentais em Campo Grande.

O artigo 1º tem como objetivo geral:

- analisar os bens culturais, materiais e imóveis que integram o patrimônio cultural da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

O artigo 2º tem como objetivo geral:

- investigar a relação entre os bens culturais materiais e imóveis, como monumentos que compõem o patrimônio cultural do município de Campo Grande, fatores como o *locus* de sua implantação e o contexto territorial e temporal em que esse processo ocorreu.

1.3 Estrutura do trabalho

Esta dissertação está estruturada em sete capítulos, organizados de forma progressiva. O primeiro capítulo apresenta as considerações iniciais, divididas em seis itens e dois subitens. Nele, é feita uma contextualização do percurso que levou à escolha do tema e à construção deste trabalho. Em seguida, são expostas a delimitação do objeto de estudo e as questões norteadoras da pesquisa, além das justificativas e dos objetivos, tanto geral quanto específicos, da dissertação.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico. No primeiro tópico, são abordados conceitos relacionados ao desenvolvimento local, à cultura, à diversidade cultural, ao patrimônio cultural, aos monumentos e lugares de memória. Já no

segundo tópico, são discutidos conceitos contemporâneos sobre as cidades e a importância dos monumentos para a construção da identidade e do sentimento de pertencimento.

O terceiro capítulo é dedicado à metodologia, apresentando o percurso metodológico adotado na dissertação. Dado que os resultados são apresentados na forma de dois artigos e um capítulo, esse trecho detalha, de maneira estruturada, os métodos utilizados e as justificativas para as escolhas feitas ao longo da pesquisa.

O quarto e o quinto capítulos apresentam os resultados deste trabalho, organizados na forma de dois artigos. O quarto capítulo introduz o primeiro artigo, intitulado *Aspectos territoriais e temporalidade na distribuição dos monumentos de Campo Grande, Mato Grosso do Sul*, que foi apresentado no *City, Architecture and Sustainability - I Latin American Symposium*, em junho de 2023, e publicado na *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades* (v. 12, n. 87, 2024). O quinto capítulo traz o segundo artigo, *Acesso e representatividade de monumentos: Distribuição de lugares monumentais e de memória em Campo Grande – Mato Grosso do Sul*. Em seguida, o sexto capítulo, denominado *Discussões e Resultados*, é dividido em dois tópicos nos quais são analisados os achados e seus desdobramentos. O sétimo capítulo apresenta as considerações finais e recomendações, seguido pelos apêndices e pela referência bibliográfica.

É fundamental esclarecer que a contagem dos monumentos foi realizada conforme a exigência da questão norteadora das análises. Ao longo deste trabalho, serão apresentadas diferentes quantificações dos monumentos estudados, uma vez que os artigos que compõem os resultados adotam abordagens distintas. Essa metodologia se justifica pelo fato de que, ao investigar o surgimento dos monumentos ao longo do tempo, o objetivo foi identificar todos os monumentos criados em Campo Grande, analisando o contexto histórico de sua origem e sua relação com a época em que foram concebidos. Assim, no primeiro artigo, a contagem considerou todos os monumentos construídos ao longo da história, incluindo aqueles que foram removidos e que hoje existem apenas em registros.

No entanto, ao analisar o processo de implantação e distribuição dos monumentos, a localização tornou-se um fator essencial para alcançar os resultados pretendidos. Dessa forma, na contabilização dos monumentos para o segundo artigo, foram consideradas as mudanças de local ocorridas ao longo do tempo. Os

monumentos removidos foram excluídos da contagem devido à perda de sua materialidade no espaço geográfico. Já no capítulo 6, uma nova contagem foi realizada com o objetivo de atualizar os números dos monumentos conforme a realidade atual, incorporando os novos monumentos e excluindo aqueles recentemente removidos. Além disso, o georreferenciamento dos monumentos de Campo Grande, desenvolvido neste estudo, revelou que um dos monumentos está localizado fora da área urbana, o qual excluí das regiões urbanas que referenciaram os comparativos e as análises, embora em determinados momentos ainda influencie os estudos. Os números apresentados no capítulo 5 refletem a atualização dos monumentos existentes na cidade de Campo Grande em 2024.

Para concluir as considerações iniciais, é importante ressaltar que para esta pesquisa se produziu uma revisão bibliográfica no capítulo destinado ao referencial teórico. A revisão foi desenvolvida utilizando-se o método dialético, sendo adotado como procedimento metodológico, uma pesquisa bibliográfica e documental com objetivos exploratórios e descritivos, de natureza básica e de abordagem descritiva, utilizando-se dados secundários, públicos e qualitativos.

O referencial teórico está estruturado em duas partes. A primeira explora o conceito de desenvolvimento local e a relevância da cultura nesse contexto. Para isso, foram pesquisadas diferentes definições e abordagens sobre: 1) cultura, 2) serviços e bens culturais, 3) diversidade cultural, 4) patrimônio cultural, 5) monumentos e 6) lugares de memória.

A segunda parte apresenta uma visão humanística sobre a cidade, fundamentada em três teorias desenvolvidas por importantes pensadores das cidades contemporâneas: 1) a cidade viva, de Jacobs (2011); 2) a cidade para pessoas, de Gehl (2013); e 3) a cidade de 15 minutos, de Moreno (2024). Jacobs (2011) enfatiza a importância da diversidade e da vitalidade urbana para o bem-estar dos habitantes. Gehl (2013) destaca a necessidade de uma cidade planejada na escala humana, priorizando interações sociais para torná-la mais vibrante. Já Moreno (2024) alerta para os impactos negativos da vida moderna, como a perda da qualidade de vida, a redução das relações interpessoais e os desafios ambientais, ressaltando a necessidade de criar espaços urbanos mais completos e bem equipados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo traz um referencial teórico consistente distribuído em dois tópicos. No primeiro tópico, o capítulo detalha a estruturação da análise, os artigos elaborados e as recomendações finais, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre a representatividade dos lugares monumentais em Campo Grande.

2.1 Cultura e desenvolvimento local

Desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, de forma que a melhoria de vida da comunidade envolvida torna-se automático e autônomo, e não deve ser compreendido como sinônimo de desenvolvimento econômico (Santos, 1988; Souza, 1997).

Se o ser humano é o foco central do desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento local está essencialmente baseado na ativação de habilidades e saberes de uma comunidade com interesses comuns. Essa comunidade deverá ocupar um determinado território, com identidade social e histórica, e gradualmente tornar-se apta a gerir suas próprias potencialidades, recursos e desafios.

Nesse contexto, a identidade social e histórica exerce um papel essencial na consolidação do vínculo entre espaço e cultura, viabilizando o processo de territorialização. Por definição, território é uma área física específica e delimitada dentro do espaço geográfico, moldada pela atividade humana e habitada por diversos atores sociais, instituições e uma variedade de elementos geográficos, naturais e/ou construídos. Embora os territórios institucionais sejam delimitados politicamente por ações do Estado, uma outra forma de construção territorial está sendo abordada por este.

A territorialização, nesse sentido, refere-se à conformação de territórios por meio da construção social em rede, resultante da reapropriação do espaço vivido, podendo inclusive se apresentar dissociado do território institucional ao qual pertence e dotado de governança própria. Para que esse processo ocorra, a cultura e a diversidade cultural desempenham um papel fundamental no fortalecimento das relações simbólicas entre o espaço vivido e a identidade cultural que o constitui (Ávila et al., 2000; Bonnemaïson, 2002; Raffestin, 1993).

Nessa perspectiva, o *locus* deve ser compreendido não apenas em sua dimensão espacial, mas como um conjunto de territorialidades organizadas, capazes de desenvolver suas potencialidades identitárias. Essas identidades se manifestam na materialidade criativa local, fortalecendo o sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, a topofilia, sendo esse processo possível apenas por meio das experiências humanas vividas nos espaços públicos qualificados e nos lugares (Tuan, 1980).

A vivência de um determinado espaço, elemento fundamental para a construção do espaço vivido, se dá a partir do deslocamento do indivíduo e das percepções físicas e mentais geradas por essas experiências. Esse processo é guiado por um conjunto de princípios culturais herdados, assimilados e reinterpretados. Dessa forma, a maneira como o ser humano cria, organiza e ordena o mundo resulta de um processo de interpretação sensorial, no qual ele apreende e ressignifica seu lugar vivido a partir de sentimentos, percepções e valores acumulados ao longo do tempo (Tuan, 1980).

No contexto do desenvolvimento local, é fundamental reconhecer que tanto o lugar quanto o território não podem ser dissociados dos fatores globais. Isso ocorre porque todos os lugares, em teoria, fazem parte do mundo, estando inevitavelmente imersos e conectados a ele por múltiplas relações multidimensionais (Santos, 1999).

Dessa forma, a localidade também representa uma parcela da globalidade e, paradoxalmente, essa inserção no contexto global fortalece a identidade local. Suas particularidades e especificidades, muitas vezes únicas, são fragmentos do todo global, encontrados apenas naquele espaço específico. Por essa razão, não existem modelos universais para políticas culturais territoriais, uma vez que cada aspecto e cada objetivo dessas políticas possuem tanto um significado global quanto uma dimensão local (Santos, 1999; Unesco, 2003).

2.1.1 Cultura

O conceito de cultura é amplo e envolve um conjunto de valores, crenças, costumes, práticas, linguagens, conhecimentos, artefatos e comportamentos compartilhados por um grupo social. A cultura molda a identidade de uma comunidade e é transmitida de geração em geração através da socialização e da educação. Conforme Geertz (1981), a cultura pode ser entendida como um sistema de

significados compartilhados, ao qual os indivíduos atribuem sentidos e interpretam o mundo ao seu redor. Esse entendimento destaca a cultura não apenas como um reflexo do comportamento humano, mas também como um fenômeno simbólico que organiza a vida social, proporcionando coesão e senso de pertencimento. A cultura, portanto, é uma construção dinâmica, influenciada por fatores históricos, sociais e políticos, que evolui ao longo do tempo, refletindo as transformações da sociedade (Geertz, 1973).

De acordo com a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, cultura é entendida como um conjunto de bens materiais e imateriais, emocionais e intelectuais que caracterizam um grupo social. Ela se revela de maneira diversa ao longo do tempo e do espaço, sendo fruto da originalidade e da pluralidade identitária desenvolvidas, preservadas e transmitidas pelos diversos grupos que formam a humanidade. Nesse contexto, é fundamental que políticas públicas sejam adotadas para assegurar que todas as culturas tenham a liberdade de se expressar e de se fazer conhecer (Unesco, 2002).

Em âmbito local, isso implica que as cidades contemporâneas, incluindo Campo Grande, devem preservar seus bens culturais urbanos e garantir os direitos culturais a todos os seus cidadãos. É essencial proporcionar o acesso de seus habitantes a esses bens, assegurando que eles representem a diversidade cultural responsável pela formação e construção da cidade, sem privilégios econômicos, sociais, espaciais ou ideológicos. Além disso, é importante que esses bens culturais, incluindo os monumentos analisados neste estudo, sejam localizados próximos aos cidadãos, de modo a estabelecer vínculos de envolvimento entre o indivíduo, o grupo e o espaço, permitindo o desenvolvimento de um processo de representatividade, pertencimento e territorialização.

2.1.2 Serviços e bens culturais

De acordo com a Unesco (2009), os serviços culturais englobam um conjunto de atividades, bens e práticas que possibilitam desde a criação até o acesso às expressões culturais e artísticas. Esses serviços desempenham um papel essencial na promoção da identidade cultural, na educação, no aprendizado e na inclusão social. Além disso, são fundamentais para o fortalecimento da economia criativa e para a preservação do patrimônio cultural, além de contribuírem para a construção de uma vida social mais rica e artística e envolvente nas comunidades.

Entre as principais atividades que compõem os serviços culturais, destacam-se:

1. museus e galerias de arte;
2. teatros e casas de cultura;
3. bibliotecas públicas;
4. festivais e eventos culturais (Unesco, 2009).

Ainda segundo a Unesco (2009), "os bens culturais são produtos tangíveis e intangíveis que expressam ou representam a criatividade humana e a identidade cultural, enquanto os serviços culturais são os meios pelos quais esses bens são produzidos, distribuídos e acessados pelo público." Dessa forma, os bens culturais são o resultado das atividades culturais, enquanto os serviços culturais viabilizam sua produção e circulação.

De acordo com Ferreira (1986), entende-se por bem cultural, em um sentido amplo, um recurso, seja material ou imaterial, que se destaque por atestar a prática e o legado artístico e histórico, ou por expressar a prática cultural de um povo ou de uma localidade. Podem ser considerados bens culturais: obras literárias e musicais, obras de artes plásticas e arquitetônicas, conjuntos urbanos, sítios arqueológicos, manifestações folclóricas, além das mais variadas expressões artísticas (Ferreira, 1986, p. 247).

Embora qualquer produção cultural possa ser considerada um bem cultural, devido a convenções internacionais, como a *Convenção de Haia*, assinada em 14 de maio de 1954, o termo é, na prática, mais utilizado para se referir aos bens culturais selecionados para preservação. Por essa razão, a expressão "bem cultural" é comumente associada a bens protegidos. A *Convenção de Haia* definiu como bens culturais aqueles móveis ou imóveis de relevância para o patrimônio cultural dos povos, como monumentos, diversos tipos de objetos e obras arquitetônicas, artísticas ou históricas, além de museus, arquivos, grandes bibliotecas e sítios arqueológicos. Assim, pode-se concluir que os bens culturais podem ser materiais ou imateriais, tangíveis ou intangíveis, e, quando considerados manifestações ou testemunhos significativos da cultura de um determinado grupo, formam o patrimônio cultural desse povo, sendo essenciais para a construção da identidade cultural desse grupo (Carsalade, 2016).

A decisão sobre a proteção ou não desses bens culturais deve ser tomada de maneira responsável pela própria comunidade detentora deles. Cabe à comunidade determinar se esses bens a representam ou não, sendo essa decisão aplicável tanto a bens culturais materiais quanto imateriais, móveis ou imóveis. Dessa forma, os bens culturais devem ser patrimonializados por meio de um processo que envolve ações de salvaguarda, conservação e valorização. Esses bens passam por momentos sucessivos de seleção, de geração em geração, em que cada geração decide se os transmite como legado para as futuras gerações ou se os negligencia, condenando-os ao esquecimento e às formas de apagamento, através da omissão em ações de preservação e valorização. Esse processo é denominado patrimonialização (Di Méo, 2014).

Os bens culturais materiais imóveis são formados por lugares. Por isso, a conexão, a representatividade e o sentimento de pertencimento entre o indivíduo, o grupo e o espaço são essenciais tanto para a preservação do patrimônio cultural quanto para a valorização do próprio local. Esses lugares têm o poder de atrair visitantes, porém territórios que não aproveitam seus recursos históricos e culturais não se tornam ambientes sociais atraentes e acolhedores, o que dificulta a permanência. Como consequência, essas áreas não contribuirão significativamente para o aumento do consumo de produtos e serviços locais. Assim, a falta de aproveitamento do potencial desses recursos pode levar à estagnação.

2.1.3 Diversidade cultural

A diversidade cultural oferece alternativas, e estas podem se tornar acessíveis a todos, sendo uma fonte crucial para o desenvolvimento local, que não deve ser visto apenas sob a ótica econômica, pois seu verdadeiro papel é criar uma economia baseada no conhecimento e na criatividade, buscando formas de alcançar uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória e sustentável. A defesa da diversidade cultural reflete o compromisso com o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, especialmente dos grupos minoritários e dos povos originários. A diversidade cultural não pode ser usada para violar os direitos humanos, pois, além de serem garantidos pelo direito internacional, os direitos à cultura fazem parte dos direitos humanos (Unesco, 2002).

Toda obra cultural está enraizada nas tradições culturais, e o conjunto dessas obras coexiste de forma harmoniosa, mesmo que apresente características de

diferentes origens e tradições. Isso é uma ocorrência comum, resultante da diversidade cultural. O conjunto de bens, sejam eles naturais ou culturais, com os quais um grupo se identifica e através dos quais reconhece valores comuns, específicos de sua identidade e herdados de seus antepassados, é denominado patrimônio cultural. Esse patrimônio deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras, como um registro das experiências vividas e um testamento dos interesses humanos, promovendo diálogos interculturais ao longo do tempo e do espaço e estabelecendo uma base sustentável para as futuras gerações (Unesco, 2002).

2.1.4 Patrimônio cultural

Os monumentos integram o patrimônio de um povo. De acordo com Baranha (2016), o patrimônio pode ser natural ou cultural, móvel ou imóvel, material ou imaterial, e pode ser classificado como patrimônio industrial, paisagístico, arqueológico e urbano. O patrimônio cultural material e imóvel pode se apresentar como patrimônio arquitetônico ou patrimônio vernáculo. Segundo o Conselho da Europa (1985), a expressão "patrimônio arquitetônico" engloba os seguintes bens imóveis: 1) os monumentos, 2) os conjuntos arquitetônicos, 3) os sítios (Baranha, 2016).

O patrimônio cultural imóvel vernáculo reflete, por meio de construções vernáculas, os fundamentos identitários de uma comunidade e suas relações com o território, consolidando uma expressão da diversidade cultural mundial (Baranha, 2016).

A *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, realizada em Paris em 1972, reconheceu que a perda de qualquer bem integrante do patrimônio cultural ou natural representa um empobrecimento do patrimônio global. Diante disso, concluiu-se que a proteção em âmbito nacional era insuficiente para garantir a preservação desses bens únicos e insubstituíveis (Unesco, 1972).

Por essa razão, a *Convenção* estabeleceu a corresponsabilidade da comunidade internacional na proteção do patrimônio, atribuindo aos Estados signatários (entre eles o Brasil) a obrigação e a competência de identificar, proteger, conservar e valorizar o patrimônio cultural em seus territórios, assegurando sua transmissão às futuras gerações (Unesco, 1972).

A *Carta de Cracóvia*, elaborada durante a Conferência Internacional sobre Conservação (2000), definiu o patrimônio como um conjunto de obras por meio das quais uma comunidade expressa seus valores intrínsecos com os quais se identifica. A Unesco (2001), na *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, determinou que o patrimônio deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como um testemunho das experiências e aspirações humanas, além de promover diálogos interculturais (Baranha, 2016).

O Conselho da Europa (2005), por meio da *Convenção de Faro*, definiu o patrimônio cultural como um conjunto de recursos herdados do passado, amplamente reconhecidos pela sociedade. A *Convenção de Faro* desvinculou o regime de propriedade desses bens da expressão de seus valores, ou seja, a essência cultural presente nesses bens pertence à coletividade. O Conselho considerou que todas as produções ambientais resultantes das interações entre as pessoas e os lugares ao longo do tempo são passíveis de se tornar patrimônio cultural (Baranha, 2016).

2.1.5 Monumentos

As definições de monumentos nos dicionários destacam como características essenciais a importância, o caráter memorialista, o atributo de homenagear ou a grandeza desproporcional. Para os antigos romanos, o termo "monumento" referia-se a uma obra comemorativa, fosse ela arquitetônica, escultórica ou funerária, era criada para preservar a memória de uma pessoa ou evento. Os monumentos têm sua essência ligada à função de perpetuação, desempenham um papel fundamental na construção das sociedades históricas. Nesse sentido, a memória coletiva ocupa uma posição central em sua definição (Le Goff, 1990).

Segundo Le Goff (1990), "a memória coletiva e sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos". Enquanto os monumentos são heranças do passado, os documentos resultam da seleção feita pelo historiador. A palavra latina *monumentum* representa a memória, uma função essencial para o ser humano. Dessa forma, o monumento é uma reminiscência do passado e inclui tudo o que possa evocá-lo e preservar sua lembrança (Le Goff, 1990).

Choay (2014) reconhece que a função memorial dos monumentos é essencial para sua definição e acrescenta que a dimensão afetiva que eles despertam também

os torna singulares. Para a historiadora francesa, um monumento é toda construção criada por um grupo de indivíduos motivado por um vínculo afetivo, com o propósito de rememorar o passado. Dessa forma, os monumentos permitem que esse passado se manifeste no presente e seja transmitido às futuras gerações (Choay, 2014).

Os monumentos carregam um código de memória coletiva, representando elementos como eventos, sacrifícios, ritos ou crenças comuns ao grupo ao qual pertencem. Assim, desempenham um papel fundamental na preservação da identidade comunitária. Além de seu valor simbólico e histórico, podem ser apreciados por sua beleza estética ou pelo fascínio gerado pelos desafios técnicos superados em sua construção (Choay, 2014).

Alois Riegl (1984) defende que todo monumento artístico também é um monumento histórico, pois representa um período da evolução artística humana. Da mesma forma, todo monumento histórico pode ser considerado artístico, uma vez que sua criação envolve habilidades plásticas e estéticas, características inerentes à expressão humana. Segundo o autor, os monumentos possuem, simultaneamente, uma dimensão histórica e uma dimensão estética, desempenhando uma função essencial na preservação da memória coletiva, ao eternizar determinados eventos ou realizações.

Se a razão de ser de um monumento é reviver o passado, o monumento histórico estabelece uma relação distinta com a memória viva e com sua própria durabilidade. Isso ocorre porque ele se torna um artefato de memória, sendo compreendido como parte de uma linha do tempo, posicionado cronologicamente. Nesse sentido, seu valor é atribuído com base no período ao qual pertence e representa ou em eventos históricos dos quais foi cenário.

Por outro lado, quando um monumento se configura como uma obra de arte, ele desperta nossa sensibilidade estética e passa a integrar o presente vivido, sem a necessidade da mediação da história ou da memória (Choay, 2014).

Os monumentos são espaços onde a memória se materializa, atuando como verdadeiros lugares de memória. Eles podem ser compreendidos sob três dimensões essenciais: a material, a simbólica e a funcional (Nora, 1993).

Nora (1993) aponta que os monumentos se manifestam como lugares monumentais quando são concebidos com a finalidade de homenagear ou rememorar

uma pessoa, um evento ou um feito. Também podem assumir a forma de lugares arquiteturais, criados inicialmente com um propósito utilitário. No entanto, com o tempo, esses espaços adquirem valores simbólicos e memoriais de maneira imprevisível. Isso ocorre porque a sociedade contemporânea necessita desses locais para preservar suas lembranças, assim como preserva arquivos, celebrações e datas comemorativas, garantindo a continuidade da memória coletiva (Nora, 1993).

A *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial*, por sua vez, definiu o patrimônio cultural como os monumentos, os conjuntos e os sítios. Os monumentos são descritos como "obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência" (Unesco, 1972). Ao fazer essa definição, a *Convenção* ampliou o alcance do conceito de monumento (Michaelis, 2015; Unesco, 1972).

De acordo com Baranha (2016), o conceito de monumento histórico engloba tanto edificações isoladas quanto conjuntos arquitetônicos, sejam eles urbanos ou rurais, desde que representem o legado de um povo e sua trajetória ou remetam a um evento histórico relevante. Esse conceito não se restringe a grandes obras, mas também inclui construções mais simples, desde que possuam valor cultural. Os monumentos podem abranger expressões plásticas, como edificações, pinturas e esculturas, além de artefatos arqueológicos que apresentem um valor excepcional sob os aspectos artístico, histórico ou científico (Baranha, 2016).

Enquanto os monumentos naturais fazem parte do patrimônio natural de uma região, os monumentos culturais correspondem a bens culturais, materiais, que integram o patrimônio cultural de uma população ou grupo cultural em determinado local. Idealmente, a criação desses monumentos deveria resultar de decisões políticas tomadas pela comunidade, com o propósito de celebrar a história e a memória coletiva do grupo que representa. No entanto, as escolhas políticas nem sempre refletem o desejo de toda a sociedade, mas, sim, de uma parcela específica dela.

Conforme Choay (2014), a preocupação com a preservação de bens de grande importância cultural surgiu na França no final do século XVIII. A necessidade de manter viva a memória de eventos históricos, expressa por meio de seus monumentos, levou os franceses a adotarem as primeiras medidas políticas voltadas

à conservação desse patrimônio, utilizando instrumentos jurídicos e técnicos para sua proteção, conservação e restauração. Essa preocupação gradualmente se expandiu para outras regiões do mundo ocidental, sempre fundamentada em uma visão histórica centrada em eventos singulares e marcantes. Além disso, grandes obras de arte que apresentassem valor histórico e artístico também passaram a ser reconhecidas como patrimônio (Choay, 2014; Ibanez, 2003).

Choay (2014) aponta que os monumentos históricos eram protegidos de forma semelhante às peças de museu, por meio de restrições de uso. Essa lógica também se aplicava a espaços urbanos, desde que sua arquitetura apresentasse um valor artístico relevante e seu valor histórico fosse reconhecido, o que impedia sua ocupação ou utilização. No entanto, apenas com as transformações conceituais na história e na cultura, aliadas à rápida urbanização do século XX, o conceito de patrimônio passou por uma evolução. Segundo Gonzales-Varas (2003), a primeira *Carta Patrimonial Internacional*, dedicada à proteção do patrimônio histórico e artístico, foi elaborada em 1931. Conhecida como *Carta de Atenas*, essa diretriz serviu de base para o Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que instituiu o tombamento no Brasil, um instrumento ainda vigente (Choay, 2014; Gonzales-Varas, 2003).

2.1.6 Lugares de memória

Relph (1976), por meio de uma abordagem fenomenológica, investigou a complexidade do conceito de lugar, considerando o grau de envolvimento do indivíduo - desde uma conexão profunda até uma completa sensação de deslocamento. Seu estudo revelou que a intensidade do sentimento de pertencimento está diretamente relacionada ao nível de envolvimento, apego e identificação que a pessoa desenvolve com seu grupo e com o espaço que ocupa (Relph, 1976).

De acordo com Nora (1993, p.12), “os lugares de memória são, antes de tudo, restos [...]”. Já Cureau *et al.* (2011) definem os lugares de memória como um complexo formado por um espaço geográfico e bens culturais conectados por uma base temporal. Essa conexão entre passado e presente transforma esses espaços em pontos de consciência histórica, permitindo a visibilidade e a preservação da memória coletiva.

Nesse contexto, pode-se afirmar que os lugares de memória incluem e definem os monumentos, enquanto os monumentos, por sua vez, reforçam esses lugares. Eles desempenham um papel fundamental na cristalização e transmissão da memória coletiva ao longo das gerações. Como destaca Nora (1993), os monumentos ajudam a consolidar e perpetuar essa memória compartilhada.

Lugares de Memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea por isso é preciso criar arquivos, comemorar aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações são naturais (Nora, 1993, p.13).

O historiador francês distingue os lugares de memória em duas categorias: lugares monumentais, criados com a intenção de homenagear ou lembrar algo, e lugares arquiteturais, concebidos inicialmente com uma finalidade utilitária, mas que adquirem valor memorial ao longo do tempo. Essa categorização será adotada para a delimitação do objeto de estudo deste trabalho.

Nada impede, em contrapartida, no interior do campo, que imaginem todas as distribuições possíveis e todas as classificações necessárias [...] veja-se os lugares monumentais; que não saberíamos confundir com os lugares arquiteturais. Os primeiros, estátuas ou monumentos aos mortos, conservam seu significado em sua existência intrínseca, mesmo se sua localização está longe de ser indiferente, uma outra encontraria sua justificação sem alterar a deles. O mesmo não acontece com os conjuntos construídos pelo tempo, e que tiram sua significação das relações complexas entre seus elementos: espelhos do mundo ou de uma época como a Catedral de Chartres ou o Palácio de Versalhes (Nora, 1993, p. 26).

Nora (1993) argumenta que os lugares de memória possuem três dimensões essenciais: material, simbólica e funcional. Esses aspectos coexistem em todos os lugares de memória, que são reconhecidos por suas características físicas, identificados pelo significado simbólico que os torna únicos e definidos por sua função de preservar e transmitir lembranças. Assim, o lugar de memória, que inclui um monumento, deve ser preservado em suas três dimensões essenciais: material, simbólica e funcional. Caso um monumento mantenha sua estrutura física, mas perca seu significado simbólico e sua função de transmitir lembranças, ele deixa de cumprir seu papel memorial e se transforma em mero elemento decorativo na paisagem urbana.

Os monumentos não devem ser percebidos apenas como elementos estéticos, acessórios ou secundários nas cidades contemporâneas. Diante disso, este estudo buscou abordar pensadores cujas contribuições dialogam com os conceitos de

desenvolvimento local, priorizando perspectivas inclusivas, sustentáveis e diversas, que valorizam a identidade local e fortalecem o sentimento de pertencimento. Com base nessa abordagem, foram adotados três teóricos cujas ideias se mostram alinhadas ao propósito deste trabalho.

2.2 Monumentos numa cidade viva, para pessoas e de 15 minutos

Jacobs (2011) trouxe conceitos inovadores para se analisar os fenômenos urbanos. Atualmente, é uma referência necessária para se pensar em como melhorar a qualidade de vida nas cidades contemporâneas. Questionou assertivamente tendências urbanísticas preponderantes na década 1950, que atualmente já se encontram ultrapassadas. A jornalista se contrapôs à supervalorização do automóvel, sendo contrária à depreciação imposta aos centros urbanos por meio de demolições a prédios antigos justificadas em nome do progresso e contrária também à verticalidade como medida irrefutável para resolver problemas urbanísticos. A relevância do seu legado ganhou um novo impulso frente aos fracassos do modelo de planejamento tecnocrático, arbitrário e opressor (Marcos, 2024).

O conceito de cidade viva entende a necessidade de espaços cheios de vida, por entender que a vitalidade é fundamental tanto para as cidades quanto para os seus habitantes. Uma cidade viva deve servir prioritariamente às pessoas e não aos automóveis, que, apesar de importantes na mobilidade urbana, não devem estruturar as cidades, apenas complementá-las, servindo a elas e a seus habitantes. Suas ruas, calçadas e espaços públicos necessitam de movimentação, e até de um certo adensamento para assegurar um nível de segurança que ruas, calçadas e espaços públicos desertos não conseguem entregar, pois a segurança é atribuída aos olhos e à interatividade corriqueira dos moradores, trabalhadores, comerciantes, prestadores de serviços vinculados ao lugar, sendo este um detalhe essencial (Jacobs, 2011).

A diversidade é um eixo importante na vida das cidades. São importantes espaços mistos que contendam habitação, comércio, serviços e lazer, promovendo a diversidade, aplicável também na diversidade edilícia. Também, é importante a combinação de edificações de épocas e estados de conservação diversos, pois prédios antigos são fundamentais para que se estabeleça a diversidade de usos, que sejam compatíveis com atividades distintas e aptos aos diversos estratos econômicos. Os estabelecimentos e lugares públicos têm um papel motivacional nas cidades, eles

são agregadores e favorecem a permanência coletiva, tão importante para a vitalidade e para a vigilância nas cidades (Jacobs, 2011).

Lugares vivos servem tanto a usuários vinculados ao lugar quanto a simples espectadores e usuários transitórios, e ambos os grupos não fornecem o mesmo grau de comprometimento na vigilância das ruas e calçadas. O vínculo e o comprometimento demarcam essa diferença. Em uma cidade viva, os problemas devem ser resolvidos coletivamente, pois soluções particulares não caracterizam soluções para a cidade. O refúgio no interior de um automóvel ou o confinamento em condomínios fechados nunca serão sinônimos de segurança, enquanto áreas da cidade seguem apagadas e desvitalizadas, com ruas cegas e muitas vezes desertas e sinistras (Jacobs, 2011).

Os lugares públicos devem ser valorizados e preservados por favorecerem os contatos sociais. Esses contatos são responsáveis pela formação identitária da comunidade local. A ausência de lugares assim ou lugares públicos desvalorizados produz o individualismo, favorece pessoas desagregadas, sem consciência de grupo e vivendo numa condição de desapego ao lugar, pois o convívio é quem cria uma rede de respeito e confiança entre as pessoas. Uma boa vizinhança pode ser o ponto de equilíbrio entre a necessidade de privacidade, a satisfação de convívio e o auxílio por vezes necessário, em uma relação de convivência entre pessoas vivendo na cidade. Também, é importante respeitar as características particulares de cada bairro, pois essas particularidades são responsáveis por uma cidade mais rica de significâncias e mais vibrantes (Jacobs, 2011).

Adepto às cidades sustentáveis, Moreno (2024) defende a prevalência da qualidade de vida, acima das conquistas tecnológicas nas cidades contemporâneas. Ele sustenta que o habitar, o deslocar-se, o trabalhar, o abastecer-se, o cuidar da saúde e o divertir-se são ações básicas para se viver nas cidades atuais. Acredita que, para o bom desenvolvimento dessas ações, a cidade precisa ter sua identidade respeitada, assim como suas especificidades socioeconômicas, culturais e ecológicas, para que esses conceitos possam estar entremeados na habitação social, na mobilidade, nos espaços públicos, na segurança, nas redes de infraestruturas, na economia de proximidade, na cultura e no lazer (Moreno, 2024).

A cidade de 15 minutos se compatibiliza com a essência da cidade viva defendida por Jacobs (2011). Seus conceitos também consideram que as ruas, as

praças e os bairros são importantes espaços sociais, responsáveis pelo desenvolvimento da cidadania nas cidades. Considera-se que o direito à cidade não se encerra apenas no habitar, mas em todas as outras funções sociais essenciais para a qualidade de vida. Moreno (2024) define tais funções essenciais como: o trabalho, o abastecimento, os cuidados de saúde, a educação e o lazer (Jacobs, 2011; Moreno, 2024).

A oferta cultural, a disponibilidade dos lugares de memória e de outros lugares patrimonializados, apesar de não comporem de forma direta uma das funções essenciais listadas por Moreno (2024), permeiam seus conceitos, visto que os lugares monumentais estão compreendidos no lazer e na educação. Dessa forma, entende-se que na cidade os monumentos são fundamentais, por se caracterizarem como espaços públicos, por desempenharem um papel fundamental na formação dos territórios, pela sua importância na construção da identidade local, importante para que o vínculo de pertencimento se estabeleça. Tais funções também fortalecem a economia local e criam oportunidades para todos os envolvidos (Moreno, 2024; Di Méo, 2014).

A cidade de 15 minutos parte do princípio que o viver é medido em tempo. A partir daí, o conceito estabelece um modelo de cidade policêntrica, respirável e fluída, onde as funções sociais essenciais de seus habitantes sejam satisfeitas com um deslocamento mínimo de 15 minutos, seja por meio de caminhada ou de bicicleta. Isso reduz os deslocamentos, o desperdício de tempo, o uso de combustíveis fósseis. Uma cidade de 15 minutos deve proporcionar igualdade de oportunidades e de acesso aos serviços fundamentais, disponíveis a todos e não concentrados apenas em pontos centrais ou bairros privilegiados da cidade. Os territórios devem ser pensados como "bairros completos", de forma que seus moradores tenham suas necessidades essenciais satisfeitas localmente, com agilidade e com o mínimo deslocamento possível (Moreno, 2024).

A cidade de 15 minutos também se compatibiliza com as cidades para pessoas idealizadas por Gehl (2013), para quem dois elementos são imprescindíveis para se alcançar bons níveis de qualidade de vida urbana: a identidade e a coexistência, por se refletirem nas escalas dos espaços, nos conceitos de mobilidade ofertada e nas escolhas de políticas e de ações que possibilitem se alcançar cidades

cheias de vitalidade, sustentáveis, seguras e que apresentem seus espaços públicos valorizados (Gehl, 2013).

Tanto Moreno (2024) quanto Gehl (2013) possuem uma visão urbanística humanista. Contrários à setorização defendida pelo urbanismo modernista, concordam que uma cidade deve proporcionar políticas de indução para garantir espaços públicos convidativos para a caminhada e a utilização da bicicleta como meio de transporte para a solução das atividades cotidianas da população. Ambos defendem medidas de estímulo da diversidade, da permanência e da convivência (Moreno, 2024; Gehl, 2013).

A densidade urbana é importante, porque forma a massa crítica que respalda as políticas urbanas, que através de ações estratégicas definem toda a sorte de serviços, tais como: cultura, arte, gastronomia, lazer e entretenimentos em geral, o que torna a vida urbana mais interessante, a base econômica local mais fortalecida e eficiente, além de conferir um ganho de vitalidade aos espaços públicos em função do aumento do número de pessoas que circulam, frequentam e permanecem nesses lugares. Esse sistema favorece o sentimento de proximidade, de companhia, de compartilhamento, de inclusão e de animação (Gehl, 2013).

Este trabalho se harmoniza aos conceitos apresentados, busca o reconhecimento aos monumentos de Campo Grande e os insere em toda essa perspectiva teórica. Dessa forma, é possível entender que, por um viés, é possível questionar quais contribuições os monumentos são capazes de fornecer a esses referenciais de cidade, contribuindo para construir cidades mais sustentáveis, saudáveis, vivas e com melhor qualidade de vida. Por outro prisma, uma vez que, apesar de inverso, não se faz antagônico, mas complementar ao primeiro, também é possível questionar como esse urbanismo humanístico pode contribuir para a valorização, preservação e valorização dos monumentos, para a sua patrimonialização e para que eles continuem sendo lugares de memória cristalizada para gerações futuras.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a fundamentação e os procedimentos adotados no estudo, delineando o percurso metodológico que abrange desde as considerações iniciais até a discussão dos resultados. Nele, são detalhados as estratégias, técnicas e métodos empregados na coleta, análise e interpretação dos dados. A escolha do método baseia-se na natureza do objeto de estudo e nos objetivos propostos, assegurando a coerência entre a abordagem teórica e os procedimentos empíricos adotados.

3.1 Percurso metodológico

Este estudo está organizado em sete capítulos: 1) Considerações iniciais; 2) Referencial teórico; 3) Método; 4) Primeiro artigo; 5) Segundo artigo; 6) Discussões e resultados: representatividade dos lugares monumentais em Campo Grande; e 7) Considerações finais. Este item apresenta o percurso metodológico adotado, que será detalhado nos subitens subsequentes.

3.1.1 Da metodologia

Este item apresenta a metodologia adotada para a realização da pesquisa, organizada sob a forma de percurso metodológico. Essa escolha se justifica pelo fato de os resultados estarem estruturados em artigos independentes, cada um seguindo metodologias heterogêneas, que combinam diferentes abordagens, diversificam os procedimentos e garantem flexibilidade para uma investigação mais ampla e aprofundada.

A estrutura metodológica do estudo foi delineada para assegurar a coerência entre a abordagem teórica e a prática investigativa. Assim, o percurso metodológico foi distribuído ao longo dos itens deste capítulo, organizados e descritos por capítulo, detalhando aspectos como tipo de pesquisa, método, procedimentos metodológicos, tipo de dados e estratégias de coleta.

De forma geral, a pesquisa adota uma abordagem qualiquantitativa, combinando métodos exploratórios e descritivos para analisar os fenômenos investigados. A obtenção dos dados, predominantemente secundários e públicos, baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, observação participante e análise territorial dos monumentos. Além disso, os artigos que compõem os resultados do estudo seguem metodologias específicas, ajustadas aos objetivos propostos.

3.1.2 Dos resultados

Os resultados estão apresentados na pesquisa sob forma de dois artigos, cada um apresentado em um capítulo da dissertação. O primeiro deles, denominado *Aspectos territoriais e temporalidade na distribuição dos monumentos de Campo Grande, Mato Grosso do Sul*, está disposto no Capítulo 4. Este artigo participou do *City, Architecture and Sustainability - I Latin American Symposium*, em junho de 2023, no eixo temático *Memória, patrimônio e paisagem*, e foi publicado na *Revista Nacional de Gerenciamento de cidades* (v. 12, n. 87, 2024), o qual será identificado como artigo 1º. E, no capítulo seguinte, o outro artigo, identificado como artigo 2º, é titulado *Acesso e representatividade de monumentos. Distribuição de lugares monumentais e de memória em Campo Grande – Mato Grosso do Sul*.

3.1.2.1 Artigo 1º – Aspectos territoriais e temporalidade na distribuição dos monumentos de Campo Grande, Mato Grosso do Sul

No capítulo 4, o artigo 1º foi desenvolvido mediante método dialético, com base em uma pesquisa de natureza básica, adotando uma abordagem qualiquantitativa. Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Considerando os procedimentos, fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental, para isso foram utilizados dados secundários, públicos, quantitativos e qualitativos.

O artigo 1º está estruturado em cinco tópicos: 1) Considerações iniciais; 2) Patrimônio histórico e cultural; 3) Monumentos de Campo Grande; 4) Considerações finais e 5) Referências. As considerações iniciais demonstram a compatibilidade do artigo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. O segundo, denominado *Patrimônio histórico e cultural*, traz uma revisão bibliográfica, utilizando-se de dados secundários e qualitativos, que ao final define, fundamenta e posiciona o objeto estudado.

No tópico seguinte, *Monumentos de Campo Grande*, foi conduzido um estudo com enfoque na distribuição territorial dos monumentos. Nele, foram analisadas as respectivas localizações e a distribuição de cada um deles pelas regiões urbanas da cidade. O estudo revelou uma desigualdade na distribuição desses bens culturais pelo espaço urbano de Campo Grande. Para visualizar essa discrepância, os dados foram

organizados em um gráfico de setores, permitindo a comparação entre as frequências absolutas e as respectivas porcentagens de monumentos por região.

Na sequência, foi realizada uma análise crítica do *Plano Diretor* de Campo Grande, considerando os dispositivos de proteção disponibilizados por ele aos monumentos. O estudo revelou que, dos sessenta e seis monumentos identificados, apenas dois possuem proteção assegurada pelo *Plano Diretor*. Isso ocorre devido a legislações anteriores específicas que garantiram o tombamento desses dois bens culturais. Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas mais abrangentes para a preservação dos lugares monumentais da cidade.

O quarto tópico apresenta um estudo sobre a produção de monumentos com foco na temporalidade histórica. A pesquisa foi estruturada com base em uma abordagem básica e quali-quantitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. Para a interpretação dos dados obtidos, foi aplicada uma análise de conteúdo temática e categorial.

O estudo contabilizou os monumentos conforme a década de produção, resultando em um gráfico de colunas empilhadas que sintetiza visualmente as seguintes informações:

1. a quantidade de monumentos produzidos em cada década;
2. a identificação dos períodos de maior e menor produção de monumentos;
3. a categorização dos monumentos por grupo temático ao longo das décadas;
4. a diversidade temática presente em diferentes períodos;
5. a identificação de fases de ascensão, apogeu, estagnação e declínio na produção de novos monumentos;
6. a intensidade dessas variações representada graficamente.

As considerações finais do artigo 1º apresentam uma categorização das décadas de acordo com a contribuição na produção de novos monumentos. Dessa forma, foi possível estabelecer seis períodos distintos, caracterizados por seus respectivos padrões produtivos, diversidade temática e contexto histórico. Por fim, são apresentadas as referências utilizadas no estudo.

3.1.2.2 Artigo 2º – Aspectos territoriais e temporalidade na distribuição dos monumentos de Campo Grande, Mato Grosso do Sul

No Capítulo 5, o artigo 2º foi desenvolvido mediante método dialético, com base em uma pesquisa de natureza básica, bibliográfica, documental, mediante revisão bibliográfica. Nela, foi adotada uma abordagem qualiquantitativa e foram utilizados dados secundários, públicos, quantitativos e qualitativos. Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Considerando os procedimentos, fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental. Foram utilizados nesta pesquisa dados secundários, públicos, qualitativos e quantitativos, estes últimos apresentados em frequências absolutas, relativas e taxas, fornecendo uma visão abrangente do patrimônio cultural da cidade. Também, foram utilizados dados históricos a partir de fontes primárias e secundárias.

O artigo 2º, intitulado *Acesso e representatividade de monumentos: Distribuição de lugares monumentais e de memória em Campo Grande – Mato Grosso do Sul*, está estruturado em seis tópicos, cada um responsável por desenvolver as discussões e apresentar os resultados obtidos. Em suas considerações iniciais, o estudo define como eixo temático a distribuição dos monumentos na cidade, analisando seu *locus* de implantação. O objetivo principal é investigar a relação entre os bens culturais materiais e imóveis, como os monumentos integram o patrimônio cultural de Campo Grande e fatores como a localização, o contexto territorial e a temporalidade de sua implantação. Além disso, o artigo destaca a relevância da pesquisa e seu alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, reforçando sua contribuição para reflexões sobre preservação patrimonial e equidade no acesso aos espaços de memória.

O tópico *O Plano Diretor de Campo Grande e os lugares monumentais: uma problemática* baseou-se em dados secundários de natureza qualitativa e quantitativa, sendo estes últimos apresentados em frequências absolutas, relativas e taxas. A estrutura do estudo foi delineada a partir de uma análise crítica conceitual do *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande*, com foco na disponibilização de mecanismos de proteção aos monumentos.

A análise revelou que o *Plano Diretor* apresenta lacunas significativas que comprometem a salvaguarda dos lugares monumentais. O estudo constatou que o documento:

1. não estabelece dispositivos legais específicos para a proteção desses bens;
2. não realiza um inventário abrangente dos monumentos;
3. não os identifica como elementos essenciais do patrimônio cultural;
4. não determina suas localizações de maneira sistemática;
5. não adota ferramentas de georreferenciamento para mapeá-los.

A pesquisa identificou que, dos monumentos classificados como lugares monumentais, apenas dois estão amparados por instrumentos jurídicos e técnicos que favorecem sua proteção, conservação e restauração. No entanto, essa proteção decorre de legislações anteriores e está vinculada às Zonas Especiais de Interesse Cultural, categoria na qual esses monumentos não estão formalmente incluídos.

Além disso, as diretrizes para a criação da “política municipal de arte pública” não contemplam ferramentas que assegurem a proteção direta dos lugares monumentais. Assim, o estudo conclui que o *Plano Diretor* não está alinhado com os objetivos de preservação do patrimônio cultural do município, falhando em fornecer uma base normativa sólida para a construção de políticas eficazes de proteção. Essa inadequação também evidencia um descompasso com as metas 10.2, 10.3 e 11.4 da Agenda 2030, que tratam da redução das desigualdades e da valorização do patrimônio cultural no contexto do desenvolvimento urbano sustentável.

O tópico intitulado *Do espaço geográfico ao lugar* apresenta uma revisão bibliográfica que fundamenta teoricamente conceitos geográficos essenciais para a compreensão das relações entre espaços, territórios e lugares. Dado que há conexões evidentes entre os monumentos desprotegidos e seu *locus* de implantação, o texto explora como esses conceitos se interligam.

A abordagem destaca que espaço geográfico, território e lugar são categorias que não existem de forma isolada, mas são moldadas e subordinadas ao poder das abstrações humanas, tanto em seu reconhecimento quanto em sua constituição. Dessa forma, a percepção e a formação dos espaços vividos dependem das dinâmicas sociais, políticas e culturais que influenciam sua construção e valorização.

Os espaços vividos dependem de estímulos e enriquecimentos advindos de recursos históricos, culturais, sociais e intelectuais para a formação. Aliados a lugares patrimonializados, auxiliam na formação dos territórios, que devem capitalizar seus

recursos históricos e culturais. Caso contrário, não se tornam ambientes sociais atrativos, dificultando o fortalecimento identitário local e a criação do sentimento de pertencimento, além de provocar uma redução nas potencialidades econômicas. Este capítulo se encerra apresentando o mapa do perímetro urbano de Campo Grande, subdividido em regiões urbanas, estas criadas pelo *Plano Diretor* de Campo Grande de 1995. Essa divisão territorial, apesar de ter sofrido ampliações do perímetro urbano, vigora até os dias atuais.

No tópico intitulado *Patrimônio cultural, monumentos e lugares de memória*, foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, de natureza básica, fundamentada em revisão de literatura. O estudo adotou o método dialético e uma abordagem qualitativa, visando aprofundar a análise e a contextualização do tema. Para isso, foram utilizados dados qualitativos, públicos e bibliográficos, extraídos de fontes secundárias.

A contribuição deste tópico para o artigo 2º foi estabelecer, por meio de uma revisão bibliográfica, os conceitos de patrimônio cultural, descrever o processo de patrimonialização e explicar, com embasamento teórico, o significado de memória. Além de definir os lugares de memória, o tópico discute como eles são percebidos e destaca sua importância para o exercício da memória nas sociedades contemporâneas, especialmente diante da ausência de uma memória espontânea que as caracteriza. Por fim, apresenta de maneira clara e fundamentada o objeto de estudo do artigo 2º.

O tópico intitulado *Campo Grande: seus monumentos, sua evolução e as transformações territoriais urbanas* consiste em uma revisão de literatura exploratória e descritiva, de natureza básica. Utilizaram-se método comparativo, séries temporais e uma abordagem qualiquantitativa. Seu objetivo é estabelecer uma conexão entre a distribuição dos monumentos e o desenvolvimento urbano de Campo Grande, por meio de uma análise comparativa que possibilite compreender as lógicas de escolha dos *loci* de implantação. Para isso, foram utilizados dados qualitativos e quantitativos, sendo estes últimos apresentados em frequências absolutas, relativas e taxas, além de fontes públicas, bibliográficas e secundárias.

O estudo sobre a evolução urbana de Campo Grande, em paralelo à implantação de seus monumentos, foi estruturado com base em dois eixos principais: um temporal e outro espacial. Essa abordagem permitiu analisar como os

monumentos foram gradualmente locados e distribuídos no tecido urbano da cidade, bem como as consequências sociais da má distribuição desses elementos, previamente identificada.

Para a elaboração desse estudo, foram utilizadas três bases cartográficas, todas reproduzidas a partir de mapas históricos de Campo Grande. O primeiro mapa remonta à década de 1920, sobre ele foram apresentadas as localizações dos monumentos desse período. Sobre a base cartográfica, criada em 1938, foram adicionados todos os monumentos implantados até a década de 1960. Já o terceiro mapa, datado de 1989, foi escolhido por ser o primeiro mapa temático a indicar a densidade habitacional da cidade, permitindo a sobreposição dos monumentos distribuídos até aquele ano. A aplicação desse método possibilitou observar a forma como os monumentos foram gradualmente sendo distribuídos em um território em constante expansão.

A partir de 1995, o território de Campo Grande passou a ser subdividido em regiões urbanas, modificando a forma de disponibilização dos dados. Enquanto anteriormente as informações eram apresentadas para a área urbana como um todo, posteriormente passaram a ser organizadas por regiões específicas. Além disso, a expansão territorial exigiu representações em escalas maiores. Como as peças gráficas da época ainda eram analógicas, tornou-se necessário reduzir o desenho a uma escala que inviabilizava a localização precisa dos monumentos com os recursos técnicos disponíveis naquele momento. Essa limitação impossibilitou a continuidade da comparação gráfica.

Por outro lado, com a segmentação dos dados em sete regiões distintas, além das informações sobre a área urbana integral, foi possível continuar as análises por meio de análise quantitativa através de estatística descritiva. Esses dados foram expressos em frequências absolutas, relativas e taxas, incluindo a taxa de monumentos por grupo de 10.000 habitantes e a taxa de monumentos por área de 1.000 hectares. Dessa maneira, tornou-se viável mensurar e comparar a implantação de novos monumentos entre as diferentes regiões urbanas, com séries de análise estendendo-se até os anos de 2019 e 2023.

Para a apresentação dos resultados, foi elaborada uma tabela que facilita a compreensão da evolução dos monumentos ao longo dos períodos analisados, permitindo comparações entre a relação dos monumentos, a extensão territorial e a

população nas diferentes regiões urbanas, na área urbana e no total do município de Campo Grande. A partir dessa tabela, foi possível estabelecer análises comparativas, evidenciando padrões e tendências.

Os achados deste tópico indicam que a localização dos monumentos não está diretamente relacionada a fatores demográficos nem à extensão territorial. Além disso, destacou-se uma tendência contínua de desigualdade na distribuição dos monumentos entre as regiões urbanas.

Por fim, o artigo 2 é concluído com um capítulo dedicado às considerações finais e recomendações. Ao término do artigo, são apresentadas as referências utilizadas na pesquisa.

3.1.3 Da discussão dos resultados: representatividade dos lugares monumentais em Campo Grande

O Capítulo 6, intitulado *Discussões e resultados: representatividade dos lugares monumentais em Campo Grande*, apresenta a análise dos resultados obtidos e está estruturado em dois tópicos. O primeiro, denominado *A desigualdade da representatividade dos monumentos em Campo Grande, sob as perspectivas do tempo, do território e do tema*, examina os achados dos dois artigos discutidos, unificando, conectando e consolidando suas conclusões. Além disso, desenvolve uma reflexão sobre a desigualdade na representatividade dos monumentos da cidade, considerando aspectos temporais, territoriais e temáticos.

Para o desenvolvimento deste tópico, foi adotada uma análise de conteúdo integrada, fundamentada em procedimentos bibliográficos e documentais. A pesquisa baseou-se em dados secundários, de natureza qualitativa, abrangendo fontes públicas, históricas, documentais e bibliográficas. Os dados foram obtidos por meio de coleta secundária, incluindo pesquisa bibliográfica, registros históricos e arquivísticos.

Essa análise estabelece uma conexão entre os períodos histórico-temporais identificados no primeiro artigo e os estudos locacionais dos monumentos abordados no segundo, proporcionando uma visão sistêmica e integrada. O Capítulo se encerra com dois quadros-síntese, que categorizam os seis períodos analisados e facilitam futuras consultas às informações, apresentados na Figura 10 e na Figura 11.

O Capítulo 6 inclui um segundo tópico intitulado *Produtividade de monumentos para as pessoas*, no qual foram formuladas algumas proposições que

oferecem uma nova perspectiva sobre os monumentos, reconhecendo seu papel significativo na cidade e indo além da visão de que são meras alegorias na paisagem urbana. Este tópico reflete sobre a possibilidade de maximizar esses papéis, desde que sejam devidamente reconhecidos pela gestão pública municipal. Além de sua função memorial, os monumentos têm uma importância crucial na valorização humana e comunitária dentro do tecido urbano. Assim, é fundamental deixá-los de ser vistos apenas como artefatos estéticos e supérfluos, que privilegiam alguns, para torná-los mais disponíveis, acessíveis, interessantes e prazerosos para toda a população.

Este tópico apresenta uma revisão de literatura de natureza básica, quantitativa, exploratória, descritiva e explicativa. No desenvolvimento da pesquisa, foram aplicados o método indutivo e o dedutivo em diferentes etapas. A fundamentação do estudo baseou-se em dados secundários, obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e consultas a bases de dados *on-line*. Além disso, para a representação cartográfica, foram utilizados dados primários coletados por meio de levantamento de dados espaciais.

O tópico apresenta, na Figura 12, um mapa de Campo Grande dividido em regiões urbanas, representando territórios institucionalizados e a localização georreferenciada de todos os monumentos existentes. As coordenadas geográficas (latitude e longitude) foram obtidas por meio de um aparelho GPS, com o auxílio de satélites e do Sistema de Informações Geográficas (SIG), tendo como referência o Sistema Geocêntrico para as Américas (Sirgas, 2000), que serve como referencial geodésico para o Sistema Geodésico Brasileiro, conforme a Resolução 01/2005 do IBGE. O erro admissível dos pontos é de até três metros. As coordenadas geográficas dos monumentos estudados estão disponíveis no Apêndice 3.

Em continuidade, buscando territórios mais completos e complexos, e respaldados pelo referencial teórico construído, foi apresentada uma proposta fundamentada na aplicação de alguns conceitos das cidades de 15 minutos aos lugares de memória. O objetivo era reconhecer áreas a partir das quais os monumentos pudessem ser acessados em até 15 minutos, seja a pé ou de bicicleta.

Para converter o tempo de percurso em uma distância média percorrida, foram realizadas simulações utilizando as ferramentas "Distância" e "Rotas" do aplicativo *Google Maps*. Essas simulações, detalhadas nas figuras 13 e 14,

contemplaram ambos os modais estudados. A aplicação do método indutivo permitiu concluir que, em média, os limites de distância para deslocamentos em 15 minutos seriam de 1.000 metros para caminhadas a pé e 3.000 metros para trajetos de bicicleta. Com base nesses resultados, essas medidas foram adotadas para o estudo.

Em seguida, essas duas medidas foram utilizadas para a elaboração de dois novos mapas, apresentados nas figuras 15 e 16, cada um correspondente a um dos modais estudados. Dessa vez, foi aplicado o método de densidade de Kernel, amplamente utilizado para analisar padrões geográficos. Essa técnica estatística gera uma superfície de densidade ao redor dos pontos previamente georreferenciados, permitindo a criação de um mapa de calor que evidencia as áreas de maior e menor concentração de monumentos sobrepostas ao mapa urbano de Campo Grande.

Ambos os mapas consideraram um percurso de 15 minutos, porém cada um reflete a área de deslocamento de acordo com o modal específico analisado. Além disso, a representação cartográfica possibilitou a identificação dos limites de deslocamento possíveis dentro desse intervalo de tempo, a partir de cada monumento, destacando as áreas ocupadas por populações locais potencialmente usuárias frequentes desses espaços.

A relevância dessa construção para o estudo reside no fato de que, embora o artigo 2º já tenha evidenciado a existência e a magnitude da desigualdade na distribuição dos monumentos, os mapas proporcionaram sua materialização visual, permitindo a percepção clara e a localização exata dessas disparidades. Além disso, eles evidenciaram desigualdades dentro das próprias regiões urbanas.

3.1.4 Considerações finais e recomendações

O Capítulo 6 encerra este trabalho ao apresentar os resultados que possibilitaram o cumprimento dos objetivos propostos. Nele, são discutidos os principais aportes evidenciados ao longo da pesquisa. Em seguida, o Capítulo 7 traz as considerações finais, incluindo recomendações sobre as proteções necessárias aos lugares monumentais da cidade, além de diretrizes para políticas públicas mais inclusivas na implantação de novos monumentos e critérios a serem considerados para orientar essas implantações.

Após a conclusão do estudo e a análise dos resultados, verificou-se que os objetivos gerais e específicos deste trabalho foram plenamente alcançados.

4 ARTIGO 1º – ASPECTOS TERRITORIAIS E TEMPORALIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DOS MONUMENTOS DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL

Fernando César Pires Batiston

Arquiteto, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, UCDB, Brasil
fernandobatiston@gmail.com

Dolores Pereira Ribeiro Coutinho

Doutora em Ciências Sociais, Brasil
doloresribeiro@uol.com.br

Pedro Pereira Borges

Doutor em Ciências Sociais, docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, UCDB, Brasil
pobojari@ucdb.br

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar os bens culturais, materiais e imóveis que integram o Patrimônio Cultural da Cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Para isto, realizou-se uma revisão bibliográfica e documental sobre patrimônio cultural do município. Este estudo se refere aos monumentos que, além de se constituírem em bens culturais, materiais e imóveis, portadores de imaterialidade própria, se caracterizam por suas funções de orientação da comunidade no tecido urbano, valorização da paisagem citadina, concentração de elementos simbólicos e difusão da memória, que de uma forma ou de outra estimulam os habitantes e moradores de um determinado lugar. Considerando-se o conteúdo apresentado, foi possível identificar a existência de uma distribuição irregular dos 66 monumentos no espaço territorial de Campo Grande e, no que se refere à criação de novos monumentos, observar que, no transcorrer do tempo, a produção de monumentos pode ser distribuída em seis períodos distintos, ao considerar-se os fatores de produção, contexto histórico e temáticas abordadas.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio histórico. Monumentos. Memória.

4.1 Considerações iniciais

A temática desta pesquisa é a distribuição dos monumentos de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, tendo como foco os aspectos territoriais e a temporalidade. Quanto ao objetivo, este é investigar os bens culturais, materiais e imóveis que integram o Patrimônio Cultural da cidade.

Este trabalho surgiu na esteira da nova política global proposta pelas Nações Unidas, em 2015, tendo como ponto de partida a denominada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O plano tem como objetivo elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas a partir de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais se desdobram em 169 metas a serem atingidas por meio de ações conjuntas em diferentes níveis de governo, organizações, empresas e sociedade como um todo, nos âmbitos internacional, nacional e também local.

No 11º objetivo, Cidades e Comunidades Sustentáveis, a meta 11.4 estabelece que é necessário “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”. Desta forma, uma das competências dos municípios é cuidar de seu patrimônio mediante a promoção de serviços básicos que garantam a qualidade de vida de seus habitantes, sendo, portanto, responsabilidade do governo local proteger seu patrimônio natural e cultural.

Partindo dessa premissa, este trabalho nasceu da constatação de que determinada parcela dos monumentos da cidade de Campo Grande não está abarcada na proteção fornecida pelos dispositivos legais da municipalidade, em especial do *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande* (PDDUA) (Diogrande, 2019), que, por sua vez, possui como um de seus eixos estruturantes, para se alcançar o conceito de cidade almejado, a preservação do patrimônio natural e cultural do município de Campo Grande, bem como o respeito à sua história e à sua gente (Diogrande, 2019).

Em razão do exposto, é necessário a produção e armazenamento de mais informações acerca dos monumentos, e, para tanto, elabora-se este estudo, com o fito de ampliar a compreensão acerca do surgimento dos monumentos do município de Campo Grande no transcurso de sua história, explorando desde a origem de alguns desses artefatos até a relação com o contexto histórico e social em suas respectivas épocas.

Diante do exposto, para se estabelecer que o objeto deste artigo são bens culturais, materiais e imóveis que integram o Patrimônio Cultural da Cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, realizou-se uma revisão bibliográfica e documental sobre patrimônio cultural da cidade.

Entende-se que o resultado dessa investigação possa contribuir agregando conhecimentos acerca dos monumentos, que estão à disposição para subsidiar o embasamento de políticas públicas e a construção de dispositivos legais protetivos relacionados a esses bens culturais.

4.2 Patrimônio histórico e cultural

A definição de patrimônio adotada na Carta para a Preservação do Patrimônio do Québec (1980) foi construída pelo Comitê de Terminologia da Associação do Québec para a Interpretação do Patrimônio Nacional. Nela, o patrimônio é definido como “a conjugação das criações e dos produtos da natureza e do homem que, na sua integridade, constituem, no espaço e no tempo, o ambiente em que vivemos” (Icomos, 1982).

Sendo assim, o patrimônio é considerado um bem pertencente à comunidade, que se traduz numa preciosa herança e que, assim como foi recebido, pode e deve ser deixado ao usufruto das gerações futuras, traduzindo-se num convite ao reconhecimento e à participação coletiva.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2002), o Art. 7º da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural estabelece que o patrimônio cultural é a fonte da criatividade, posto que toda criação tem suas origens nas tradições. Afirma, também, que o patrimônio deve ser preservado, valorizado e transmitido em todas as suas formas, garantindo seu acesso às futuras gerações e visando possibilitar o testemunho das experiências e das aspirações humanas para alimentar a criatividade em toda sua diversidade e proporcionar diálogo entre as culturas (Unesco, 2002).

O patrimônio de um povo ou território — sendo ele um conjunto de bens, naturais e/ou culturais, nos quais determinado grupo sociocultural se identifica e neles reconhece os seus valores específicos e particulares, herdados de seus ancestrais — deve, portanto, ser preservado, valorizado e transmitido em todas as suas manifestações às futuras gerações, possibilitando a elas a obtenção de um testemunho das experiências e aspirações vividas por seus antepassados; eis aqui o primado da sustentabilidade.

Os bens patrimoniais se dividem entre naturais e culturais. Os bens naturais são aqueles construídos por forças naturais, como as formações geológicas, hídricas

e vegetais, dentre outros; enquanto os bens culturais são aqueles edificados por meio das habilidades humanas, como as obras de arte, as arquitetônicas e os saberes (tanto os populares quanto os eruditos), dentre outros tantos criados pela humanidade. Quanto à materialidade, os bens culturais podem se apresentar como bens de natureza material, aqueles que apresentam sua constituição tangível, ou podem apresentar natureza imaterial, quando sua formação subjetiva decorre de elementos intangíveis (Brasil, 1988).

Monumento é uma estrutura ou local histórico de caráter excepcional, notável por sua importância no desenvolvimento de uma civilização ou comunidade, bem como por suas qualidades incomuns de forma, estilo e função. Existem monumentos projetados por arquitetos, escultores e pintores que foram construídos especificamente para homenagear ou memorar uma ocorrência, ocasião ou personagem histórico. Outros são relíquias do passado que resistiram ao teste do tempo e foram preservados pela sociedade como emblemas comunitários e lembretes da memória de um povo (Iphan, 2009).

4.3 Monumentos de Campo Grande

Segundo a Carta de Cracóvia, publicada na Conferência Internacional sobre Conservação (2000), o monumento “[...] é uma entidade identificada pelo seu valor e que constitui um suporte da memória. Nele, a memória reconhece aspectos relevantes relacionados com actos e pensamentos humanos, associados ao curso da história e ainda acessíveis”.

O município de Campo Grande conta com 66 monumentos, sendo que destes, quatro não foram considerados devido à insuficiência de dados, de forma que não farão parte deste estudo, visto que não se pode obter informações sobre os atos inaugurais ou a época de criação identificados.

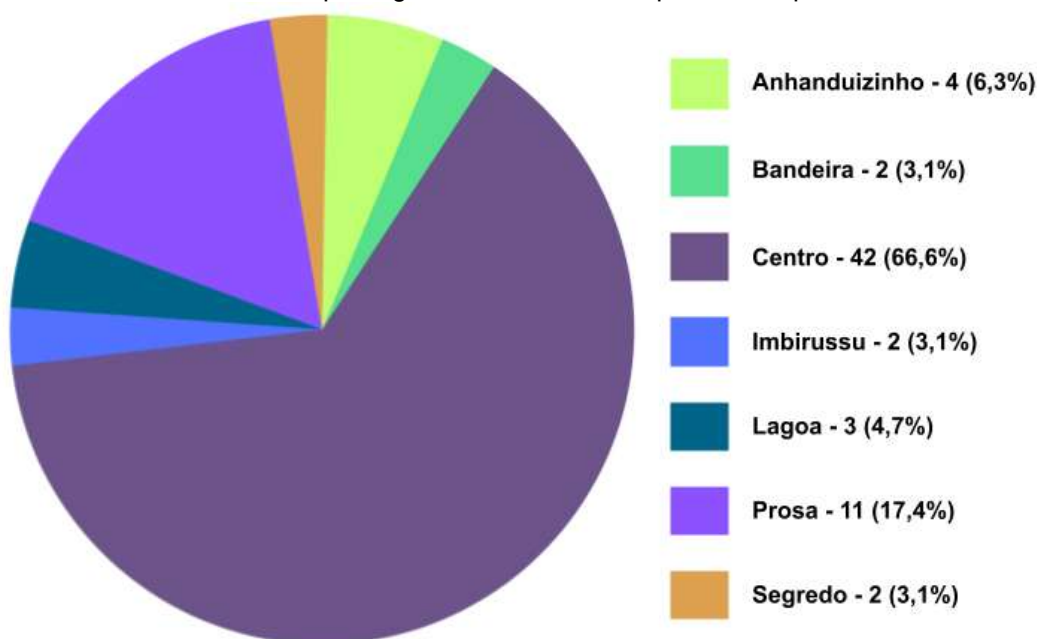
Sendo assim, os monumentos Busto do Dr. Fernando Correa da Costa, Monumento à Força Expedicionária Brasileira, Marco Rotário (Rotary/Lions Clube) e Marcos de Inauguração de Obras Governamentais não foram incluídos neste estudo, que conta com 66 monumentos.

A maioria dos bens culturais de Campo Grande está distribuída na região central do município, que possui seu território dividido em sete regiões urbanas. A maior concentração de monumentos está na Região Urbana do Centro, com 66,6%

do total, território que coincide com as ocupações mais antigas da cidade, seguida pela Região Urbana do Prosa, que apresenta o equivalente a um quarto da quantidade de monumentos da Região Urbana do Centro (Planurb, 2022).

Apesar de nenhuma das regiões urbanas apresentar ausência de monumentos, as cinco regiões urbanas que apresentam menor quantidade de monumentos são as regiões do Anhanduizinho, Bandeira, Imbirussu, Lagoa e Segredo; juntas, essas regiões contam com apenas 13 monumentos, número que representa menos de 1/5 de todos os monumentos de Campo Grande, ou seja, menos de 1/3 do total de monumentos encontrados na Região Urbana do Centro. Diante do exposto, pode-se afirmar que existe uma desigualdade na distribuição territorial dos monumentos em Campo Grande (Figura 1).

Figura 1 — Quantidade de monumentos por região urbana do município de Campo Grande–MS



Fonte: elaboração própria (2023).

Para a gestão de seus espaços físico-territoriais, Campo Grande conta com um *Plano Diretor* (Diogrande, 2019), definidor de uma política de desenvolvimento urbano-ambiental que toma por objetivo o respeito às funções sociais da cidade para ordenar seu desenvolvimento — das quais se destacam: a garantia do direito a uma cidade sustentável, a gestão democrática participativa por meio de entidades

representativas e a justa distribuição de benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização — e que está estruturado em conceitos de cidade compacta e policêntrica, baseada na preservação do patrimônio natural e cultural do município, no respeito à sua história, na minimização das distâncias sociais e econômicas entre as classes sociais e na ideia de cidade independente, articulada, moderna, inteligente e segura, com políticas de gestão e inclusão (Diogrande, 2019).

O *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande* (PDDUA), estabelecido pela Lei Complementar n.º 341, de 4 de dezembro de 2018 (Diogrande, 2019), definiu em seu artigo 31 as Zonas Especiais de Interesse Cultural (Zeic). Segundo esse dispositivo legal, essa modalidade de gestão espacial foi definida por apresentar a ocorrência de patrimônio cultural e é formada por quatro categorias distintas, a fim de evitar a perda ou o desaparecimento de suas características (Diogrande, 2019).

O *Plano Diretor* distribui as Zeics em quatro categorias. A primeira, denominada Zona Especial de Interesse Cultural 1 (Zeic 1), conta com 30 bens culturais materiais e imóveis tombados por legislação municipal, estadual ou federal. A segunda categoria, Zeic 2, abarca 294 bens culturais materiais, imóveis e não tombados, mas que apresentem relevância arquitetônica, paisagística ou urbanística para a memória ou para a identidade local. Apesar de não possuírem ato de tombamento e, conseqüentemente, não estarem inscritos em livro de tombo, são listados e identificados, garantindo sua proteção.

A Zona Especial de Interesse Cultural 3 (Zeic 3), terceira categoria definida pelo *Plano Diretor*, contempla quatro conjuntos arquitetônicos, urbanísticos ou paisagísticos caracterizados por sua importância histórica para a cidade. Por fim, 19 *lôcus* destinados à preservação da memória coletiva, aquilo que Pierre Nora (2009) denomina como lugares de Memória, formam a Zona Especial de Interesse Cultural 4 (Zeic 4). Sobre memória e esquecimento, Van Lonkhuijzen (2022) afirma que,

com base na definição de memória como substantivo feminino, sinônimo de lembrança, recordação de tempos passados, monumentos ou em fatos na história, [...] a memória se forma da dialética entre o passado e o presente, individual e coletivo, mas, principalmente, é sempre carregada por grupos vivos e, por isso, se encontra sempre em evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento (Van Lonkhuijzen, 2022, p. 489).

Apesar de Campo Grande possuir 66 monumentos públicos (Arguelho, 2022; Planurb, 2022), apenas dois destes são tombados (Delvizio; Matias, 2022): o Obelisco, localizado na Avenida Afonso Pena, primeiro bem cultural tombado da cidade, que ocorreu apenas em 1975, porém inaugurado durante as comemorações do aniversário da cidade em 1933; e o monumento símbolo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), projetado em 1970 pelo artista plástico Caetano Fraccaroli e tombado — tardiamente — no ano de 2006 (Arguelho, 2022; Planurb, 2022; Delvizio; Matias, 2022).

Estas constatações apontam para as políticas públicas de proteção patrimonial do município, que não tratam com prioridade essa modalidade representativa de patrimônio histórico-cultural de Campo Grande. Nota-se ainda que, dos 347 bens culturais abarcados, reconhecidos e protegidos enquanto patrimônio cultural pelo município por meio do *Plano Diretor*, apenas os dois supracitados são reconhecidos como Patrimônio Cultural, recebem a proteção devida por meio do referido instrumento de gestão e, em razão de estarem tombados pelo município, se caracterizam como Zeic 1.

Aqui não se faz referência a monumento em seu sentido amplo, embora, de acordo com a definição de monumento da Carta de Cracóvia, ou seja, este estudo não compreenderá toda a sorte de obras arquitetônicas tais como igrejas, indústrias e complexos arquitetônicos, posto que, na atualidade, a todos os bens naturais ou culturais de grande relevância é atribuído o termo monumento para sua designação (Conferência Internacional Sobre Conservação, 2000).

Neste estudo, entende-se por monumentos os que, além se constituírem em bens culturais, materiais, imóveis, portadores de imaterialidade própria, se caracterizam por sua função de orientação da comunidade no tecido urbano, valorização da paisagem citadina, concentração de elementos simbólicos e difusão da memória, que de uma forma ou de outra estimulam os habitantes e moradores de um determinado lugar.

Sendo assim, pretende-se fazer o reconhecimento desse conjunto de monumentos públicos, de forma a ampliar o reconhecimento do processo de instalação desses bens na malha urbana, identificando a concentração e a carência do surgimento desses monumentos no perímetro urbano de Campo Grande ao longo dos anos.

Os 66 monumentos abarcados neste estudo foram produzidos ao longo de pouco mais de um século de história, já que o primeiro monumento surgiu em 1922 e o último, em 2022. O estudo do surgimento desses artefatos ao longo dos anos revela períodos de produção mais ou menos intensa, entremeados a diferentes contextos históricos e culturais, nos quais todos os territórios estão inevitavelmente imersos e influenciam o escopo temático das obras produzidas.

Em razão de este estudo se referir ao surgimento de novos monumentos, foram considerados inclusive monumentos que foram posteriormente demolidos. Além disso, os dados são cumulativos e retratam o total de monumentos produzidos em Campo Grande.

A quantidade de monumentos produzidos em cada década dos séculos XX e XXI está distribuída de forma heterogênea. Também é possível observar períodos de baixa produção, como as décadas de 1920 a 1939 e entre os anos de 1950 e 1969, um período de estagnação de 1940 a 1949, um período de recuperação de 1970 a 1989 e também um período de alta produção de 1990 a 2009. Dessa forma é possível analisar o aparecimento dos monumentos e relacioná-los aos momentos históricos em que eles surgiram.

Considerando a importância de registrar a presença de outros grupos humanos nessa região, segundo Cabral (1999), as terras originárias de Campo Grande podem ter sido a morada dos povos indígenas Terenas, Caiapós ou Guaranis. Entretanto, em 1872 um grupo de posseiros assentados às margens do Córrego Prosa recebeu a visita de um mineiro oriundo de Monte Alegre chamado José Antônio Pereira, que, gostando do que viu, trouxe toda sua família, agregados e escravos numa comitiva que somava 62 migrantes, dando início a um projeto de ocupação da região. Em 1899, o acampamento foi elevado à condição de vila, que posteriormente viria a se tornar a cidade de Campo Grande (Cabral, 1999).

A história oral também aponta para a existência de uma comunidade negra, vinda de Mineiros de Goiás, que se estabeleceu na antiga região do Cascudo, na atual Região Urbana do Segredo. O grupo era composto por descendentes de Eva Maria de Jesus, também conhecida como tia Eva, e alguns agregados quilombolas, contemporâneos à ocupação de José Antônio Pereira (Cabral, 1999).

Segundo Maciel (1999), em 26 de agosto de 1899, a localidade foi elevada à condição de vila, ato decretado e publicado em agosto de 1899, e já na primeira década do Século XX, segundo Oliveira Neto (2005), foi marcada por grandes novidades: os primeiros regramentos para a garantia de boa convivência urbana (1905); um Plano de Alinhamento de Ruas e Praças (Rocio), de 1909, que definiu a urbanização do centro; e a elevação à sede de Comarca, em 1910. Entretanto o plano não contemplava a comunidade negra dos descendentes de Tia Eva, cujos membros também eram contemporâneos à primeira ocupação territorial destas terras e que já estavam estabelecidos na região do Cascudo (Maciel, 1999; Oliveira Neto, 2005).

Oliveira Neto (2005) também observa que, na década seguinte, com o Rocio implantado e as notícias da futura chegada da ferrovia, uma promessa de pujança alterou a lógica de ocupação urbana, e a atratividade natural em se ocupar as margens do córrego Prosa perdeu força para o magnetismo da área onde foi implantada a Estação Ferroviária da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que viu aumentada a circulação de pessoas e de riquezas na sua confluência. Por essa razão houve um espalhamento das edificações nas ruas recém-projetadas. Diversos periódicos foram lançados e, em agosto de 1914, o trem inaugural estacionou na Estação Ferroviária de Campo Grande (Oliveira Neto, 2005).

Conforme Arruda (1997), o trem trouxe o desenvolvimento e o progresso, estreitou distâncias, intensificou a migração e abriu as portas aos imigrantes que chegavam ao Brasil vindo de toda parte do mundo, e ao fim daquela década, no ano de 1918, Campo Grande foi elevada de vila a cidade. Foi nessa época que a primeira edificação militar foi construída na região. Em 1919, o Ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras, distribuiu as tropas militares federais pelo Brasil e Campo Grande passou a abrigar a 11^a circunscrição Militar de Mato Grosso (uno). O processo de instalação dos prédios militares diversos se estendeu, com intensidade, por toda a década de 1920 e início da década de 1930, entretanto os quartéis militares e seus respectivos contingentes continuaram a aumentar ao longo de todo o Século XX (Arruda, 1997).

Logo no início dos anos 1920, foi criado o Bairro Amambai - 1921 (Arruda, 2001), primeiro bairro suburbano de Campo Grande. No ano de 1922, durante o mandato do prefeito Dr. Arlindo de Andrade Gomes, foram plantadas as árvores — hoje centenárias — dos canteiros da Avenida Afonso Pena, e teve início a construção

do Passeio Público, atual Praça Ary Coelho. Nela foi edificado um coreto ao centro, que foi demolido em 1957. Em 1924, os sinais de rádio chegavam a Campo Grande e a cidade já contava com luz elétrica (Maciel, 1999). Quatro anos depois, em 9 de setembro de 1928, foi inaugurado um busto em bronze de João Pandiá Calógeras, o monumento mais antigo ainda existente na cidade (Morais, 2013; Arruda, 2001; Maciel, 1999).

Segundo Arruda (2006), Campo Grande recebeu, ao fim dos anos 1920, a primeira pavimentação asfáltica em uma de suas ruas, a Rua 14 de Julho, e pode-se dizer que a importância dessa rua foi impulsionada pela construção do Passeio Público. O início da construção do jardim foi tão importante na época que acarretou um deslocamento do centro comercial, que antes era estruturado na Avenida Calógeras, para a Rua 14 de Julho, selando de vez a sua posição de rua principal ou rua do comércio. A partir de então, o município passou a ter um aumento populacional significativo nas décadas seguintes (Planurb, 2022; Arruda, 2006).

Nos anos conturbados da década de 1930, devido à Revolução Constitucionalista, a população clamava por uma nova constituição e enfrentava o autoritarismo do governo provisório de Getúlio Vargas. Esse movimento reverberou no Sul de Mato Grosso (uno), tanto que em 1934 uma representação dos sul-mato-grossenses requereu junto à Constituinte a separação entre norte e sul do Mato Grosso (uno), solicitando que o sul fosse elevado a Estado de Maracaju, que o nome de Vespasiano Martins fosse cotado a primeiro governador e que Campo Grande então fosse a capital do novo Estado, porém tal requerimento não foi acolhido.

Durante a década de 1930 surgiram três monumentos, um crescimento se comparado aos dois monumentos edificados na década anterior. Isso pode ser considerado à luz do fato de que a extensão territorial ainda era limitada. Os artefatos construídos nessa década foram o Coreto da Praça Cuiabá (1930), erguido próximo das regiões dos quartéis, o Relógio Público da Rua 14 de Julho (construído em 1933 e demolido em 1970) e o Obelisco (1933), sendo que os dois últimos foram criados por força do então Coronel Newton Cavalcanti, embora todos tivessem em comum o caráter militar.

Segundo Arruda (2012), o escritório de Saturnino de Brito elaborou uma nova planta para Campo Grande em 1938. A ocupação territorial nessa época estava restrita ao Rocio (centro original), ao Bairro Amambai e ao Cascudo, na região do

atual Bairro São Francisco. Esse é o cenário em que se dá o início da década de 1940, período que deixou como marca o princípio da verticalização dos edifícios — que pela primeira vez romperam o limitado gabarito dos prédios existentes, superando a altura de três pavimentos (Costa, 1999; Arruda, 2012),

Com a instauração do Estado Novo e da Ditadura Vargas, além da Segunda Guerra Mundial, que se estenderia até 1945, a década de 1940 foi de estagnação na produção de monumentos, já que nenhum monumento público foi inaugurado em Campo Grande nesse período. O que sugere que tal fato tenha ocorrido em função do período de Guerra e do pós-guerra, visto que em nenhum outro momento tal inércia se repetiu ao longo da história.

A década de 1950 iniciou-se de modo dramático. O prefeito de Campo Grande, Ary Coelho, foi assassinado (Ferreira, 2008), e isso acarretou uma comoção coletiva na cidade. Diante disso, uma escultura em bronze em sua homenagem foi encomendada e inaugurada em 1954, além de um busto em bronze — este último sem registros de sua inauguração. Apesar disso, sabe-se que as duas obras de arte foram produzidas pelo mesmo artista, Luiz Ferrer, razão pela qual ambas foram inauguradas na mesma época. Foi também edificado nessa década o monumento em homenagem póstuma a José Antônio Pereira. Por fim, o antigo coreto da Praça Ary Coelho foi demolido em 1957 para ceder espaço à Fonte Luminosa, edificada no mesmo ano (Ferreira, 2008).

Nos anos 1960, apesar de não ter sido constatada estagnação no aparecimento de novos monumentos em Campo Grande, houve um decréscimo nas inaugurações destes em relação à década anterior, já que apenas o Busto de Vespasiano Martins (1969) foi inaugurado na década.

Refletir sobre o contexto histórico torna impossível não levar em consideração o ano de 1964 e o Golpe Militar, o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, o subsequente regime ditatorial militar, a censura e tudo mais que a história retrata acerca desse período. Costa (1999, p. 12) descreve o cenário dos anos 1960 como um período em que “[...] a população parece sentir o peso da desconfiança e do medo, próprio dos momentos de exceção [...]” e completa afirmando que, apesar de se firmar como potência econômica do Estado, a Rua 14 de Julho inicia um processo de declínio sociocultural, marcado pela decadência dos cinemas, do hábito do

*footing*¹, dos encontros sociais nos bares e, por fim, da agenda de festas tradicionais no entorno do Relógio da 14 de Julho, que se resumiram a algumas paradas cívicas e Militares e um desanimado carnaval anual.

A década seguinte foi marcada pelas comemorações do centenário da chegada de José Antônio Pereira a estas terras. Conforme Costa (1999), a Universidade Estadual, atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), foi criada em 1972; a população crescia diariamente e novos bairros não planejados eram inseridos à malha urbana. No ano de 1977, o Governo Federal determinou que Campo Grande fosse a capital de Mato Grosso do Sul, por meio da Lei Constitucional n.º 31 (Mato Grosso, 1977), e Harry Amorim Costa, então engenheiro e diretor-geral do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), foi nomeado primeiro governador do novo estado, já que a população havia perdido o direito de eleger o governador entre os anos de 1966 e 1981 da ditadura militar.

Os anos 1970 foram marcados pela demolição de um monumento local, o Relógio da 14 de Julho, em 19 de Julho de 1970. No mesmo ano outro monumento gigante foi edificado, o Monumento Símbolo da UFMS, mais conhecido como paliteiro, e, na sequência, outros quatro novos monumentos foram inaugurados: o busto em bronze de José Antônio Pereira (1972), a escultura em arenito A Família (1976), a escultura de Vespasiano Barbosa Martins (1978) e o Monumento em Homenagem aos 70 Anos da Imigração Japonesa no Brasil (1979). Essa década revelou um notável acréscimo na produção de monumentos se comparada com qualquer outra época anterior, o que se caracterizou como tendência para a década seguinte.

Esse aumento de produção não decorreu diretamente da condição de capital vivida por Campo Grande por duas razões: a primeira é que Campo Grande se tornou capital no terceiro terço dos anos 1970, e a segunda é que nenhum dos monumentos possui uma temática que aludisse à criação do estado de Mato Grosso do Sul. Cabe também o registro de que nenhum dos monumentos produzidos no período de 1960 a 1979 apresentou a temática cultural.

Os anos 1980 trouxeram alterações políticas que implicaram mudanças profundas na vida dos brasileiros. Foi um momento de aberturas políticas, anistias e empenho na reconquista da democracia. O panorama desses tempos era o de

¹ Prática de cortejo durante um passeio ou caminhada pelas ruas da cidade, comum à época.

multidões que se reuniam pedindo a retomada das eleições democráticas, no movimento Diretas Já. Nessa década, houve o último presidente da República eleito indiretamente pelo Congresso Nacional e o primeiro a ser eleito por voto direto, desde o golpe militar de 1964. Uma assembleia constituinte culminou na atual Constituição Federal Brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988.

Parte dos monumentos produzidos em Campo Grande nesse contexto aparentemente se mostrou incompatível com os anseios da população. Considera-se, para tal afirmação, a mobilização social que envolvia diversos agentes, de diferentes setores da sociedade, numa luta por abertura política e em oposição à opressão de um governo militar que impunha um regime ditatorial, com limitações das liberdades pessoais e do direito à livre expressão.

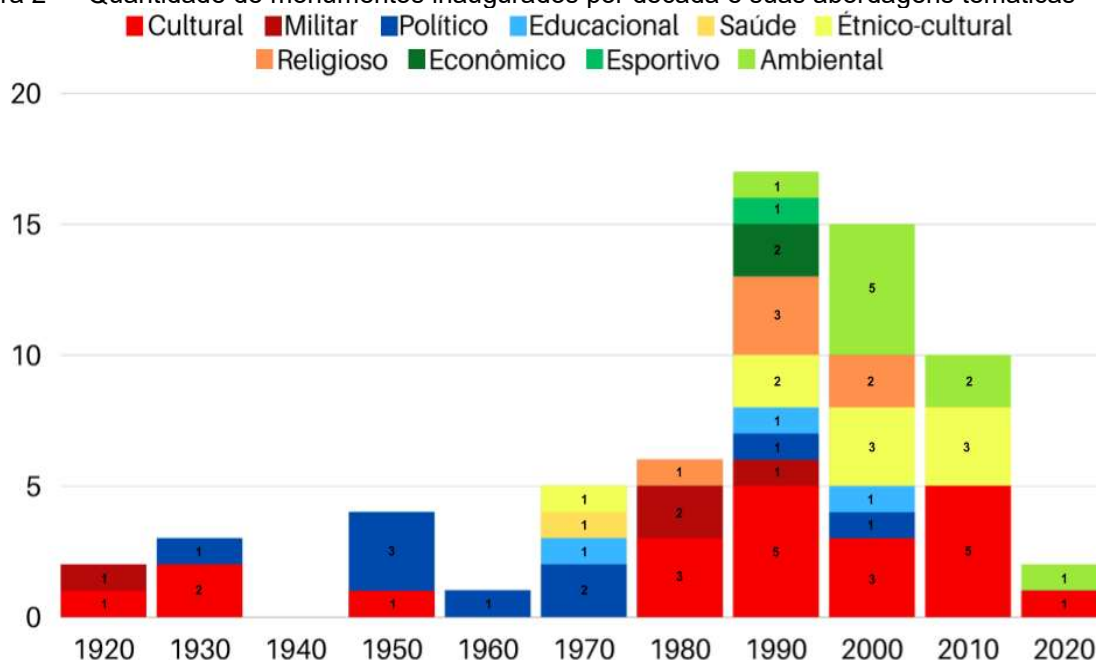
Dessa forma, não parece coerente que dois dos cinco monumentos produzidos nessa década retratassem mensagens claras de enaltecimento aos militares; os monumentos North American T-6 (1984) e o Busto de Tiradentes, Patrono da Polícia Militar (1984) foram construídos ainda no último ano do Regime Militar. Também nos anos 1980 foram inaugurados os monumentos Família de José Antônio Pereira (1980); Espaço Infinito (1988) e Vibração Cósmica (1989), ambas obras de arte sensoriais, cinético-visuais do artista visual Yutaka Toyota; e a homenagem prestada pelos salesianos a São João Bosco (1988), obra de mensagem religiosa, produzida em memória ao centenário de falecimento do santo católico.

Com o fim da ditadura militar, direitos constitucionais importantes foram estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, como a liberdade de expressão, liberdade de credo, liberdade de cátedra aos professores, direitos humanos e a proteção aos indígenas e quilombolas.

O decênio de 1990 se iniciou com uma população ávida por se comunicar e vencer os receios adquiridos ao longo de tantos anos de censura e repressão vivenciadas, o que ajuda a explicar a razão pela qual, neste período, triplicou-se a quantidade de monumentos produzidos em relação à década precedente — foram dezessete monumentos inaugurados nesse período. Foram construídos mais monumentos na década de 1990 do que ao longo de toda a série histórica até o ano de 1980, e mais da metade deles foram inaugurados na primeira metade da década.

Considerando o contexto da década de 1990, o Brasil sediou a Rio-92, que trouxe avanços consideráveis para o mundo na área do Meio Ambiente, deixando como legado a Agenda 21. Outra notável alteração nos paradigmas de produção de monumentos naquela época consistiu na temática, na mensagem e no público a que esses monumentos se destinavam a representar, que, de modo geral, se mostraram mais plurais em sua abordagem temática quando comparado às décadas anteriores (Figura 2).

Figura 2 — Quantidade de monumentos inaugurados por década e suas abordagens temáticas



Fonte: elaboração própria (2023).

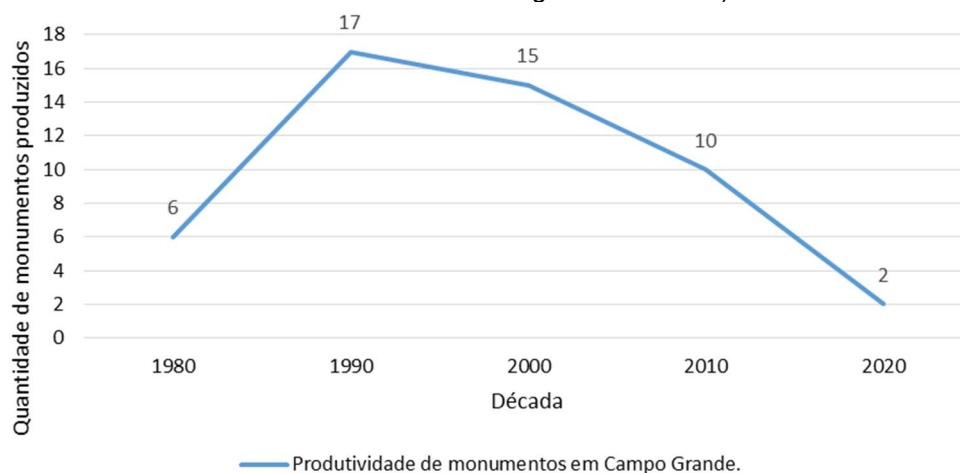
Entre os anos de 1990 e 1994 foram produzidos o Monumento a Santo Antônio (1991); o Monumento Cabeça de Boi (1992), que quatro anos mais tarde viria a ser substituído por outro monumento de mesmo nome e temática; A Lua (1992) e Los Amantes (1992), ambos do Artista José Carlos Silva (Índio); efígie em homenagem a Pedro Pedra (1993); Monumento ao Índio (1993), obra inacabada do arquiteto Roberto Montezuma; Lei de Deus — Os Dez Mandamentos (1993); Homenagem a Conceição dos Bugres (1993); efígie em homenagem a Belmar Fidalgo (1994); e efígie em homenagem ao educador Luiz Alexandre de Oliveira (1994), obra posteriormente furtada.

Entre os anos 1995 e 1999, foram inaugurados O Espiral (1995); Preto Velho (1995); Monumento aos Desbravadores (1996), obra da artista Neide Ono; Monumento Cabeça De Boi (1996), produzido pelo artista Humberto Espíndola, em

substituição ao outro monumento de mesmo nome inaugurado em 1992; Monumento das Araras, do artista Cleir (1996); Monumento aos Pracinhas (1999); e o busto em bronze de Harry Amorim Costa (1999).

Nos anos 2000 os monumentos foram instalados em maior quantidade no segundo quinquênio, deixando o legado de 15 monumentos construídos ao longo da década e trazendo algumas novidades. Os dados no Gráfico da Figura 3 revelam que, se nos anos 1990 produziram-se mais monumentos, eles apresentaram feições mais plurais quanto aos temas abordados. Por sua vez, os anos 2000, se destacaram pelo crescimento substancial na produção de monumentos com abordagens temáticas relacionadas às questões ambientais e ecológicas, que representam, ao todo, um terço da produção da década.

Figura 3 — Quantidade de monumentos produzidos em Campo Grande, entre as décadas de 1980 a 2020 (Quantidade de monumentos não cumulativa ao longo das décadas)



Fonte: elaboração própria (2023).

A Figura 3 denota também que o período entre os anos de 2000 e 2009 foi marcado por um aumento na produção de obras com temática relacionada a grupos étnicos e seus elementos culturais. Esse grupo representou 20% da produção do período, e foi naquela década que se deu a reconstrução do antigo Relógio da 14 de Julho, dessa vez localizado no canteiro da Avenida Afonso Pena, na esquina com a Avenida Calógeras. Nessa década os monumentos foram produzidos em maior quantidade no segundo quinquênio.

Nos primeiros cinco anos da década de 2000 foram produzidos os monumentos Pantanal Sul (2000), de Renato Barbosa De Rezende; Réplica do

Relógio da 14 de Julho (2000); Themis (2002); Busto de Tia Eva (2003); Cará (2004) e Cavaleiro Guaicuru (2004). Já entre 2005 e 2010 foram produzidos os monumentos Íris Ebner (2005), O Aprendiz (2005), Memorial a Francisco Anselmo de Barros (2006), Harry Amorim (2006), esculturas múltiplas da Praça Pantaneira (2007), Estátua do Papa (2007), O Beijo (2008), São Francisco de Assis (2008), Torii (2008) e Monumento ao Sobá (2009).

Entre as ocorrências de monumentos no período de 2010 a 2019 estão Índia Terena (2012), Ninhal (2012), Relógio das Flores (2012), os bustos de Marçal De Souza e de Marta Guarani (2014), A Artesã (2014) e Guampa de Tereré (2014), que totalizaram seis novas obras. O transcorrer do segundo quinquênio da década aponta o aparecimento de apenas quatro novos monumentos, entre eles a escultura de Manoel de Barros (2017), o Memorial ao Imigrante João Figueiredo (2017), o Memorial Ferroviário (2018) e, em função da requalificação da Rua 14 de Julho, o Memorial Relógio da 14 (2019), que foi edificado no exato local onde fora construído o antigo relógio público, em 1933.

Nos anos 2010, a tendência de crescimento na produção perdeu força. Nesse período foram construídos apenas 10 monumentos. Os dados expostos no Gráfico 3 revelam uma tendência de diminuição na produção de novos monumentos em Campo Grande. A tendência de aumento de produção década a década é observada desde 1970 e atingiu seu ápice no fim dos anos 1990, conforme demonstrado no Gráfico 2. Além disso, a partir de 2000, a produção de monumentos apresenta uma redução na década de 2000 e passa a apresentar um declínio durante as décadas seguintes.

A década de 2020 iniciou-se marcada pela pandemia de Covid-19, sendo que o primeiro caso no Brasil foi registrado em 26 de fevereiro de 2020, e em 11 de março do mesmo ano a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o estado de pandemia (Cucinotta; Vanelli, 2020). A partir de então, costumes e relações sociais foram alterados num período muito difícil para toda a humanidade.

O setor da cultura — considerado em seu caráter agregador, assim como outros setores — teve de se reinventar, mesmo com as reuniões públicas suspensas. Em 2021 houve a inauguração do Memorial à Cultura Paraguaia (2021), na sede da Associação Colônia Paraguaia de Campo Grande, e em 2022 apenas um monumento foi inaugurado, ou seja, o monumento Jaguaretê (Figura 4), localizado no bairro Santa Fé (Cucinotta; Vanelli, 2020).

Figura 4 — Monumento Jaguaretê



Fonte: dos autores.

Sendo assim, no que se refere à produção de monumentos, a década de 2020 praticamente tem mantido a mesma tendência observada na década anterior. Até o ano de 2023, foram produzidos dois novos monumentos em Campo Grande, ou seja, o Memorial à Cultura Paraguaia (2021) e a escultura em aço Jaguaretê (2022), do artista visual Marcos Rezende, localizada na Praça Santa Fé e inaugurada em 8 de dezembro de 2022.

4.4 Considerações finais

Considerando o conteúdo apresentado, foi possível identificar a existência de uma irregularidade na distribuição dos monumentos no espaço territorial de Campo Grande e, no que se refere à criação de novos monumentos, observar que, no transcorrer do tempo, a produção de monumentos pode ser distribuída em seis períodos, quando considerados três fatores: a produção, o contexto histórico e a temática abordada.

O primeiro período (1920-1939) remonta ao ciclo de implantação dos quartéis em Campo Grande. Nesse intervalo temporal foram produzidos cinco monumentos, e embora as temáticas fossem predominantemente culturais, o ânimo de produção foi político e militar. O segundo período (1940 a 1949) foi marcado pelo desenrolar da

Segunda Guerra Mundial e o período pós-guerra, não deixando nenhuma escultura como legado de sua época e ficando marcado como um período de estagnação no processo da criação dos monumentos de Campo Grande. Período semelhante não foi mais observado ao longo da história.

O terceiro período remonta à década de 1950 e foi caracterizado por maior quantidade de monumentos produzidos do que as décadas anteriores. Nessa época, a temática predominante foi a política, influenciada principalmente pela morte do então prefeito Ary Coelho (1952), fato que gerou comoção pública e influenciou na produção de três dos quatro monumentos produzidos.

Entre 1960 e 1979, identificou-se um quarto período. Inicialmente a fase apresentou um decréscimo na produção de monumentos na segunda década, e observou-se a inversão e o acréscimo da produtividade na sequência. O intervalo especificado ficou marcado pela ditadura militar e pela supressão das liberdades pessoais, políticas e de expressão, que se iniciou em 1964 e se estendeu por toda a década de 1970. Nesse período foram produzidos seis monumentos, com temáticas predominantes de cunho político.

O quinto período iniciou-se em 1980 e se estendeu até 1999, caracterizando uma maior evolução de expansão na produção em todo o registro histórico. Essa fase agregou o fim do regime militar, o princípio da redemocratização do país, a promulgação da Constituição Federal e o princípio do deslocamento da temática ambiental e ecológica a uma posição de destaque nas discussões, marcado pela pluralização das abordagens temáticas nos monumentos.

O sexto, mais duradouro e último período foi caracterizado por uma tendência de declínio na produção de monumentos a partir dos anos 2000, estendendo-se até os dias atuais. Caracterizou-se pela sobreposição de monumentos com temáticas culturais, étnico-culturais e ambientais em lugar de monumentos de cunho político e militar.

Por fim, esta pesquisa pretendeu contribuir para o reconhecimento dos períodos, que, ao inter-relacionarem a distribuição territorial, os fatores de tempo, produção e temática dos monumentos, definem momentos históricos de surgimento desses bens culturais.

4.5 REFERÊNCIAS

- ARGUELHO, J. F. **Marcos e Monumentos Históricos de Campo Grande**. 3. ed. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2022. 154 p.
- ARRUDA, A. M. V. **Parcelamento do Solo Urbano em Campo Grande**: visão crítica e roteiro legal. Campo Grande: Uniderp, 1997. v. 500. 69 p.
- ARRUDA, A. M. V. História e formação urbana do bairro Amambaí. **Ensaio e Ciência**: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde. v. 5, n. 3. p. 11-30, dez. 2001.
- ARRUDA, A. M. V. **Campo Grande**: arquitetura, urbanismo e memória. Campo Grande: Editora UFMS, 2006. 172 p.
- ARRUDA, A. M. V. **Raízes do Planejamento Urbano em Campo Grande e a Criação do Planurb**. Campo Grande: Edições do Autor, 2012. 120 p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto. Art. 216. 1988. 498 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- CABRAL, P. E. Formação Étnica e Demográfica. *In*: MACIEL, Maria Engracia Tranchez (org.). **Campo grande**: 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. 420 p.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO. **Carta de Cracóvia**: Princípios para a Conservação e o Restauro do Patrimônio Construído. 2000. Disponível em: <<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- COSTA, C. Evolução Urbana. *In*: MACIEL, M. E. T. **Campo grande**: 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz, 1999.
- CUCINOTTA, D.; VANELLI, M. WHO Declares COVID-19 a Pandemic. **Acta Bio Medica Atenei Parmensis**, v. 91, n. 1, p. 157-160, 19 mar. 2020.
- DELVIZIO, V.; MATIAS, R. Dimensão Paisagística e Impacto Ambiental: Avenida Afonso Pena e Subsistema Cultural. *In*: SILVA, Douglas Alves da *et al.* (org.). **Patrimônio Cultural em Mato Grosso do Sul**. São João do Meriti: Desalinho, 2022. p. 303–321.
- DIOGRANDE. Diário Oficial de Campo Grande-MS. **Lei Complementar n. 341, de 4 de dezembro de 2018**. 3 abr. 2019. Disponível em: <https://srcg.com.br/public/leis/lei_complementar_do_plano_diretor_de_campo_grande.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- FERREIRA, Livia. Assassinato de Ary Coelho: o mistério nunca desvendado. **Correio do Estado**, Campo Grande. 25 ago. 2008. p. 22.
- ICOMOS. Canada French-Speaking Committee. **Charter for the preservation of Quebec's Heritage (Deschambault Declaration)**. 1982. Disponível em: <<https://www.icomos.org/en/support-us/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/192-the-deschambault-charter>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. (orgs.). **Guia básico de educação patrimonial**. 4. ed. 2009. 68 p.

MACIEL, Maria Engracia Tranchez (org.). **Campo grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. 420 p.

MATO GROSSO. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. **Lei Complementar n. 31** – de 11 de outubro de 1977. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-31-11-outubro-1977-363968-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

NORA, Pierre. **Lieux de Mémoire**. Gallimard, 2009. 1664 p.

OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de. **A Rua e a Cidade: Campo Grande e a 14 de Julho**. 1. ed. Campo Grande, MS: UFMS, 2005. 211 p. ISBN 85-7613-064-5.

PLANURB. Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande: Mato Grosso do Sul**. 29. ed. Campo Grande: Planurb, 2022. 566 p. Disponível em: <<https://prefcg-repositorio.campogrande.ms.gov.br/wp-cdn/uploads/sites/76/2022/03/perfil2022-prefcg-1661868320.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

VAN LONKHUIJZEN, Dirceu Maurício. Restauração e sua importância na preservação e conhecimento do patrimônio arqueológico. SILVA, Douglas Alves da et al (org.). **Patrimônio Cultural em Mato Grosso do Sul**. São João do Meriti: Desalinho, 2022. p. 48.

5 ARTIGO 2º – ASPECTOS TERRITORIAIS E TEMPORALIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DOS MONUMENTOS DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre bens culturais materiais e imóveis, como monumentos compõem o patrimônio cultural da cidade de Campo Grande e fatores como o local de sua implantação e o contexto territorial e temporal em que esse processo ocorreu. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental. Este estudo revela uma análise aprofundada da distribuição dos monumentos em Campo Grande ao longo de várias décadas. Os dados apresentados evidenciam uma clara desigualdade na implantação desses monumentos, com uma concentração significativa na Região Urbana do Centro, em detrimento de outras regiões urbanas da cidade. Ao longo das décadas, essa desigualdade persistiu, mesmo com mudanças na taxa de crescimento populacional e outras variáveis urbanas. A Região Urbana do Centro continuou a receber a maior parte dos novos monumentos, enquanto outras áreas, como a Região Urbana do Imbirussu, foram negligenciadas nesse aspecto. Essa disparidade na distribuição dos monumentos reflete não apenas uma questão de planejamento urbano, mas também levanta questões sobre representatividade, acesso à cultura e valorização dos diferentes territórios da cidade. Portanto, este estudo destaca a importância de uma abordagem mais equitativa na implantação de monumentos, considerando não apenas as áreas centrais, mas também os bairros periféricos e as diversas comunidades que compõem a cidade. Essa abordagem mais inclusiva não apenas promoveria uma distribuição mais justa do patrimônio cultural, mas também contribuiria para fortalecer a identidade e o senso de pertencimento de todos os habitantes de Campo Grande.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural. Monumentos. Memória.

ABSTRACT

This study investigates the relationship between cultural assets, both material and immovable, such as monuments, that make up the cultural heritage of the municipality of Campo Grande, and factors such as the location of their implantation and the territorial and temporal context in which this process occurred. In order to investigate the relationship between the cultural assets of Campo Grande and their territorial and temporal context, a documentary research was carried out. This study reveals an in-depth analysis of the distribution of monuments in Campo Grande over several decades. The data presented evidence a clear inequality in the implantation of these monuments, with a significant concentration in the Urban Region of the Center, to the detriment of other urban regions of the city. Over the decades, this inequality persisted, even with changes in population growth rates and other urban variables. The Urban Region of the Center continued to receive the majority of new monuments, while other areas, such as the Urban Region of Imbirussu, were neglected in this regard. This disparity in the distribution of monuments not only reflects an issue of urban planning, but also raises questions about representation, access to culture and the appreciation of the different territories of the city. Therefore, this study highlights the importance of a more equitable approach to the implementation of monuments,

considering not only the central areas, but also the peripheral neighborhoods and the diverse communities that make up the city. This more inclusive approach would not only promote a fairer distribution of cultural heritage, but would also contribute to strengthening the identity and sense of belonging of all Campo Grande residents.

KEYWORDS: Cultural Heritage. Monuments. Memory.

5.1 Considerações iniciais

Esta pesquisa traz como eixo temático central a distribuição dos monumentos de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, com foco no local de implantação desses bens culturais, considerando a distribuição territorial desses bens relacionada com a temporalidade e com o crescimento e desenvolvimento do município.

Este trabalho é baseado na política global proposta pelas Nações Unidas em 2015, conhecida como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O objetivo da Agenda é promover o desenvolvimento mundial e melhorar a qualidade de vida no planeta. Para isso, foram definidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Esses objetivos são divididos em 169 metas a serem alcançadas até 2030, através de ações conjuntas que envolvem governos, organizações, empresas e a sociedade civil, em níveis internacional, nacional e local (ONU, 2015).

O 10º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que aborda a “redução das desigualdades”, inclui a meta 10.2, que enfatiza a importância de estabelecer políticas estratégicas para o empoderamento e a promoção da inclusão social dos grupos mais vulneráveis, considerando fatores como idade, gênero, raça, deficiência e condição econômica. Além disso, a meta 10.3 destaca a necessidade de garantir a igualdade de oportunidades, reduzir desigualdades e eliminar políticas e práticas discriminatórias (ONU, 2015).

O 11º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conhecido como “cidades e comunidades sustentáveis”, destaca a importância de fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo. Sendo um dos países signatários da Agenda 2030, cabe ao Brasil garantir a promoção de serviços básicos que assegurem a qualidade de vida de todos os brasileiros. Isso implica que a proteção do patrimônio cultural e natural é uma responsabilidade do poder público em suas diversas instâncias. Portanto, uma das

obrigações dos municípios brasileiros é cuidar e preservar seu patrimônio cultural (ONU, 2015).

Este estudo tem como objetivo geral investigar a relação entre os bens culturais materiais e imóveis, como monumentos compõem o patrimônio cultural do município de Campo Grande e fatores como o *locus* de sua implantação e o contexto territorial e temporal em que esse processo ocorreu. O objetivo específico deste trabalho é estudar e analisar a distribuição dos monumentos em Campo Grande ao longo de várias décadas, visto que dados apresentados evidenciam uma clara desigualdade na implantação desses monumentos.

Para investigar a relação entre os bens culturais de Campo Grande e seu contexto territorial e temporal, foi realizada uma pesquisa documental abrangente. Esta análise incluiu o *Plano Diretor* do município de Campo Grande, Lei Complementar n.º 5, de 22 de novembro de 1995; o *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande* (PDDUA), Lei Complementar n.º 341, de 28 de dezembro de 2018; além de mapas do perímetro urbano de Campo Grande das décadas de 1920, 1938, 1989 e 2023 e perfis socioeconômicos da cidade dos anos de 1989, 2002, 2019 e 2023, complementados por um estudo de Arguelho (2022). Esse levantamento identificou 66 monumentos, detalhando suas datas de inauguração e locais de implantação. Os dados foram apresentados em frequências absolutas, relativas e taxas, fornecendo uma visão abrangente do patrimônio cultural da cidade.

Este trabalho foi estruturado em cinco capítulos, nos quais irão se desenvolvendo as discussões e os resultados. Após estas considerações iniciais, um segundo capítulo abordará o *Plano Diretor* de Campo Grande e destacará algumas lacunas que nele foram identificadas, que desguarnecem os lugares de memória monumentais, visto que não se encontram abarcados pela legislação supracitada, fato que revela um distanciamento entre o *Plano Diretor* de Campo Grande e o desenvolvimento sustentável definido pela Agenda 2030, bem como dos seus Objetivos para o desenvolvimento sustentável.

No terceiro capítulo, estão abordados conceitos de lugar, território e a importância da dimensão simbólica para a constituição do lugar, do território e, por fim, do processo de patrimonialização a que os bens culturais são submetidos. Um quarto capítulo traz alguns conceitos necessários para uma discussão acerca do

patrimônio cultural, monumentos e lugares de memória, definindo ao fim deste capítulo de forma clara e exata o objeto de estudo deste artigo.

O quinto capítulo discorre sobre a evolução urbana de Campo Grande em paralelo com a implantação dos seus monumentos e estabelece uma leitura de como esses monumentos foram distribuídos pelo território urbano, interligando os bens culturais, os territórios e as consequências sociais da má distribuição observada desses monumentos pelo território urbano. Por fim, o sexto e último capítulo apresentará as considerações finais e recomendações.

5.2 O Plano Diretor de Campo Grande e os lugares monumentais, uma problemática

A política global de desenvolvimento sustentável, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assim como outras políticas resultantes de acordos internacionais, é incorporada nas legislações dos países signatários e integrada ao arcabouço legal da União, dos estados e dos municípios. No Brasil, esses objetivos e metas são transformados em políticas públicas, muitas vezes, com força legal. Em Campo Grande, isso se refletiu na aprovação da Lei Complementar n.º 341, de 4 de dezembro de 2018, que instituiu o *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental*, buscando a conformidade com a Agenda 2030 e os ODS (Diogrande, 2018; ONU, 2015).

O *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental* (PDDUA) de Campo Grande destaca a preservação do patrimônio natural e cultural do município como um de seus principais pilares e diretrizes de desenvolvimento urbano e ambiental. O PDDUA define, categoriza e discrimina as Zonas Especiais de Interesse Cultural, garantindo a proteção legal de 347 bens culturais. As Zeics, reconhecidas como parte integrante do patrimônio cultural de Campo Grande, são protegidas pelo art. 31 do PDDUA. Elas estão divididas em quatro categorias, cada uma com tipologias protetivas específicas, e são listadas, identificadas, localizadas e georreferenciadas nos anexos 12.1, 12.2, 12.3 e 12.4 da legislação (Diogrande, 2018).

Embora o *Plano Diretor* reconheça a importância dos monumentos como elementos referenciais do patrimônio cultural de Campo Grande, apenas dois desses lugares monumentais, conforme termo utilizado e definido por Nora (1993), são oficialmente reconhecidos como Zonas Especiais de Interesse Cultural no Anexo 12

do *Plano*. Isso significa que apenas esses dois monumentos estão sujeitos a garantias protetivas legais, como inventário, identificação, localização e georreferenciamento, que são ações fundamentais para a construção de políticas de proteção para esses bens (Diogrande, 2018; Nora, 1993).

O Obelisco, datado de 1933 e listado no Anexo 12.1 do PDDUA, sob o ID 1, e o *Monumento Símbolo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul* (UFMS), inaugurado em 1970 e listado no Anexo 12.1, sob o ID 8, são os únicos monumentos comemorativos reconhecidos como Zonas Especiais de Interesse Cultural (Zeic 1) pelo PDDUA. No entanto, essa proteção só foi garantida devido ao tombamento prévio. Além desses dois monumentos, os outros 347 bens culturais reconhecidos como Zeics são obras arquitetônicas cuja valoração foi adquirida posteriormente, devido a fatores como antiguidade, afetividade, historicidade, personalidade, raridade ou valor arquitetônico e estilístico. Nora (1993) os define como "lugares arquiteturais" (Diogrande, 2018; Nora, 1993).

O *Plano Diretor* de Campo Grande, no Capítulo VII, estabelece diretrizes para a criação da "política municipal de arte pública". O objetivo dessa política é promover intervenções artísticas na paisagem do município, incluindo esculturas, memoriais e monumentos, que são considerados lugares monumentais (Diogrande, 2018; Nora, 1993).

Nora (1993) diferencia lugares monumentais e lugares arquiteturais. Enquanto os monumentais são objetos tangíveis onde a memória é materializada, como estátuas e monumentos, os arquiteturais são conjuntos construídos ao longo do tempo cujo significado é derivado de relações complexas entre elementos que evocam memórias, podendo ser experiências vividas ou transmitidas pelo grupo ao qual pertencemos. Diante disso, surge a questão sobre por que os lugares monumentais de memória em Campo Grande (aqueles de caráter comemorativo e tributário oulouvatório) não recebem a devida atenção no *Plano Diretor* da cidade (Nora, 1993).

Embora o PDDUA, em seu Capítulo VII, atribua competências específicas a determinados órgãos e os responsabilize pela formulação da "política municipal de arte pública", e mesmo ao definir os propósitos que os bens devem cumprir para serem reconhecidos como "bens de arte pública", não são fornecidas ferramentas para promover a proteção direta desses bens ou dos monumentos designados por

Nora (1993) como lugares monumentais. O PDDUA não estabelece medidas concretas para garantir a implementação das políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural. Além disso, os bens e monumentos mencionados não são identificados, localizados e georreferenciados da mesma forma que os bens culturais classificados como Zonas Especiais de Interesse Cultural.

A legislação revela, portanto, uma lacuna significativa ao não abordar de forma adequada os bens de arte pública e os monumentos, deixando de identificá-los, localizá-los e georreferenciá-los com a mesma importância e precisão concedidas aos bens culturais das Zonas Especiais de Interesse Cultural. Essa falha fundamental destaca uma deficiência na legislação, que, apesar de declarar como seu objetivo a preservação o patrimônio cultural do município, deixa de disponibilizar ferramentas basilares para o desenvolvimento de políticas de proteção. Essa lacuna reflete uma discordância entre a lei e o que é exigido pela meta 11.4 da Agenda 2030 mencionada anteriormente.

5.3 Do espaço geográfico ao lugar

Para melhor adequar as políticas públicas às metas sustentáveis e repensar o tratamento dado aos monumentos de Campo Grande pelo PDDUA, é crucial entender como esses monumentos estão conectados à história da ocupação da cidade e a outros aspectos que influenciaram sua criação, refletindo o patrimônio cultural local. É importante examinar o período de produção de cada monumento (desde sua concepção até sua construção), as temáticas abordadas (incluindo intenção e ideologia), o contexto histórico e a escolha do local para sua instalação na cidade. A localização e a temática desempenham papéis fundamentais na aceitação ou rejeição de uma obra por parte de um grupo cultural específico. O local pode influenciar a facilidade de acesso, o reconhecimento da identidade e o senso de pertencimento. Dado que os bens em análise estão localizados no território do município de Campo Grande, este estudo apresentará alguns conceitos geográficos fundamentais para o entendimento do trabalho.

Na geografia, o termo "espaço" refere-se a qualquer parte da superfície, que é vasta e muitas vezes desconhecida. No entanto, os espaços geográficos vão além disso, envolvendo como esses espaços são percebidos e interpretados pelas pessoas e grupos que os habitam e vivenciam experiências neles. Esses espaços não são apenas físicos, mas abrangem todas as percepções e interpretações que surgem a

partir deles. Essas interpretações são construídas através de abstrações cognitivas formadas pelo ser humano e elaboradas por meio de modelos mentais que mudam à medida que a capacidade de se perceber e de se compreender os elementos físicos do espaço, juntamente com todas as nossas sensações associadas, se desenvolve (Tuan, 1980).

Um espaço geográfico se transforma em um lugar quando é atribuído a ele definições e significados específicos (Tuan, 1983). Os lugares são partes do espaço, mas são definidos por serem limitados, íntimos e moldados pela presença humana, em que os elementos naturais e culturais interagem. Neles, sentimentos afetivos são expressos e identidades, culturas e costumes se manifestam. Segundo Buttimer (1985), um lugar tem uma dimensão existencial e coletiva, refletindo aspectos políticos, culturais, simbólicos, biológicos e emocionais (Buttimer, 1985; Tuan, 1983).

Buttimer (1985) destaca que as interações interpessoais não se limitam apenas às relações entre as pessoas, mas também envolvem interações com o ambiente, influenciadas pela cultura herdada e pelas experiências individuais. Essas interações formam uma base fundamental para a construção de um lugar. Além disso, a geógrafa identifica dois outros aspectos importantes: as relações do corpo-sujeito com outros indivíduos e o ambiente ao seu redor e os ritmos temporais estabelecidos entre os sujeitos e seus grupos conhecidos como espaço-tempo (Buttimer, 1985).

O território é uma área física específica e delimitada dentro do espaço geográfico, moldada pela atividade humana e habitada por diversos atores sociais, instituições e uma variedade de elementos geográficos, naturais e/ou construídos. Alguns territórios são demarcados politicamente pelo Estado, resultando os territórios institucionais. Entretanto, essa modalidade de construção territorial não é a única, de forma independente e sobreposta. Os territórios institucionalizados se formam segundo outra forma de construção territorial, o sistema territorial, consiste em territórios desenhados através da construção social em rede por meio da reapropriação do espaço vivenciado, dotado de governança própria, além de apresentar desenvolvimento territorial sustentável (Raffestin, 1993).

Segundo Di Méo (2014), o patrimônio localizado em um território se torna uma importante influência econômica, indo além do turismo e abrangendo também os setores de serviços e indústria. Esses setores buscam espaços sociais que sejam estimulantes e ricos em recursos históricos, culturais, sociais e intelectuais para

estabelecer suas atividades ou oferecer seus produtos. O geógrafo argumenta que o conceito de espaço vivido é fundamental, onde o indivíduo, inserido na sociedade, absorve valores culturais que o fazem sentir-se parte de um grupo localizado (Di Méo, 2014).

De acordo com Di Méo (2014), os lugares que são patrimonializados desempenham um papel crucial na formação dos territórios. Esses territórios, por sua vez, com suas características culturais distintas, contribuem de maneira significativa para a qualificação do patrimônio dos objetos e dos próprios lugares. Isso os diferencia, os define e fortalece sua identidade. Esses lugares têm o poder de atrair visitantes, incentivando sua permanência e aumentando o consumo, especialmente de produtos e serviços locais e específicos. Esse conjunto robustece a economia local, criando oportunidades para todos os envolvidos (Di Méo, 2014).

Nesse contexto, os monumentos são vistos como elementos e locais de importância patrimonial espalhados pela área urbana de Campo Grande. No entanto, esses locais não surgiram organicamente da comunidade, nem foram distribuídos pela cidade de forma equitativa, deixando muitos desatendidos. Di Méo (2014) argumenta que territórios que não capitalizam seus recursos históricos e culturais não se tornam ambientes sociais atrativos. Isso dificulta o fortalecimento da identidade local e resulta em poucos estímulos econômicos para a comunidade, devido à subutilização de seu potencial cultural (Di Méo, 2014).

No cenário administrativo e de planejamento urbano de Campo Grande, o *Plano Diretor*, estabelecido pela Lei Complementar n.º 5, de 22 de novembro de 1995, trouxe uma novidade significativa: a divisão da área urbana em sete regiões urbanas designadas e nomeadas de acordo com as microbacias que permeiam o território da cidade.

Assim, cada região urbana foi identificada pelo nome do principal córrego da microbacia correspondente, conforme ilustrado na Figura 5. Dessa forma, criaram-se as regiões urbanas: do Anhanduizinho, do Bandeira, do Centro, do Imbirussu, da Lagoa, do Prosa e do Segredo. Essas divisões ainda estão em vigor e foram ajustadas ao longo dos anos para acompanhar as mudanças nos limites do perímetro urbano da cidade.

conhecimento, mas em ambos os casos reflete uma atribuição de significado feita coletivamente (Di Méo, 2014).

O patrimônio cultural é formado pelos legados deixados por gerações anteriores, reconhecidos como reflexos e expressões dos valores, crenças, conhecimentos e tradições em constante evolução por outros grupos (Conselho da Europa, 2005; Convenção de Faro, artigo 2º). Esse patrimônio pode se manifestar de forma tangível, como monumentos e construções, ou de forma intangível, como tradições e conhecimentos transmitidos oralmente. Portanto, os monumentos são exemplos de patrimônio cultural material (Icomos, 1982).

Nesse cenário, a ausência de ferramentas adequadas para proteção desses monumentos que deveriam ser disponibilizadas pelo *Plano Diretor* de Campo Grande, para garantir-lhes a preservação e conservação, prejudica o processo de patrimonialização desses bens culturais. Como resultado, existe o risco de que, nas próximas gerações, esses monumentos sejam esquecidos, abandonados ou até mesmo destruídos. Considerando que os locais patrimonializados desempenham um papel crucial na formação dos territórios, a falta de renovação desse processo de patrimonialização pode alterar significativamente esses lugares, enfraquecendo os laços afetivos e as identidades neles construídas, que então precisariam ser reconstruídas.

No livro *Memória e Identidade*, Michael Pollak identifica os elementos formadores da memória como sendo os personagens, os acontecimentos e os lugares. Os lugares são destacados por ele como aqueles que desempenham um papel crucial na formação das lembranças, alimentando assim a memória. Esses locais de memória podem estar associados tanto às lembranças pessoais, adquiridas por meio de experiências individuais, quanto às memórias do grupo, provenientes da memória coletiva e, por consequência, da memória individual. Os monumentos ilustram perfeitamente esse tipo de lugar, seja por sua grandiosidade ou por suas características arquiteturais, criando um significado simbólico e imaterial que nutre a memória coletiva (Pollak, 1992).

O autor francês Pierre Nora trouxe uma abordagem inovadora ao conceituar o patrimônio em sua obra *Les lieux de mémoire* (1984), em que ele explora o significado dos lugares de memória. De acordo com seus estudos, história e memória não devem ser consideradas conceitos similares, pois, em muitos aspectos, são opostos.

Enquanto a memória é atual, emocional e baseada em lembranças concretas, espaços físicos, gestos e imagens de um objeto, a história consiste na reconstrução de um passado já distante (Nora, 1993).

Segundo Nora (1993), os lugares de memória funcionam como resgates, em que a memória é preservada para evitar o esquecimento constante causado pela negligência da história. Ele argumenta que, devido à falta de uma memória espontânea, esses lugares se tornam necessários. Se as lembranças fossem vividas plenamente, não haveria necessidade de celebrações, arquivos, datas comemorativas ou monumentos comemorativos. No entanto, a contemporaneidade não se baseia na memória, mas sim nos princípios da história. Portanto, tudo o que é considerado memória hoje já se tornou história (Nora, 1993).

Em sociedades que valorizam a memória, a preservação e a transmissão dos valores herdados ao longo das gerações são prioridades. Elas olham para o passado para determinar o que deve ser preservado e transmitido para o futuro (Nora, 1993). Por outro lado, sociedades focadas na história estão mais propensas ao esquecimento. Isso acontece porque o homem contemporâneo, influenciado pela ideia de progresso e avanço, tende a acreditar que tem o direito, o poder e o dever de mudar as coisas.

Os lugares de memória são percebidos através de três dimensões fundamentais: o aspecto material, o simbólico e o funcional. Um local só se torna um lugar de memória quando, além de sua importância material, estiver revestido de significado simbólico e possuir uma função, mesmo que seja a de preservar e transmitir lembranças. Assim, esses três aspectos sempre coexistem em todo lugar de memória (Nora, 1993).

Considerando o exposto, os monumentos, objeto deste estudo, são componentes do patrimônio cultural material que vão além de sua existência física, são simbólicos e representam significativamente a coletividade. Esses monumentos, percebidos em suas dimensões material, simbólica e funcional, são reconhecidos como lugares de memória, dedicados à homenagem de eventos, pessoas ou feitos. Por isso, é fundamental que o poder público garanta sua preservação ao longo das gerações, em consonância com os princípios 10 e 11 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e as metas 10.2, 10.3 e 11.4. A análise da

distribuição dessas construções monumentais ao longo do tempo e no espaço é crucial para entendermos melhor esses aspectos.

5.5 Campo Grande: seus monumentos, sua evolução e as transformações territoriais urbanas

De acordo com Oliveira Neto (2005), a história da ocupação de Campo Grande remonta a 1872, marcando o início da territorialização desse espaço geográfico. Segundo Maciel (1999), em 26 de agosto de 1899, a localidade foi oficialmente elevada à condição de vila, conforme decreto publicado no mesmo mês e ano. Em 1905, foi estabelecida a primeira regulamentação urbana, o código de posturas. Em 1909, foi implementado o *Plano de Alinhamento de Ruas e Praças em Campo Grande*, um marco que resultou no Rocio e gerou a primeira planta de ocupação urbana da cidade. Esse plano definiu o primeiro perímetro urbano, estabeleceu o traçado das ruas centrais, demarcou as quadras e lotes, bem como localizou as duas principais praças centrais, que hoje são conhecidas como Praça Ari Coelho e Praça do Rádio Clube (Oliveira Neto, 2005; Maciel, 1999).

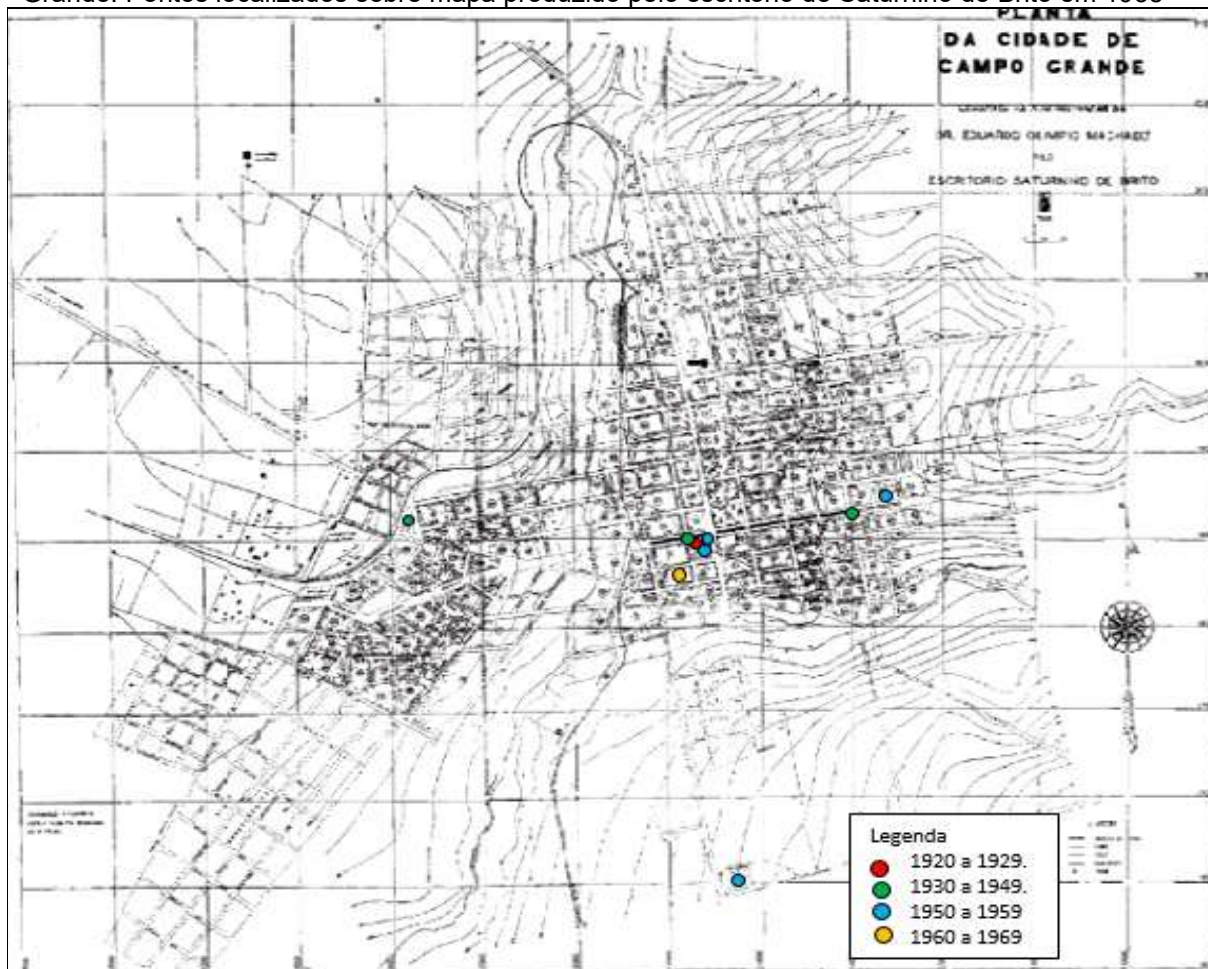
Alguns anos mais tarde, a Câmara Municipal de Campo Grande, prevendo o crescimento da população urbana, expandiu a área designada por Rocio e criou uma zona suburbana fora do plano de alinhamento, reservada para pequenas propriedades agrícolas que abasteceriam a cidade. Até a década de 1920, a área urbanizada estendia-se até o Córrego do Cascudo e a Estação Ferroviária. No leste, alcançava os antigos quartéis, com a Rua 13 de Junho, demarcando o limite (Le Bourlegat, 2000).

Dois grandes eventos impulsionaram o crescimento de Campo Grande. Em 1914, a conclusão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) conectou a cidade a Bauru, permitindo o transporte ferroviário de passageiros. O segundo marco foi a construção dos quartéis, iniciada em 1921. Essas obras levaram Campo Grande a se tornar, em 1934, a 9ª Região Militar, dando origem a uma série de projetos militares que se estenderam por várias décadas.

Em 1922, teve início a construção do Passeio Público, hoje conhecido como Praça Ary Coelho, onde foi erguido o primeiro monumento da cidade: um coreto no centro do espaço, que acabou sendo demolido em 1957. Em 1928, foi inaugurado um busto em bronze de João Pandiá Calógeras no Passeio Público, que é o monumento

Luminosa em 1957, substituindo o antigo coreto de 1922. Em 1969, a cidade contava com nove monumentos (Arguelho, 2022).

Figura 7 – Distribuição dos monumentos produzidos até a década de 1960 na área urbana de Campo Grande. Pontos localizados sobre mapa produzido pelo escritório de Saturnino de Brito em 1938

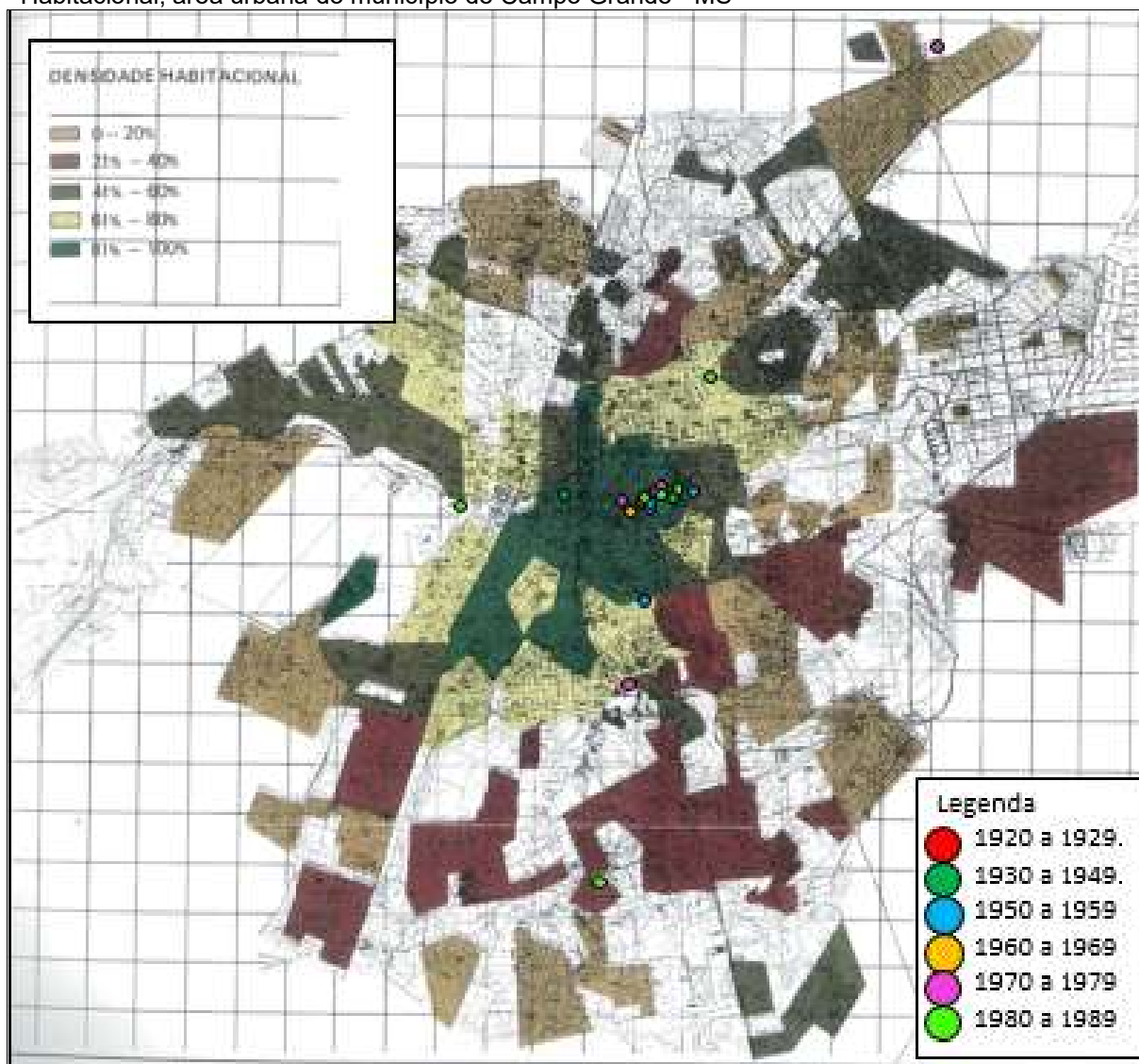


Fonte: Arca (1938).

Os monumentos até 1969 estão espacialmente refletidos no mapa de 1938, elaborado pelo escritório de Saturnino de Brito. A distribuição desses monumentos em Campo Grande revela uma concentração no centro econômico da cidade, com uma tendência leve no sentido leste-oeste, conforme a Figura 7. Notavelmente, nenhum monumento estava localizado ao norte, e o único ao sul era um monumento tumular no Cemitério Santo Antônio. Dos nove monumentos até 1969, quatro estavam na praça principal, indicando uma concentração de 44,4% nessa área de pouco mais de um hectare. É relevante notar que a Praça da Independência, atual Praça do Rádio Clube, não possuía monumentos até 1969 (Arguelho, 2022).

Nos dados censitários de 1970, Campo Grande apresentou um crescimento populacional cem por cento superior ao registrado em 1960, uma tendência que se repetiu nos censos subsequentes de 1980 e 1990 (Arruda, 2001). Na década de 1980, a Prefeitura Municipal realizou um levantamento aerofotogramétrico em 1988, resultando no *Perfil Socioeconômico de Campo Grande de 1989*, que incluiu um mapa temático da densidade habitacional. Esse mapa servirá como base cartográfica para distribuir os monumentos existentes até 1989 neste estudo.

Figura 8 – Monumentos criados até o ano de 1989 distribuídos sobre o Mapa de Densidade Habitacional, área urbana do município de Campo Grande - MS



Fonte: Planurb (1989).

Na década seguinte, Campo Grande viu sua população atingir 584.027 habitantes, segundo estimativas do Instituto de Planejamento Urbano (Planurb), baseadas em dados do IBGE. No entanto, o que trouxe à tona a desigualdade foi a promulgação, em 1995, da Lei Complementar n.º 5, que estabeleceu o *Plano Diretor* da cidade. A partir desse momento, o território urbano foi dividido em sete regiões para fins administrativos e de planejamento urbano, permitindo comparações de dados entre áreas que antes não eram acessíveis. Essas análises revelaram diversas disparidades entre as diferentes regiões urbanas.

Observando a Figura 8, fica evidente como a Praça do Rádio Clube e as imediações da Avenida Afonso Pena foram escolhidas como locais para implantar os monumentos. O centro da cidade, naquele momento, era a área mais densamente habitada, com uma densidade entre 81% e 100%, representada pela cor verde no mapa de 1988. Essa região central era cercada por uma área adjacente, representada em amarelo, com uma densidade entre 61% e 80% (Campo Grande, 1988). No entanto, ao compararmos a distribuição dos monumentos existentes na época com a densidade populacional, observamos uma clara concentração desses locais monumentais ao longo de um eixo leste-oeste, coincidindo com a Avenida Afonso Pena. Por outro lado, vastas áreas com densidades habitacionais entre 61% e 100% não tinham nenhum monumento em seus bairros ou praças.

Nesse novo contexto de comparação, foi possível observar que na década de 1990 ocorreu a implantação de dezoito novos monumentos em Campo Grande, dos quais três atualmente não mais existem. Entretanto, dentre os dezoito monumentos produzidos à época, quinze foram instalados na Região Urbana do Centro, o que representa 83,33% do total de monumentos erguidos naquela década em todo o município. Os outros três monumentos foram distribuídos em outras regiões urbanas, sendo dois na região do Prosa e um na região do Bandeira. É relevante ressaltar que um dos monumentos originalmente localizados no Centro, o busto de Tiradentes, foi transferido da Região Urbana do Centro para a Região Urbana do Prosa, devido à construção das novas instalações da Polícia Militar, visto que Tiradentes é o patrono da instituição.

Durante os anos 2000, segundo dados da Planurb (2020), a Região Urbana do Centro começou a apresentar uma redução na taxa média de crescimento anual de sua população. Bairros como Glória, Monte Líbano e Jardim dos Estados já

mostravam números próximos de zero, enquanto as maiores taxas de crescimento estavam concentradas nas demais regiões urbanas, especialmente nas proximidades do perímetro urbano. Destacam-se as regiões do Prosa, com uma taxa média de crescimento populacional superior a 10% ao ano, e Anhanduizinho.

Durante o período de 2000 a 2009, Campo Grande viu a inauguração de dezesseis novos monumentos dos quais atualmente 15 ainda existem. Os dezesseis monumentos produzidos naquela década foram distribuídos da seguinte forma: 56,25% deles foram implantados na Região Urbana do Centro, 12,50% na região do Anhanduizinho. E as regiões do Prosa, Lagoa, Bandeira, Segredo e Imbirussu inauguraram um monumento cada, o que representa 6,25% do total de monumentos para cada uma delas.

É crucial notar que, apesar dos indicadores de crescimento elevados nos bairros e das taxas próximas a zero na Região Urbana do Centro, o padrão de inauguração de monumentos nesta área central pouco mudou. Mesmo mostrando sinais de mudança gradual, essas inaugurações não acompanharam a expansão territorial nem atenderam a demanda da comunidade.

Na década de 2010, Campo Grande viu a inauguração de 10 novos monumentos. Entretanto, na mesma década, dois desses monumentos foram subtraídos por ações de vandalismo e por falta de manutenção do poder público, um era instalado na região Prosa e outro na região do Lagoa. Os dez monumentos criados estavam distribuídos da seguinte maneira: metade dos novos monumentos inaugurados na década foi instalada na Região Urbana do Centro. Três desses monumentos foram implantados na Região Urbana do Prosa, representando 30% dos monumentos produzidos na década, enquanto dois foram instalados na Região Urbana do Lagoa, 20% dos monumentos totais criados nos anos 2010.

É importante acrescentar uma informação. No fim década de 2010, já haviam sido produzidos em Campo Grande 67 monumentos. Entretanto, oito deles já haviam sido subtraídos ao longo do tempo e uma oitava subtração se daria na década seguinte. Diante disso, para uma melhor compreensão das relações entre as regiões urbanas e para que possamos desenvolver alguns comparativos necessários, foi elaborada a tabela contida na Figura 9, sendo importante informar que os dados nela apresentados desconsideram os monumentos subtraídos, para que a realidade atual seja mais bem evidenciada.

Figura 9 - Quadro da evolução por período dos comparativos da relação entre os monumentos, as áreas e a população das regiões urbanas e da área urbana do município de Campo Grande - MS. Períodos: décadas de 2010 e 2020, até o ano de 2024

Territórios	Período	Quantidade de monumentos	População total	Monumentos por grupo de 10.000 habitantes	Área em hectares	Monumentos por área de 1000 ha
Campo Grande (Área urbana)	Até 2019	57	774.202	0,73	35.302,78	1,61
	Até 2024	60	774.202	0,77	35.302,78	1,70
Região Urbana do Centro	Até 2019	38	71.037	5,34	2.011,50	18,89
	Até 2024	39	71.037	5,49	2.011,50	19,38
Região Urbana do Prosa	Até 2019	9	82.328	1,09	5.565,46	1,61
	Até 2024	10	82.328	1,21	5.565,46	1,79
Região Urbana Anhanduizinho	Até 2019	4	185.558	0,21	6.192,03	0,64
	Até 2024	5	185.558	0,27	6.192,03	0,80
Região Urbana do Lagoa	Até 2019	3	114.447	0,26	5.057,56	0,59
	Até 2024	3	114.447	0,26	5.057,56	0,59
Região Urbana do Bandeira	Até 2019	2	113.118	0,17	6.236,26	0,32
	Até 2024	2	113.118	0,17	6.236,26	0,32
Região Urbana do Segredo	Até 2019	2	108.962	0,18	4.497,50	0,44
	Até 2024	1	108.962	0,18	4.497,50	0,22
Região Urbana do Imbirussu	Até 2019	1	98.752	0,10	5.742,91	0,17
	Até 2024	1	98.752	0,10	5.742,91	0,17

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2019) e Planurb (2023).

É relevante destacar a proporção territorial entre a Região Urbana do Centro e a Região Urbana do Imbirussu. A partir desse confronto, descobre-se que o território do Imbirussu é 2,85 vezes maior que o território do Centro. No mesmo sentido, a população residente no Imbirussu é 1,39 vez maior que a do Centro. Assim, ao analisarmos a Figura 9, notamos que, no fim da década de 2010, a Região Urbana do Centro, apesar de menor e contando com menos moradores, já apresentava uma taxa de monumentos por habitante 7,31 vezes maior do que a observada na área urbana em geral. Comparando as relações da Região Urbana do Centro, com sua alta taxa de monumentos por habitante, e da Região Urbana do Imbirussu, com a menor taxa, revela-se uma desigualdade de 53,4 vezes.

Analisando agora a taxa de monumentos por mil hectares de área territorial, observamos que a Região Urbana do Centro apresenta uma taxa 11,73 vezes maior do que a média da área urbana do município. Enquanto isso, a Região Urbana do Imbirussu possui a menor taxa de monumentos por mil hectares de área territorial. Ao comparar essas duas regiões, percebemos uma desigualdade de 111,11 vezes entre elas.

Os dados apresentados na Figura 9 evidenciam não apenas uma distribuição espacialmente desigual dos monumentos, mas também uma falta de equidade na acessibilidade desses monumentos para os residentes de Campo Grande. A implantação de monumentos não tem sido orientada pelo princípio do direito igualitário de acesso para todos os cidadãos, mas tem sido tratada como um privilégio para alguns.

Nesse contexto, a distribuição desigual dos monumentos nas diferentes regiões urbanas de Campo Grande não é um fenômeno aleatório, mas resultado de processos de patrimonialização moldados por fatores ideológicos, políticos, sociais e econômicos, como destacado por Di Meo (2014) e ressaltado por Nora (1993), para quem os monumentos desempenham um papel fundamental na preservação da memória coletiva. A disparidade na distribuição desses monumentos segue padrões semelhantes de desigualdades presentes em outras áreas das grandes cidades contemporâneas, como infraestrutura, acesso a equipamentos e serviços urbanos.

Nos anos 2020, Campo Grande viu a inauguração de apenas três novos monumentos, destacando uma contínua política desigual na distribuição dessas estruturas pela cidade. Embora ferramentas de análise e decisão estejam disponíveis para o governo, os novos monumentos foram implantados de forma desigual: um na Região Urbana do Anhanduizinho, outro na do Prosa e o terceiro na do Centro. O Centro mantendo a maior taxa de monumentos por habitantes e por área territorial, sendo seguido pelo Prosa, que, apesar de apresentar menos monumentos que o Centro, mantém uma alta taxa se comparado com as demais regiões. O Anhanduizinho, embora tenha menos monumentos que os dois anteriores, também se destaca entre as outras quatro regiões urbanas.

Essa escolha evidencia uma tendência de concentrar as novas inaugurações de monumentos nas regiões urbanas que já se destacavam com as maiores taxas de monumentos por habitantes e por área territorial. Isso pode ser exemplificado no fato de que o mais recente monumento implantado em Campo Grande foi o Monumento à Rota de Integração Latino-Americana, inaugurado em 14 de setembro de 2023.

O monumento mencionado foi instalado na Região Urbana do Centro, especificamente na Praça do Rádio Clube, que já abrigava quatro outros monumentos. Com a adição do Monumento à Rota de Integração Latino-Americana, a Praça agora conta com cinco monumentos, além do equipamento cultural Concha

Acústica Família Espíndola. Esses cinco monumentos e o equipamento cultural estão situados em uma área de apenas 1,92 hectare. A taxa de monumentos por mil hectares de área territorial apenas na Praça é de 2.604,84, superando a soma de monumentos das regiões urbanas do Segredo e do Imbirussu juntas. Três das sete regiões urbanas de Campo Grande têm menos monumentos em seus territórios do que a Praça do Rádio. O mesmo padrão é observado na Praça Dr. Ary Coelho de Oliveira, também localizada na Região Urbana do Centro.

Após as inaugurações e subtrações de monumentos nesta década, Campo Grande conta agora com 60 monumentos. Um discreto declínio é percebido na comparação entre taxas em relação ao total anterior. Observando os dados da Figura 9, percebe-se que a disparidade entre as taxas de monumentos por habitantes na Região Urbana do Centro e em toda a área urbana do município praticamente se estabilizou, passando de 7,31 vezes maior na década de 2010 para 7,12 vezes maior na década de 2020, até o ano de 2024.

No entanto, ao compararmos as taxas da Região Urbana do Centro com as da Região Urbana do Imbirussu, que já possuía a menor taxa, menos monumentos e não recebeu novos monumentos na década de 2020 até o ano de 2024, notamos um aumento na desigualdade. Na década de 2010, essa disparidade era de 53,4, enquanto na década de 2020 até o ano de 2023 aumentou para 54,9, destacando uma tendência contínua de desigualdade.

Se considerarmos outro recorte, o de monumentos por área, os resultados não são muito diferentes. No que se refere à taxa de monumentos por milhar de hectare, a Figura 9 revela que a Região Urbana do Centro passou de 11,73 vezes maior que em toda a área urbana do município na década de 2010 para 11,4 vezes maior em 2020, até o ano de 2023. Se repetida a comparação entre as taxas de monumentos por milhar de hectare entre a Região Urbana do Centro e a Região Urbana do Imbirussu, revela-se um aumento da desigualdade de 111,11 vezes, observada na década de 2010, para 114 vezes, na década de 2020, até o ano de 2023.

5.6 Considerações finais e recomendações

Este estudo revela uma análise profunda sobre a distribuição dos monumentos em Campo Grande ao longo de várias décadas. Os dados apresentados

evidenciam uma clara desigualdade na implantação desses monumentos, com uma concentração significativa na Região Urbana do Centro, em detrimento de outras regiões urbanas da cidade.

Ao longo das décadas, essa desigualdade persistiu, mesmo com mudanças na taxa de crescimento populacional e outras variáveis urbanas. A Região Urbana do Centro continuou a receber a maior parte dos novos monumentos, enquanto outras áreas, como a Região Urbana do Imbirussu, foram negligenciadas nesse aspecto.

Essa disparidade na distribuição dos monumentos reflete não apenas questões acerca de representatividade, acesso à cultura e valorização dos diferentes territórios da cidade, mas também demonstra um planejamento urbano que ainda reflete o modelo de cidade moderna, monocêntrica e que privilegia este centro no processo de desenvolvimento urbano, incompatível com o planejamento urbano sustentável orientado pelas Organizações das Nações Unidas e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Estes, por sua vez, sugerem um planejamento integrado que parta dos bairros, nos moldes da “cidade de 15 minutos”, sendo, a partir da “quádrupla hélice”, composto por: governo, academia, empresas e do protagonismo das coletividades, locais que estes bairros poderão ser construídos socialmente.

Portanto, este estudo destaca a importância de uma abordagem mais equitativa na implantação de monumentos, levando em consideração não apenas as áreas centrais, mas também os bairros periféricos e as diversas comunidades que compõem a cidade. Essa abordagem mais inclusiva promoveria uma distribuição mais justa do patrimônio cultural e contribuiria para fortalecer a identidade e o senso de pertencimento de todos os habitantes de Campo Grande.

Os resultados deste trabalho apontam para a necessidade de algumas medidas mediante as problemáticas encontradas. Dessa forma, entende-se que os lugares de memória monumentais devam ser incluídos no *Plano Diretor* do município de Campo Grande, da mesma forma como os lugares de memória arquiteturais o são, sob uma categoria própria, com todos os monumentos discriminados e devidamente identificados, localizados e georreferenciados e que a eles sejam dirigidos dispositivos protetivos que garantam sua salvaguarda.

Diferente dos lugares de memória arquiteturas que surgem como obra de arquitetura e ganham imaterialidade e valoração com o avançar do tempo, os lugares de memória monumentais são criados para guardar em si a memória coletiva de um povo, já nascem valorados por meio de suas dimensões material, simbólica e funcional. Dessa forma, é possível prever, quando, onde, a quem eles homenageiam e principalmente onde serão implantados.

No caso de Campo Grande, é necessária a criação de regulamento para implantação de novos monumentos, possibilitando melhor distribuição desses bens culturais no território urbano do município, priorizando comunidades que tenham afinidade com a homenagem prestada. Assim, haverá identificação da comunidade com o monumento implantado, priorizando os territórios que tenham baixa taxa de monumentos por grupo de 100.000 habitantes e territórios que tenham baixa taxa de monumentos por milhar de hectare.

Quanto aos monumentos existentes, o Legislativo municipal deve reconhecer legalmente o acervo de monumentos como patrimônio de interesse público e, dessa forma, responsabilizar o Executivo pela salvaguarda desses bens culturais.

5.7 Referências

AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO - PLANURB. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande 2019**. 26 ed. rev. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2019. Disponível em: <<https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/sec-downloads/perfil-socioeconomico-de-campo-grande-edicao-2019/>>. Acesso em: 28 mai. 2024.

AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO - PLANURB. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. 30. ed. rev. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2023. Disponível em: <<https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/perfil-socioeconomico-de-campo-grande-edicoes/>>. Acesso em: 28 maio 2024.

ARGUELHO, Joelma Fernandes. **Marcos e Monumentos Históricos de Campo Grande**. 3. ed. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2022. Disponível em: <<https://prefcg-repositorio.campogrande.ms.gov.br/wp-cdn/uploads/sites/10/2022/10/digital-marcosemonumentos-sectur-prefcg-1666702588.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2024.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Parcelamento do Solo Urbano em Campo Grande**: visão crítica e roteiro legal. 1ª. ed. Campo Grande, MS: CopyMarket.com, 2001.

BUTTIMER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In.: Christofletti, A. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Campo Grande – PLANURB. **Perfil de Campo Grande. Unidade de Planejamento Urbano de Campo Grande**, Campo Grande, 1988.

CONSELHO DA EUROPA (2005). Convenção de Faro. In.: ICOMOS. **Canada French-Speaking Committee**. Charter for the preservation of Quebec's Heritage (Deschambault Declaration), 1982. Disponível em: <<https://www.icomos.org/en/support-us/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/192-the-deschambault-charter>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

DI MÉO, Guy. **Processos de Patrimonialização e Construção de Territórios. Geosaberes**: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO – PLANURB. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande 2002**. 9. ed. rev. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, abril 2002.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: Articulações Espaço-Temporais**. Orientador: Maria Encarnação Beltrão Spósito. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente -SP, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/items/c6b5287f-2631-416e-b665-e4b17930e3eb>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MACIEL, Maria Engracia Tranchez (org.). **Campo Grande: 100 Anos de Construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

MORAIS, Manuel Joaquim de. **O Município de Campo Grande em 1928**. Campo Grande, Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2 ed. 2013.

MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE. Câmara Municipal de Campo Grande - MS. Considera Patrimônio Histórico de Campo Grande MT. O Obelisco. **Lei Legislativa nº 100**, de 9 de setembro de 1975. Jornal Correio do Estado, Campo Grande MS, n. 6777, p. 5, 2 out. 1975.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. In.: **Les Lieux de mémoire**. I La République, Paris. Galimard, 1984, Proj. História, São Paulo, (10), dez, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. **A rua e a cidade: Campo Grande e a 14 de Julho**. 1. ed. Campo Grande, MS: UFMS, 2005.

ONU. Organização Das Nações Unidas. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Transformando Nosso Mundo**, 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 27 mai. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Dispõe sobre o tombamento do monumento símbolo da UFMS e dá outras providências. **Decreto Municipal n. 9.489**, de 10 de janeiro de 2006. Diogrande: Diário Oficial de Campo Grande, Campo Grande, MS: Prefeitura Municipal de Campo Grande, ano IX, n. 1.974, p. 3-4, 11 jan. 2006. Disponível em: <<https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/edicoes/?palavra=&numero=&de=01%2F01%2F2006&ate=31%2F01%2F2006>>. Acesso em: 28 mai. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) e dá outras providências. **Lei Complementar n. 341**, de 4 de dezembro de 2018. Diogrande: Diário Oficial de Campo Grande -MS, Campo Grande MS: Prefeitura Municipal de Campo Grande, ano XXII, v. suplemento II, n. 5.539, p. 1-89, 3 abr. 2019. Disponível em:

<https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/download_edicao/eyJjb2RpZ29kaWEiOiI0NTk4In0%3D.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) e dá outras providências. **Lei Complementar n. 341**, de 4 de dezembro de 2018. Diogrande: Diário Oficial de Campo Grande, Campo Grande, MS: Prefeitura Municipal de Campo Grande, ano XXII, suplemento II, n. 5.539, 89 p., 3 abr. 2019. Disponível em: <https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/download_edicao/eyJjb2RpZ29kaWEiOiI0NTk4In0%3D.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2024.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

6. DISCUSSÕES E RESULTADOS: REPRESENTATIVIDADE DOS LUGARES MONUMENTAIS EM CAMPO GRANDE

Este capítulo apresenta uma análise crítica sobre a desigualdade na representatividade dos monumentos da cidade, considerando as perspectivas do tempo, do território e das temáticas abordadas nos capítulos anteriores. Examina, ainda, como essas dinâmicas influenciam a relação entre os monumentos e a comunidade, destacando os aspectos de produtividade cultural e social desses espaços para a população. Com base nos dados coletados e em uma interpretação ancorada em fundamentos teóricos, o capítulo busca identificar os desafios e as oportunidades para uma gestão mais inclusiva e equitativa dos lugares de memória em Campo Grande, encerrando com as referências que sustentam as discussões apresentadas.

6.1 A desigualdade da representatividade nos monumentos em Campo Grande, sob as perspectivas: do tempo, do território e do tema

Conforme os resultados apresentados nos artigos 1 e 2, os monumentos em Campo Grande foram implantados ao longo dos séculos XX e XXI, seguindo uma distribuição heterogênea do ponto de vista temporal, espacial e ideológico. O primeiro monumento registrado data de 1922, localizado no então Passeio Público da cidade - atual Praça Ary Coelho. Tratava-se de um coreto, de natureza utilitária, com temática cultural, embora carregasse um evidente apelo político.

O artigo 1 identificou seis períodos distintos marcados por variações na quantidade de monumentos produzidos e nos temas homenageados. Já os locais de implantação — os *loci* — foram analisados no artigo 2. O primeiro desses períodos foi delimitado entre 1922 e 1939, abrangendo as décadas de 1920 e 1930. Nesse intervalo, os monumentos se concentraram principalmente na praça central ou em suas imediações, padrão comum em cidades de pequeno porte.

Dos cinco monumentos erguidos nesse período, três apresentavam caráter utilitário (sendo dois coretos e um relógio público), enquanto apenas dois possuíam finalidade exclusivamente memorial. As homenagens destes últimos estavam ancoradas em uma perspectiva ideológica de cunho político-militar.

Destaca-se, nesse período, a inauguração do primeiro monumento edificado em uma área suburbana de Campo Grande. Trata-se de um coreto, ainda existente, construído na Praça Cuiabá, localizada no Bairro Amambaí, o primeiro bairro suburbano da cidade, criado em 1921, em razão da instalação dos quartéis, conforme aponta Arruda (2001).

Embora na década de 1930 outros quatro bairros já tivessem sido oficialmente estabelecidos - como o Bairro Cascudo (atualmente São Francisco), o Bairro Planalto, o antigo Bairro Boa Vista (hoje incorporado ao Centro) e a Vila Glória (Arruda, 2001; Le Bourlegat, 2000) -, a presença de monumentos nesses territórios demorou a ocorrer. O Bairro São Francisco, por exemplo, recebeu seu primeiro monumento apenas em 2008, com a instalação da escultura de São Francisco de Assis. A Vila Glória, por sua vez, teve seu primeiro monumento na década de 1950: o túmulo de José Antônio Pereira. Este monumento, de caráter funerário, foi implantado no Cemitério Santo Antônio, localizado na própria Vila Glória, por ser o local de sepultamento do fundador da cidade. Já o Bairro Planalto, até o presente momento, não possui nenhum monumento.

Essas informações evidenciam que a força motriz para a instalação do primeiro monumento em uma região suburbana foi a presença militar, dado que o Bairro Amambaí era amplamente habitado por militares. O coreto ali instalado serviu como palco para apresentações de bandas e pronunciamentos públicos, conferindo dinamismo cultural e político à região. Em contraste, outros bairros criados no mesmo período enfrentaram longos intervalos até receberem seus primeiros monumentos.

O segundo período identificado corresponde à década de 1940, marcada por um hiato na criação de monumentos em Campo Grande. Inserido em um contexto de guerra e pós-guerra, esse intervalo não registrou a instalação de novas obras, resultando em uma década de estagnação na produção monumental da cidade.

O terceiro período, situado entre 1950 e 1959, teve início com um evento trágico que impactou fortemente a história local. Em 21 de novembro de 1952, o médico Ari Coelho de Oliveira - então prefeito de Campo Grande (1951-1952) - foi assassinado a tiros em um crime de motivação política ocorrido na cidade de Cuiabá. A comoção gerada por sua morte impulsionou a organização de uma campanha popular de arrecadação de fundos para a criação de um monumento em sua homenagem. O artista Luiz Ferrer foi contratado para desenvolver a obra, tendo

apresentado duas propostas: uma escultura de corpo inteiro e um busto do homenageado. Ambas as versões foram adquiridas, como registra Moraes (2024).

Assim, dos quatro monumentos criados na década de 1950, dois foram dedicados diretamente à memória de Ari Coelho, tendo como fato gerador o crime que resultou em sua morte. No entanto, outras ações também foram influenciadas por esse acontecimento. Segundo o jornal *Correio do Estado* (2012), a então denominada Praça da Liberdade passou por um processo de remodelação e foi reinaugurada em 1957 com o novo nome de Praça Ari Coelho. Como parte dessa reforma, o coreto de 1922 foi demolido, tornando-se, além de primeiro monumento construído em Campo Grande, também o primeiro monumento da cidade a ser removido, sendo substituído por uma fonte luminosa (Correio do Estado, 2012; Arca).

Do ponto de vista espacial, os monumentos do terceiro período mantiveram a tendência de concentração observada desde a década de 1930, com predomínio de implantações na praça central e arredores do centro econômico da cidade. Notou-se, porém, um leve esboço de expansão no eixo leste-oeste, tomando a Avenida Afonso Pena como referência principal. A única exceção a essa centralização foi o monumento tumular a José Antônio Pereira, instalado no Cemitério Santo Antônio, no Bairro Vila Glória.

O quarto período abrangeu as décadas de 1960 e 1970, sendo marcado por profundas transformações políticas e sociais no Brasil, como o Golpe Militar de 1964 e, posteriormente, a criação do estado de Mato Grosso do Sul em 1977. Essa mudança elevou Campo Grande à condição de capital estadual, impulsionando um expressivo crescimento demográfico (Arruda, 2001).

Apesar do contexto de grandes mudanças, o período resultou na construção de apenas cinco monumentos e na demolição de um, o Relógio Central, erguido em 1933. Entre os cinco novos monumentos, apenas um foi instalado na década de 1960, enquanto os outros quatro datam da década de 1970.

Todos os monumentos desse período foram concebidos com finalidades exclusivamente memoriais. Metade deles seguiu o padrão tradicional de homenagear figuras políticas. Contudo, observa-se o surgimento de uma diversidade temática, ainda que discreta. Dos três monumentos restantes, um celebrava os 70 anos da imigração japonesa; outro foi criado para marcar a instalação da Cidade Universitária,

sede da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e que mais tarde se consolidou como símbolo da instituição. O terceiro, intitulado A Família, homenageava os laços familiares sob a perspectiva dos pacientes em tratamento de hanseníase. Doado ao Hospital São Julião, esse monumento é, até hoje, o único localizado na zona rural de Campo Grande.

Do ponto de vista espacial, esse período reforça o padrão de concentração já identificado nas fases anteriores. Dos seis monumentos produzidos, quatro foram implantados na região central da cidade, seguindo uma configuração que evidencia a Avenida Afonso Pena como eixo estruturante e elemento de atração locacional. Dos dois monumentos restantes, um foi instalado no Bairro Pioneiros e o outro na zona rural de Campo Grande.

O quinto período analisado revelou-se especialmente rico e complexo, estendendo-se por duas décadas. De acordo com Arruda (2001), Campo Grande continuava a registrar um intenso crescimento populacional, com sua população dobrando a cada década. Iniciado em 1980, esse período abrange o processo de redemocratização do Brasil - com o fim da Ditadura Militar em 1985 -, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, em âmbito local, a aprovação do *Plano Diretor* de Campo Grande em 1995. Também, destaca-se o fortalecimento das pautas ambientais, impulsionadas por eventos como a ECO-92 (Rio de Janeiro) e a Habitat II (em Istambul, em 1996). O período se encerra em 1999 (Arruda, 2001).

Durante esse intervalo, observou-se uma expressiva elevação na produção de monumentos, configurando-se como a primeira e mais significativa expansão no registro histórico da cidade. Além do crescimento quantitativo, esse período também se destacou pela ampliação territorial das implantações e pela pluralização das temáticas e abordagens ideológicas, o que é especialmente relevante em um contexto democrático. Esses fatores tornam o período particularmente instigante para estudos futuros.

Ao todo, foram produzidos 24 monumentos nesse quinto período, número 4,8 vezes superior ao registrado no período anterior e 1,6 maior que a soma de todos os monumentos produzidos até então. Todos foram concebidos com finalidades exclusivamente memoriais. Seis dessas obras foram criadas na década de 1980 e as dezoito restantes na década de 1990. Trata-se, também, do período de maior diversidade temática e ideológica entre os seis estudados. Além das novas criações,

observou-se a subtração de um monumento, a escultura Cabeça de Boi (1992), e o deslocamento do busto de Tiradentes (1980), transferido da Região Urbana do Centro para a Região Urbana do Prosa.

A promulgação do *Plano Diretor* de Campo Grande em 1995 dividiu o território urbano em sete regiões urbanas para fins administrativos e de planejamento urbano. Tal ação possibilitou comparações de dados entre regiões, em diversas dimensões, demográfica, econômica, social, ambiental, entre outras. Entretanto, essa ferramenta não foi aplicada no ordenamento territorial, de forma que as escolhas dos locais de instalação de novos monumentos pudessem ser mais justas. Entretanto, hoje ela permite que análises revelem diversas disparidades entre as regiões urbanas, decorrentes do não ordenamento dessas escolhas, como, por exemplo, detectar que, dos vinte e quatro monumentos inaugurados neste período, dezenove - 79,16% do total - foram implantados na Região Urbana do Centro, sendo que nove destes equivalem a 47,37%, instalados, e referenciados pelo eixo leste-oeste definido pela Avenida Afonso Pena. Por fim, dois monumentos, dos nove referenciados pelo eixo leste-oeste, que correspondem a 22,22%, foram implantados na Praça do Rádio Clube, uma praça com área de apenas 1,92 hectare, que não corresponde a sequer a 0,1% da área do Centro, que por sua vez é a menor região urbana do município. Enquanto isso, os cinco monumentos restantes foram distribuídos em quatro das sete extensas regiões urbanas existentes na cidade.

A promulgação do *Plano Diretor* de Campo Grande, em 1995, resultou na divisão do território urbano em sete regiões urbanas, com o objetivo de orientar o planejamento e a administração da cidade. Essa divisão possibilitou a comparação de dados entre as regiões em diversas dimensões — demográfica, econômica, social e ambiental. No entanto, apesar de seu potencial, essa ferramenta não foi utilizada no ordenamento territorial voltado à instalação de monumentos, o que poderia ter promovido escolhas mais equitativas em termos de distribuição espacial e demográfica.

Atualmente, a existência dessas divisões territoriais institucionais permite identificar disparidades significativas entre as regiões urbanas, reflexo direto da ausência de critérios técnicos no processo de implantação dos monumentos. Um exemplo disso é que, dos 24 monumentos inaugurados durante esse período, 19 (o equivalente a 79,16% do total) foram implantados na Região Urbana do Centro.

Destes, nove (47,37%) estão localizados ao longo do eixo leste-oeste, definido pela Avenida Afonso Pena.

Dentre esses nove monumentos, dois (22,22%) encontram-se na Praça do Rádio Clube, um espaço público com apenas 1,92 hectare de extensão, o que representa menos de 0,1% da área total da Região Urbana do Centro, que por sua vez é a menor entre as sete regiões do município. Enquanto isso, os cinco monumentos restantes foram dispersos por quatro das demais seis regiões urbanas, todas substancialmente mais extensas que a região central.

O sexto e último período analisado é também o mais duradouro, com início no ano 2000 e extensão até os dias atuais. Esse intervalo é fortemente marcado pela ascensão da era digital, pela popularização dos computadores pessoais e, posteriormente, dos telefones celulares, além da universalização da *internet* e do crescimento exponencial da interatividade por meio das redes sociais. Tecnologias como a robótica e a inteligência artificial avançaram significativamente, moldando novas dinâmicas sociais, culturais e econômicas.

O período também foi atravessado por importantes acontecimentos geopolíticos e humanitários, como os atentados terroristas em Nova Iorque (2001) e Paris (2015), a Guerra ao Terror (2003–2010), a Guerra Russo-Ucraniana (desde 2022) e o recente recrudescimento do conflito israelo-palestino (desde 2023). Paralelamente, a comunidade científica tem alertado de forma crescente sobre a insustentabilidade dos atuais padrões de consumo e exploração dos recursos naturais, apontando consequências graves e iminentes para a vida no planeta.

Diante desse cenário, a Organização das Nações Unidas propôs inicialmente os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), em 2005; e, posteriormente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), em 2015, com o intuito de mitigar os impactos negativos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Ainda nesse contexto, o surgimento do vírus SARS-CoV-2 e a consequente pandemia de Covid-19, declarada em 2020 pela Organização Mundial da Saúde, impuseram profundos impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais em escala global.

É nesse panorama complexo e desafiador que se insere o sexto período, revelando uma tendência de desaceleração na produção de monumentos. Embora em termos absolutos tenha superado o período anterior, com a criação de 19 novos

monumentos, a maior contribuição numérica registrada até então. É importante destacar que esse crescimento vem ocorrendo de maneira decrescente ao longo das décadas.

Enquanto o quinto período havia apresentado uma trajetória de expansão contínua, passando de cinco monumentos na década de 1980 para dezenove na de 1990 (aumento de 380%), o sexto período inverte essa curva. Na comparação entre a década de 1990 e a de 2000, observa-se uma queda de 22,23% na produção. O declínio se acentuou ainda mais na década de 2010, com redução de 62,5% em relação à década anterior. Com base nos três monumentos inaugurados no primeiro quinquênio da década de 2020, projeta-se uma nova queda aproximada de 60% em comparação à produção da década de 2010.

Sob a perspectiva temática, a diversidade observada no período anterior, especialmente notável na década de 1990, ainda se manteve presente nos monumentos produzidos ao longo dos anos 2000. No entanto, ao longo do tempo, essa pluralidade foi progressivamente reduzida. Verifica-se um declínio na variedade temática e ideológica das homenagens, com a produção tornando-se gradualmente menos abrangente em relação aos diferentes grupos culturais e correntes de pensamento. Essa redução compromete, em certa medida, o potencial representativo dos monumentos no contexto urbano, limitando sua capacidade de refletir a complexidade e a diversidade da sociedade campo-grandense.

Quanto à distribuição espacial dos monumentos produzidos nesse período, observa-se um avanço relevante: a década de 2000 foi a primeira, e até então única, em que todas as regiões urbanas de Campo Grande receberam ao menos um monumento em seus territórios. Esse marco representa um passo importante em direção a uma maior equidade na alocação dos símbolos de memória na cidade. Ainda assim, persistem desigualdades significativas. No sexto período, verificou-se uma redução na concentração de monumentos na Região Urbana do Centro. Enquanto no quinto período essa região abrigava 79,16% das obras instaladas. No sexto, essa proporção caiu para 44,82% dos dezenove monumentos produzidos, evidenciando uma distribuição territorial mais equilibrada. No entanto, essa melhoria não elimina a assimetria existente, já que algumas regiões urbanas continuam com representatividade simbólica mínima. É o caso, por exemplo, da Região Urbana do

Imbirussu, que permanece com apenas um monumento em todo o seu território, revelando uma continuidade da negligência histórica nesse aspecto.

Figura 10: Síntese informativa dos monumentos de Campo Grande, categorizados por período, década, legado, grupos temáticos e natureza dos monumentos – 2024

Período	Década	Legado de monumentos deixados	Grupos Temáticos Abordados	Predomínio da natureza dos monumentos implantados:
Primeiro Período	1920	1	1	Utilitários
	1930	2	2	
Segundo Período	1940	0	0	Não se aplica
Terceiro Período	1950	4	2	Memoriais e consagratórios
Quarto Período	1960	1	1	Memoriais e consagratórios
	1970	6	4	
Quinto Período	1980	6	3	Memoriais e consagratórios
	1990	15	7	
Sexto Período	2000	15	6	Memoriais e consagratórios
	2010	8	3	
	2020	3	2	

Elaboração própria.

Figura 11: Síntese informativa dos monumentos categorizados por período, década, tendência de produção e distribuição predominante dos monumentos no território urbano da cidade de Campo Grande – 2024

Período	Década	Tendência observada na Produção de monumentos	Predomínio da Distribuição dos monumentos, por período e pelo Território Urbano.
Primeiro Período	1920	Ascendente	Agrupados no centro
	1930		
Segundo Período	1940	Estagnação	Não se aplica
Terceiro Período	1950	Ascendente	Agrupados ao centro
Quarto Período	1960	Ascendente	Agrupados ao centro, com concentração parametrizada à Av. Afonso Pena.
	1970		
Quinto Período	1980	Ascendente - ápice	Concentrados na Região Urbana do centro com parametrizada à Av. Afonso Pena.
	1990		
Sexto Período	2000	Ápice - descendente	Concentrados na Região Urbana do Centro porém com irradiações às outras regiões urbanas.
	2010		
	2020		

Elaboração própria.

Os resultados apresentados evidenciam uma desigualdade marcante nas três dimensões de representatividade analisadas: temporal, espacial e temática. O processo de produção dos monumentos em Campo Grande revela uma distribuição desigual ao longo do tempo, uma concentração geográfica desequilibrada e uma seleção temática limitada. Diante desse cenário, foram elaboradas sínteses informativas — ilustradas nas figuras 10 e 11 — com o objetivo de facilitar a retomada dessas informações de maneira simplificada e concisa.

6.2 Produtividade de monumentos para as pessoas

A desigualdade na distribuição de monumentos pela área urbana de Campo Grande é um assunto tratado no artigo 1º e aprofundado no artigo 2º, em que a distribuição dos monumentos foi contextualizada com fatores como o a expansão urbana da cidade, as densidades habitacional e demográfica e a extensões territoriais de suas regiões urbanas. Ficou claro que as tomadas de decisões para se implantar monumentos em Campo Grande ao longo do tempo não se pautaram em coerência espacial, visto que sempre privilegiaram o Centro da cidade. Após criadas as regiões urbanas, continuaram a privilegiar nessa distribuição a Região Urbana do Centro, em detrimento das outras regiões. A coerência populacional também não foi o que pautou a distribuição de monumentos, afinal não foi norteada segundo uma equidade distributiva que considerasse as áreas demograficamente mais representativas para que ali recebesse a implantação de novos monumentos. Sob essa perspectiva, seriam atendidas pessoas que formam um território.

Assim como ocorre no processo de implantação, também ocorre na eleição das temáticas que serão abordadas pelos monumentos, pois elas nem sempre se relacionam com os valores e a representação dos grupos que convivem no local onde o monumento está sendo implantado, tornando-o um artefato esvaziado de significância para a comunidade, acessório, supérfluo e sem poder de diálogo com a população. É por essa razão que todo monumento deveria ser localizado em um território que acolha a sua temática. Ao se pensar em produzir um monumento para um determinado local, seja a população envolvida no processo de escolha do homenageado, e seja considerado o fato de que aquela comunidade deseja ver-se eternizada sob forma de monumento localizado em um espaço público, que será compartilhado por aquela coletividade. Apenas dessa forma, os olhos interessados e cuidadosos garantirão a segurança desse monumento, pois moradores e

comerciantes, estabelecidos no entorno, irão zelar por algo que os representa, como defendido por Jacobs (2011). Assim, possa o lugar de memória ter sua patrimonialização garantida como preconizada por Di Meo (2014) (Jacobs, 2011; Di Meo, 2014).

Monumentos são mais que ornamentos, ou acessórios de embelezamento da cidade, não são supérfluos. Além de sua materialidade, possuem simbolismo e funcionalidade que auxiliam na construção da identidade local. Diferente dos lugares arquiteturais, que ganham imaterialidade e valorização com o avançar do tempo, os monumentos que se caracterizam como lugares monumentais são previsíveis por surgirem simbolicamente valorados e por se originarem com a sua função memorial pré-atribuída, razões pelas quais é possível prever, quando, onde e a quem eles irão homenagear. É possível, também, compatibilizar o tema ao local de implantação ou o local de implantação ao tema. Em razão dessas possibilidades, monumentos podem e devem ser planejados com a comunidade. Um monumento não deve ser imposto a uma determinada população ou a um lugar, monumentos precisam estar acessíveis às pessoas, não devem ser pensados como um objeto isolado, e devem estar conectados com as funções fundamentais e vitais da cidade. Devem ser pensados não apenas para que sejam acessados pelas pessoas, mas também para que as pessoas neles permaneçam porque se sentem bem e bem representadas e devem ser pensados para o pedestre, monumentos são para pessoas (Ghel, 2013; Nora, 1993).

Após analisados os monumentos existentes em Campo Grande, os resultados do artigo 2º concluíram que o Legislativo municipal deve produzir o reconhecimento de todo o acervo dos monumentos de Campo Grande como patrimônio de interesse público, responsabilizando legalmente o Executivo pela salvaguarda desses bens culturais. Segundo Jacobs (2011), a diversidade e o pertencimento são fontes promotoras da segurança cidadina. Por isso, promover vitalidade a esses lugares, por meio do incentivo da implantação de comércios, moradias e serviços próximos aos monumentos existentes, é fundamental para a proteção desses bens. Para a criação de novos monumentos, os resultados do artigo 2º apontaram para a necessidade da criação de um regramento para implantação de novos monumentos, que otimize a distribuição desses bens culturais pelo território urbano, considerando as pessoas que os ocupam, devendo os novos monumentos priorizar comunidades que já possuam

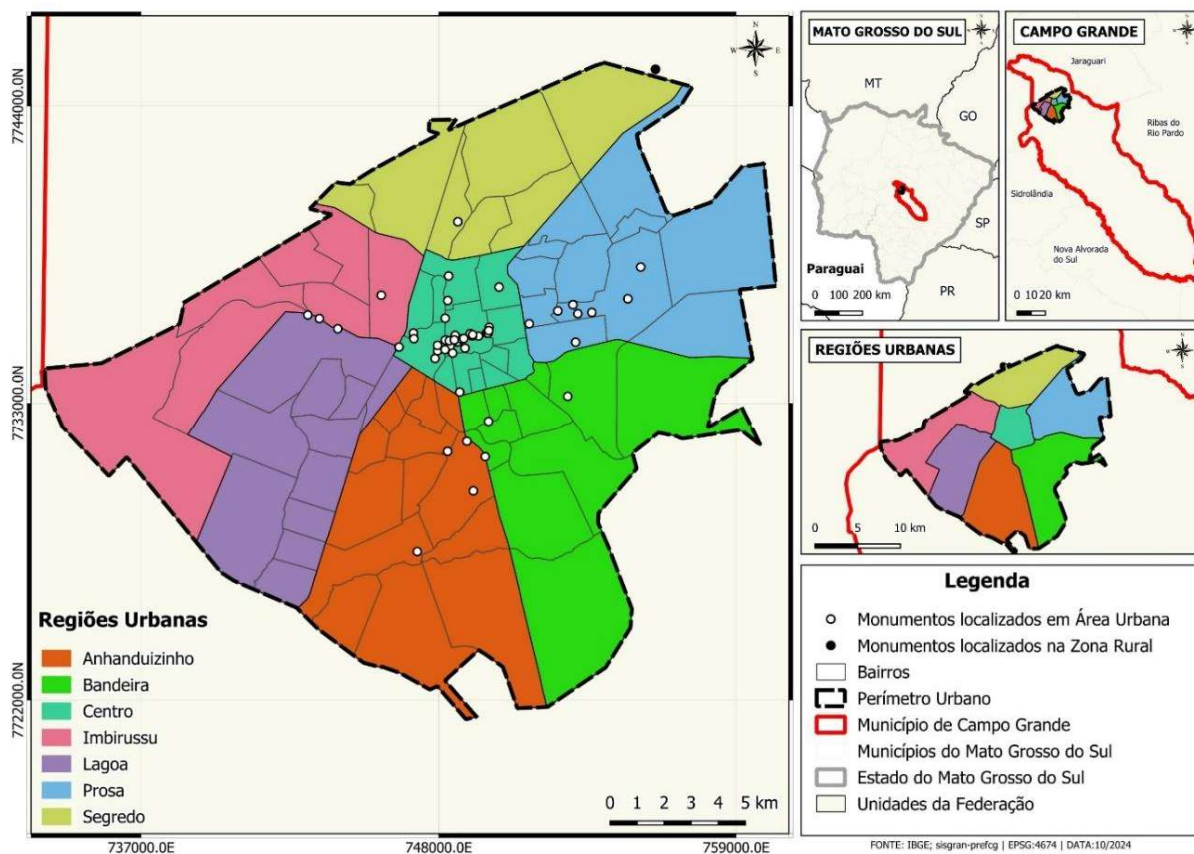
alguma afinidade com a homenagem a ser prestada pelo projeto, priorizar territórios que tenham baixa taxa de monumentos por grupo de 100.000 habitantes e territórios que apresentem baixa taxa de monumentos por milhar de hectare (Jacobs, 2011).

Os resultados do artigo 2º também apontaram para a necessidade de que todos os monumentos de Campo Grande fossem discriminados e devidamente identificados, localizados e georreferenciados, de maneira que isso possa contribuir de forma significativa para que a formulação de dispositivos protetivos direcionados a esses bens seja elaborada. Para que o comprometimento do poder Executivo em sua salvaguarda fique oficialmente garantido, essas ações também devem favorecer que políticas públicas de proteção a esses lugares de memória possam ser construídas, além de contribuir para que estes monumentos estejam inseridos em projetos de educação patrimonial. Em razão disso, este trabalho identificou, datou, georreferenciou e mapeou todos os monumentos de Campo Grande. Os mapas estão apresentados no corpo deste trabalho e os dados disponibilizados no Apêndice 3. Ao se efetuarem os estudos de georreferenciamento e produzir o mapeamento, descobriu-se se que um dos monumentos, até então descrito na literatura como urbano, na verdade, se localiza na zona rural de Campo Grande. Essa informação só foi possível ser obtida a partir da realização do mapeamento georreferenciado produzido neste trabalho, por essa razão o artigo 1º e o artigo 2º não fizeram referência a nenhum monumento localizado na zona rural. A partir do georreferenciamento, também foi possível a construção de um mapa mais exato da atual distribuição dos monumentos em Campo Grande, conforme apresentado na Figura 12.

O georreferenciamento é o processo de atribuir coordenadas geográficas a pontos específicos ocupados por um determinado objeto geográfico. Esse processo se utiliza de satélites, de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e possui como referência o Sistema Geocêntrico para as Américas (Sirgas 2000), sistema esse oficializado como referencial geodésico para o Sistema Geodésico Brasileiro por meio da Resolução 01/2005 do IBGE. Atualmente, órgãos públicos, obras de engenharia, registros fundiários e peças cartográficas adotam o georreferenciamento baseado no Sirgas 2000. Para executar o georreferenciamento, as coordenadas geográficas (latitude e longitude) de cada um dos monumentos foram obtidas com o auxílio de um aparelho GPS. Essas coordenadas possibilitaram a criação de um arquivo vetorial em

formato de pontos, permitindo análises espaciais detalhadas dos monumentos, como a determinação de sua localização precisa em relação ao perímetro urbano e às diversas regiões da cidade.

Figura 12: Mapa atualizado da localização dos monumentos urbanos e rurais em Campo Grande - 2024



Percebe-se, pelo mapa atualizado da localização dos monumentos urbanos e rurais em Campo Grande – 2024, mostrado na Figura 12, que os monumentos estão distribuídos sob a seguinte configuração, uma grande quantidade deles concentrada na área central. Notam-se, também, irradiações de menores quantidades e menor aglutinação sob forma de dois eixos em cruz. Estes sugerem um plano cartesiano, em que um eixo no sentido norte-sul se compatibiliza com a Avenida Costa e Silva/Avenida Calógeras/Rua 14 de Julho e se apresenta o menor adensamento de monumentos dos dois eixos. O outro eixo segue no sentido leste-oeste, e se compatibiliza com a Avenida Afonso Pena/Avenida Duque de Caxias, sendo este o mais adensado, os dois eixos se interceptam de forma quase ortogonal no Centro da

cidade. Também, fica claro que a densidade de monumentos diminui, tanto quanto se afasta do Centro. É perceptível que esses eixos criam quatro espaços que sugerem quadrantes, assim como ocorre em um plano cartesiano. Nesses espaços, é possível observar muito rarefeitas as ocorrências de monumentos, ainda é possível perceber que, referenciando-se pelos dois eixos supracitados, a porção leste da cidade conta com mais monumentos que a porção oeste e que as porções norte e sul guardam uma relação de paridade entre si. Essas relações de quantidades e distâncias revelam algumas implicações.

O artigo 2º já discutiu que segundo Buttimer (1985) o lugar vai além de sua dimensão espacial e que ele é essencialmente existencial e coletivo. Entretanto, Buttimer (1985) vai além e acrescenta que, para que ele se evidencie como tal, deverão nele estar contidos valores simbólicos, emocionais, políticos, culturais e biológicos. O mundo é percebido por cada indivíduo, referenciado a partir de si. Assim, os lugares vividos por cada um dispor-se-ão sob forma de diversos círculos concêntricos e sequenciais, de modo que na proximidade encontram-se os lugares vividos mais íntimos e pessoais, tais como, o quarto, a casa e a vizinhança. Neles, relacionam-se a própria personalidade, a família, amigos, vizinhos próximos e outras figuras importantes para as relações pessoais de cada um, à medida que os lugares vividos vão se posicionando mais distantes desse centro, ou seja, do indivíduo, vão tornando-se mais impessoais e coletivizados, por exemplo, o bairro, a cidade, a nação.

Para que a interpretação do espaço vivido pelo indivíduo, por um grupo ou comunidade se dê de forma que o espaço vivido seja acolhido por eles e nele construído a um lugar vivido, são necessários que três elementos estejam presentes. O primeiro é a relação intersubjetiva, que vem a ser interação entre os indivíduos e entre estes e o ambiente compartilhado. Lembrando que esse processo é orientado pela herança sociocultural do grupo e pelo papel assumido que cada um desempenha no mundo vivido cotidianamente. O segundo elemento é a relação do corpo-sujeito, que se trata das experiências, vivências e interações entre o sujeito e o mundo no qual ele está inserido. E o terceiro são os ritmos espaço-temporais ordenados pelo grupo, comunidade que vivencia o lugar vivido (Buttimer, 1985).

Assim, a relação intersubjetiva proporcionada às pessoas que convivem entre si, em pontos onde há maior adensamento de monumentos, constitui territórios a

partir de lugares vividos enriquecidos por esses lugares de memória com a plenitude de suas dimensões, material, simbólica e funcional, onde estão cristalizadas as memórias daquele grupo.

Em oposição a isso, a ausência de monumentos empobrece o lugar vivido pelas pessoas a ele vinculadas, empobrecendo a visão de mundo, prejudicando a autoestima desses grupos e limitando qualitativamente as experiências vividas por elas (corpo sujeito). Isso posto, acredita-se que através de políticas urbanas devam ser desenvolvidas ações estratégicas que fomentem serviços, como cultura, arte, gastronomia, lazer e entretenimentos em geral, pois tudo isso torna a vida urbana mais interessante, a base econômica local mais fortalecida e eficiente, além de favorecer o sentimento de proximidade, de compartilhamento, de inclusão e de animação.

Mediante o exposto, surgiu a proposição de aplicar conceitos da cidade de 15 minutos aos monumentos, pois neles estão contidas contribuições que podem tornar esse lugar vivido mais rico para uma parcela da população, atualmente excluída de um convívio mais íntimo com essas fontes simbólicas tão importantes para a memória e para o desenvolvimento de uma identidade coletiva. A cidade de 15 minutos define que territórios devam ser completos, de forma que as necessidades básicas sejam satisfeitas em um percurso de 15 minutos a pé ou de bicicleta. Entretanto, o que representam 15 minutos no espaço (Buttimer, 1985; Ghel, 2013; Moreno, 2024)?


Segundo o professor Otaviano Augusto Marcondes Helene, doutor em física pela USP², medianamente o comprimento das pernas de um adulto mede em torno de 1 metro. Ao aplicar fórmulas físicas e matemáticas específicas, ele demonstra que a velocidade confortável para um adulto realizar uma caminhada é da ordem de 1,0 metros por segundo, assim ele demonstra que um adulto percorre confortavelmente, em 15 minutos, uma distância de 900 metros. Em seu estudo, também comprova fisicamente que para que adultos e crianças caminhem juntos, confortavelmente para ambos, venceriam juntos em 15 minutos a distância de 765 metros.

² Disponível em:

<<https://axpfep1.if.usp.br/~otaviano/Andar.html#:~:text=Assim%2C%20a%20velocidade%20confort%C3%A1vel%20de,bem%20t%C3%ADpicas%20para%20seres%20humanos>>. Acesso em: 3 out. 2024.

O aplicativo *Google Maps* possui entre suas ferramentas métricas a “Distância”, que vem a ser um instrumento que se mede na cidade linearmente as distâncias entre dois ou mais pontos por meio de coordenadas geográficas. Outra ferramenta é a “Rota”, nesta ferramenta são considerados o percurso, o sentido das vias, para então aplicar a média de deslocamento entre dois pontos, considerando um modal de transporte pretendido para cumprir o trajeto. A “Rota” disponibiliza uma série de opções desses modais, dentre os quais se incluem a caminhada de um pedestre e a bicicleta.

Figura 13: Simulações de medição distâncias e tempo de percurso em deslocamentos por meio de caminhada entre monumentos

Simulação	Monumentos com distâncias e tempo de deslocamento medidos por simulação. Respectivas coordenadas geográficas em decimais	Distância linear em metros.	Distância de percurso medida em metros	Tempo de percurso estimado em minutos
				
1	Obelisco -20.462664905118153, -54.60859510535448 Busto de José Antônio Pereira -20.453872317791564, -54.58060664783372	1.100	1.100	15
2	Monumento Símbolo da UFMS -20.49812276406572, -54.61213753537541 Monumento busto de Harry Amorim Costa (Memorial Apolônio de Carvalho) -20.468466665047767, -54.61763078543476	1.010	1.200	16
3	Busto de Tiradentes -20.43882032366036, -54.55149867149915 Homenagem a Conceição dos Bugres -20.449480529758993, -54.555865498695276	1.260	1.500	20
4	Monumento ao Poeta Manoel de Barros -20.463537124299947, -54.61379591753921 Memorial Ferroviário	1.040	1.400	20

Fonte: *Google Maps*.

Blogs como o C40mais³ e o Atletis⁴ disponibilizam conteúdos aos adeptos e simpatizantes do ciclismo nas suas mais diversas manifestações, concordam entre si

³ C40mais (2024). Disponível em: <<https://c40mais.com.br/quanto-tempo-leva-para-andar-5-km-de-bicicleta/>>. Acesso em: 3 out. 2024.

que a velocidade média de uma bicicleta pode variar de 4,16 metros a 6,94 metros por segundo. Entretanto, ciclistas iniciantes ou que transitam pelas ruas da cidade, ruas de bairro ou parques não ultrapassam 5,55 metros por segundo. Por essas informações, alguém nessa velocidade, em 15 minutos, percorreria uma distância de 4.995 metros.

Nos percursos, existem muitas variantes, como quantidade de curvas, sinalização e semaforização, fluidez do trânsito e características inerentes ao ciclista, aplicando as ferramentas do *Google Maps*. Percebe-se que a “distância”, que mede linearmente distância entre dois pontos, é diferente da distância calculada pela “rota”, por esta considerar o percurso e suas variáveis, como o sentido das vias, quantidade de curvas, e aplicar a média de deslocamento em função do modal adotado na mobilidade.

Com auxílio dessas duas ferramentas, foi possível simular alguns deslocamentos entre um monumento e outro com uma distância média de três quilômetros entre eles (os resultados obtidos estão no Figura 14). As coordenadas geográficas informadas para qualquer monumento que compõe o Figura 14, quando inseridas no *Google Maps*, acessarão a localização do respectivo monumento.

As simulações apresentadas auxiliam na compreensão de que, caso um percurso seja vencido em um tempo médio de 15 minutos na cidade, este possibilitará que, se feito a pé, o pedestre percorra uma distância média de mil e cem metros. Se percorrido de bicicleta, o trajeto limite terá aproximadamente quatro mil metros. Entretanto, a distância linear entre o ponto inicial e o ponto final desse trajeto de deslocamento com bicicleta será de aproximadamente três mil metros. Essa medida define o raio de uma circunferência que representa os limites da área onde esse percurso estará inscrito. A mesma circunferência que representa o deslocamento de um médio apresentará um raio de mil metros, em função da distância linear média entre os pontos iniciais e finais dos deslocamentos, como se encontra representado na Figura 13 e na Figura 14.

⁴ Disponível em: <<https://www.atletis.com.br/aumentar-velocidade-ciclismo#:~:text=Qual%20a%20velocidade%20m%C3%A9dia%20de,a%20estrada%20e%20o%20ciclista>>. Acesso em: 4 out. 2024.

Figura 14: Simulações de medição distâncias e tempo de percurso em deslocamentos com bicicleta entre monumentos

Simulação	Monumentos com distâncias e tempo de deslocamento medidos por simulação. Respectivas coordenadas geográficas em decimais	Distância linear em metros.	Distância de percurso medida em metros	Tempo de percurso estimado em minutos
				
1	Monumento Jaguaretê -20.458303914448535, -54.590652696817955 Busto de Vespasiano Barbosa Martins 20.465969842078735, -54.618560077676314	3.030	3.300	12
2	Obelisco -20.462664905118153, -54.60859510535448 Cavaleiro Guaicuru -20.453872317791564, -54.58060664783372	3.000	4.100	15
3	Monumento aos Desbravadores -20.470346242242908, -54.62385383504478 Monumento ao Preto velho -20.49119649932558, -54.60456982587881	3.070	4.000	16
4	Monumento Símbolo da UFMS -20.49812276406572, -54.61213753537541 Monumento busto de Harry Amorim Costa (Memorial Apolônio de Carvalho) -20.468466665047767, -54.61763078543476	3.340	4.400	18

Fonte: Google Maps.

Essas distâncias lineares são importantes para imprimir a magnitude de área servida por cada monumento e mostra que a população localizada no interior desses círculos poderá acessá-lo por meio de uma caminhada em um tempo máximo de 15 minutos ou por um percurso máximo de 15 minutos com uma bicicleta. Na sequência, foram elaborados dois mapas que detalham a distribuição dos monumentos, e reconhecem as áreas de deslocamentos possíveis em 15 minutos.

O primeiro deles é o mapa temático da densidade de monumentos ao longo da área urbana e das regiões urbanas de Campo Grande, considerando a mobilidade de pedestres – 2024, disponível na Figura 15. E o segundo é o mapa temático da densidade de monumentos ao longo da área urbana e das regiões urbanas de Campo Grande, considerando a mobilidade ciclística – 2024, mostrado pela Figura 16.

Na elaboração desses dois mapas, foi aplicado o método de densidade de Kernel, uma técnica estatística que gera uma superfície de densidade ao redor dos pontos em uma área delimitada. Utilizou-se este método por ser muito utilizado em análises de comportamento de padrões geográficos. Através dele, foi possível identificar áreas de maior e menor concentração de monumentos, sob a forma de um mapa de calor, além de possibilitar a avaliação da densidade dos acessos a esses artefatos em função das distâncias percorridas a pé (1 km) e de bicicleta (3 km), proporcionando uma visão clara das áreas de maior acessibilidade aos monumentos, de acordo com os diferentes tipos de deslocamento (Câmara, Carvalho, 2004).

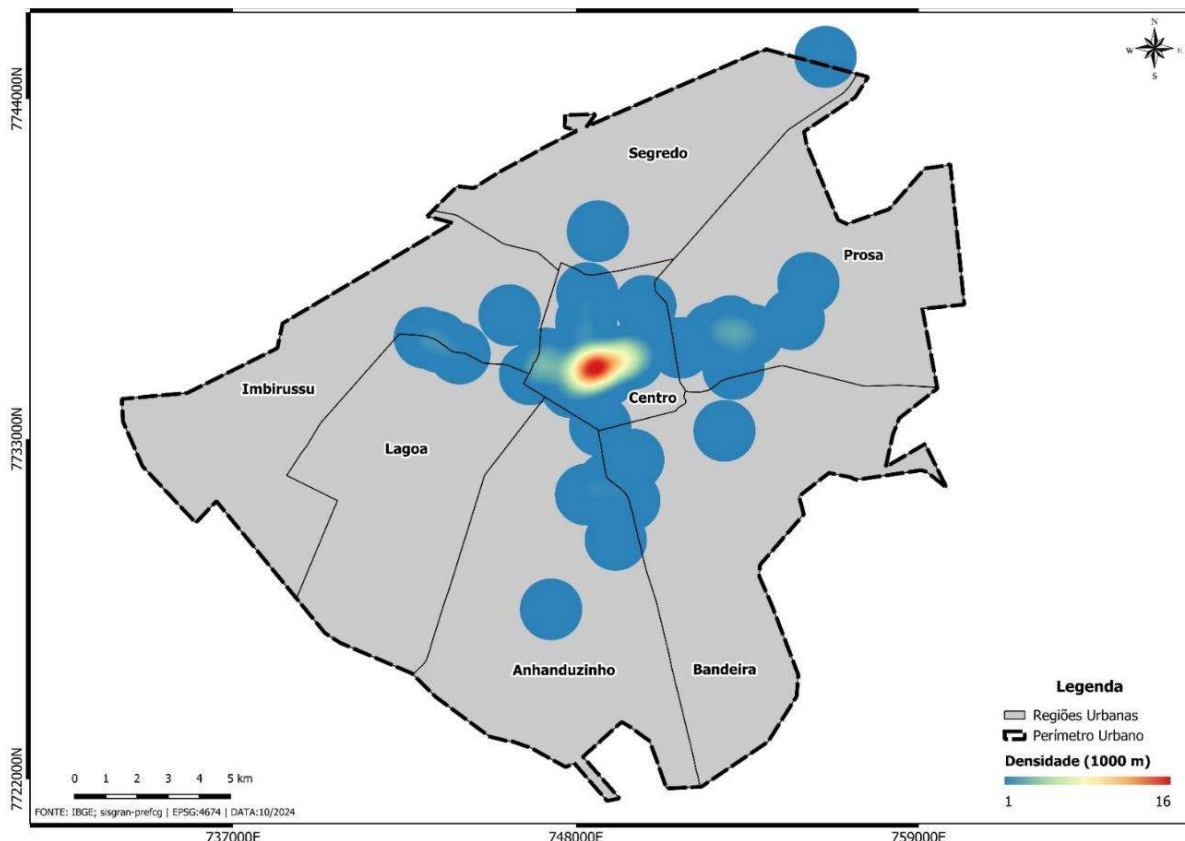
Desenvolvidos os dois mapas com suas respectivas circunferências, que representam a área de influência de cada um dos monumentos, o resultado revelou áreas de onde é possível se acessar pelo menos um monumento ao tempo de 15 minutos a pé, mostrado pelo mapa da Figura 15, ou de bicicleta, mostrado no mapa da Figura 16. Também, foi possível identificar no mapa respectivo ao modal representado em quais áreas consumir-se-á um tempo de deslocamento superior a 15 minutos para se acessar qualquer monumento (a menos que seja utilizado um outro meio de transporte necessariamente motorizado). Esse agravante de acesso para se chegar a esses bens culturais é imposto para a população local e desfavorece a fruição dessas pessoas aos lugares monumentais.

Concebidos como mapa de calor, os mapas estão representados graficamente sob uma escala de cores frias a cores quentes, e mostram a representação da menor ocorrência de monumentos simbolizados pela cor azul, sendo o extremo frio e representa a equivalência de valor de um monumento. Já a representação da maior ocorrência de monumentos se dá pela cor vermelha, imprimindo o extremo calor, representa a equivalência de valor de dezesseis monumentos, a maior ocorrência observada no território. Por fim, áreas coloridas em cinza representam localizações cujo acesso a um monumento dar-se-á em tempo superior a quinze minutos ou será acessado por um modal motorizado.

O mapa demonstrado na Figura 15 mostra áreas de influência dos monumentos que foram inseridos delimitados por uma circunferência com um raio de mil metros. Essa medida foi adotada em razão de esses entornos corresponderem a áreas de onde pedestres poderão acessar ao menos um monumento no tempo de quinze minutos através de uma caminhada. A seguir, no mapa mostrado pela Figura

16, também são mostradas áreas de influência semelhantes. Entretanto, estas simbolizam o entorno de onde se pode acessar ao menos um monumento por meio de modal de transporte ciclístico e são delimitadas por circunferências com raio de três mil metros.

Figura 15: Mapa da densidade de monumentos na área urbana de Campo Grande e das regiões urbanas, considerando a mobilidade de pedestres - 2024

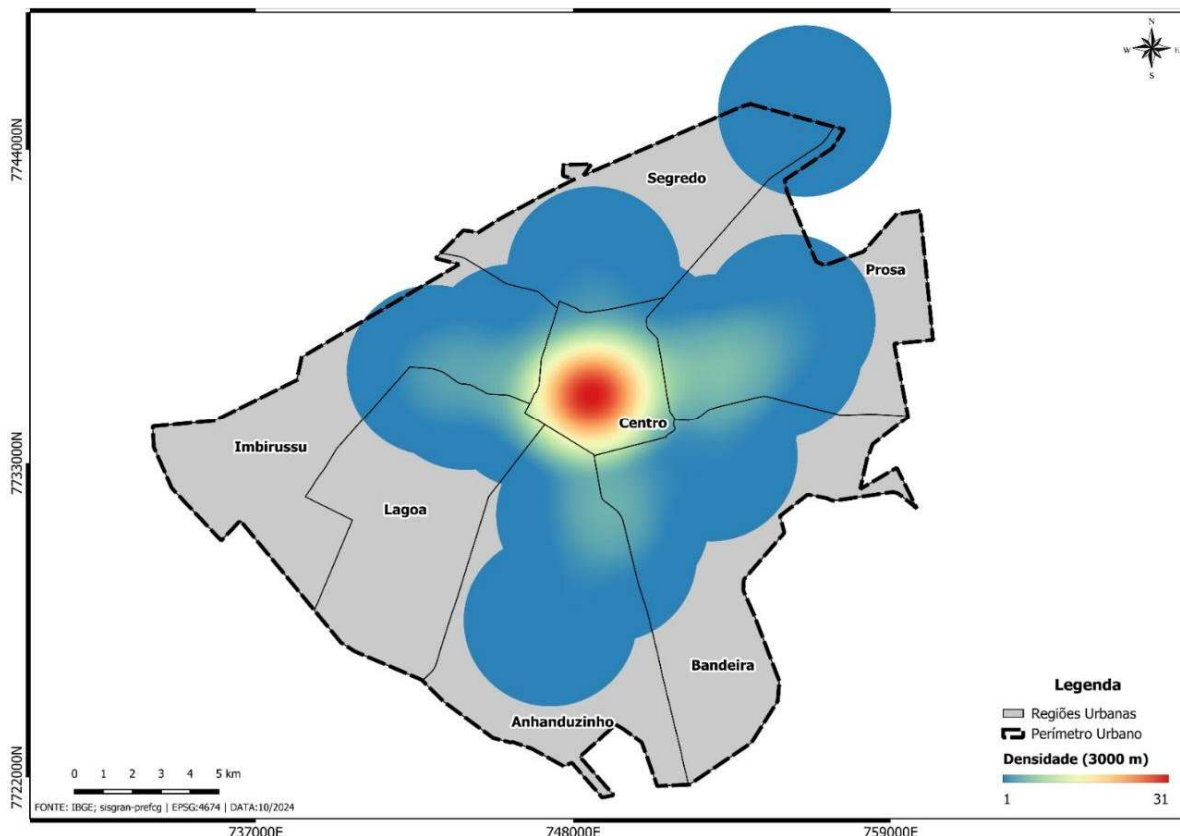


Elaboração própria. Fonte: IBGE, Sisgran-Prefcg.

A Figura 15 chama a atenção para um detalhe. A mancha vermelha que indica concentração de monumentos no centro do mapa representa um setor onde de qualquer ponto pode-se acessar um monumento à sua escolha, dentre dezesseis monumentos disponíveis, a uma caminhada de 15 minutos. E se essa mesma observação se somar à mancha anelar representada na cor laranja, a disponibilidade de monumentos ainda é alta, são doze monumentos disponíveis a uma caminhada de 15 minutos. No mapa da Figura 16, a mancha vermelha que indica concentração de monumentos no centro se amplia em função da diferença do modal de transporte, e quando ela é somada à área anelar alaranjada, abrange uma boa parte do território

da Região Urbana do Centro, indicando em toda essa área uma disponibilidade mínima de vinte e três monumentos disponíveis para serem visitados a um passeio de 15 minutos de bicicleta.

Figura 16: Mapa da densidade de monumentos na área urbana de Campo Grande e das regiões urbanas, considerando a mobilidade de ciclistas - 2024



Elaboração própria. Fonte: IBGE, Sisgran-Prefcg.

Essa particularidade presente nas duas áreas apresentadas revela um excelente potencial turístico na área de calor do mapa. Entretanto, para que seja bem explorado, necessita que se criem, publiquem e disponibilizem para a população rotas para visitação organizada a esses lugares monumentais. Esses roteiros devem ser informativos e adaptados a pedestres e a ciclistas, para que a população os explore tanto a pé quanto por meio de passeios ciclísticos. As rotas para pedestres, além de turísticas, também apresentam potencial e aplicabilidade ao lazer contemplativo e cultural, podendo ser utilizadas em experiências vivenciais em projetos de educação patrimonial, destinados a alunos e a professores em suas diversas atividades docentes, dada a riqueza de informações aglutinadas em reduzido espaço percorrido.

Os entornos representados na Figura 15 sugerem que as áreas de deslocamentos feitos por pedestres cobrem quase 85% da área da Região Urbana do Centro. Nos casos de deslocamentos ciclísticos, essa cobertura é de 100%, como mostrado pela Figura 16. Essas coberturas de acessos estão disponíveis a uma população de 71.037 habitantes (em números do Censo de 2010), em uma região que apresenta uma taxa de 20,38 monumentos por área de 1000 ha, revelando-se a região urbana com a maior cobertura desses acessos a monumentos. Em contraponto, a Região Urbana do Imbirussu, que havia se mostrado a região com a menor quantidade de monumentos e uma taxa de 0,44 monumentos por área de 1000 há, não é a região que ostenta a posição de menor cobertura acessível dentre as regiões urbanas, e sim a Região Urbana do Lagoa, com seus 114.447 habitantes (em números do Censo de 2010), demografia 1,61 vez superior à da Região Urbana do Centro, apresentando uma taxa de 0,79 monumentos por área de 1000 há.

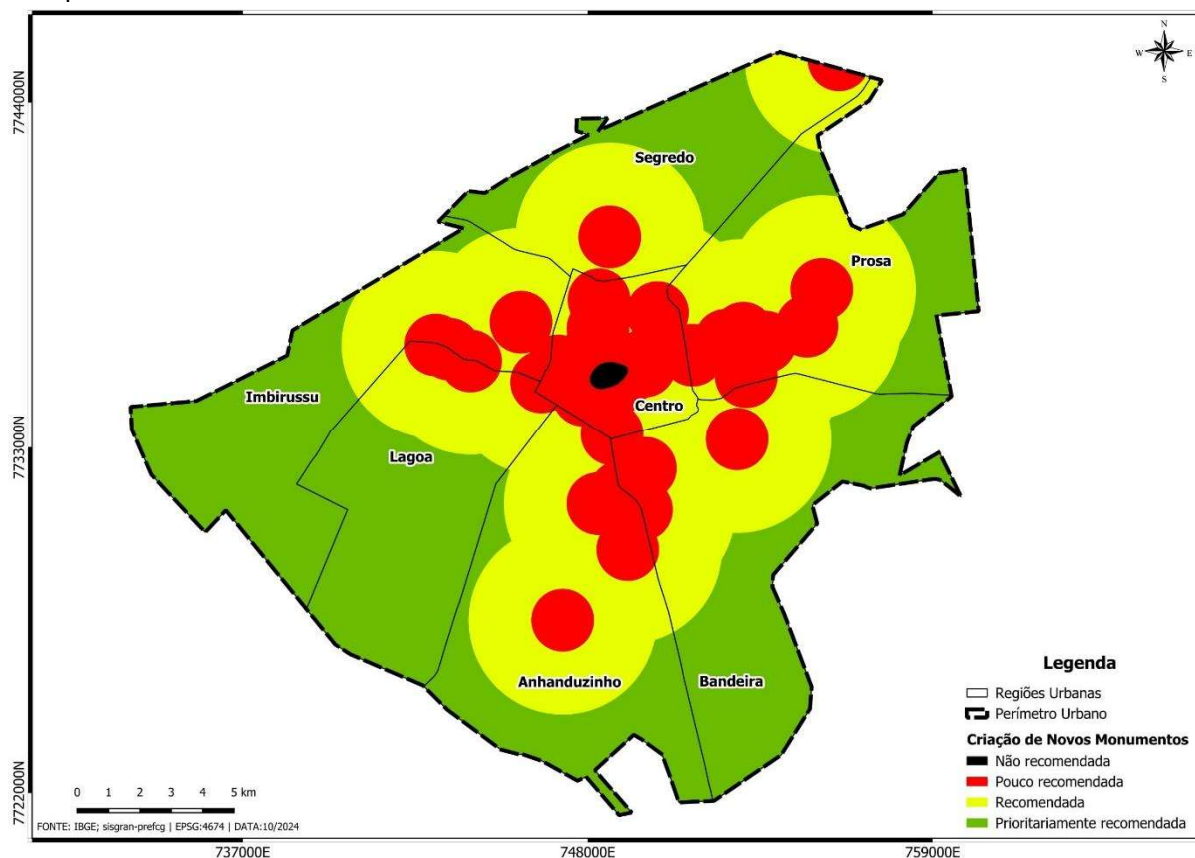
Isso se dá em razão de a Região Urbana do Imbirussu, com 98.752 habitantes (em números do Censo de 2010), ser influenciada por áreas acessíveis a monumentos de outras regiões urbanas vizinhas em seu território, o que não ocorre com a Região Urbana do Lagoa (isso pode ser observado tanto na Figura 15 quanto na Figura 16). Outra região urbana que apresenta baixa cobertura por áreas de deslocamentos feitos por pedestres é a Região Urbana do Segredo. Entretanto, quando alterado o modal para ciclístico, a cobertura acessível apresenta um comportamento mediano em relação a outras regiões urbanas, tais como, Bandeira e Imbirussu.

Isso posto, entende-se que a distribuição desses monumentos e as populações sem acesso simplificado a lugares de memória identificadas e localizadas por este estudo são elementos definidores e estruturantes para a criação de diretrizes de correções das distorções apresentadas e para nortear futuras instalações de novos monumentos. Em razão disso, foi elaborado um mapa temático mostrado pela Figura 17.

No mapa apresentado pela Figura 17, foram identificadas na cor preta as áreas de saturação de ocorrência de monumentos e que por esta razão não é indicada a implantação de novos monumentos. As áreas coloridas em vermelho são pouco recomendadas à instalação de novos monumentos, em razão de já contarem com cobertura de acesso que compreende ambos os modais estudados. A cor amarela

sinaliza as áreas onde a instalação de novos monumentos é recomendada, em razão de apresentarem cobertura de acesso apenas para o modal ciclístico. Por fim, o mapa apontou áreas onde, mais do que recomendada, a implantação de novos monumentos se mostrou necessária. Nas áreas em verde, a instalação de novos monumentos é prioritariamente recomendada. Afinal, monumentos não são simples adornos urbanos, eles cumprem uma função importante no lugar vivido, nas relações interpessoais e no território.

Figura 17: Mapa das recomendações para implantações de novos monumentos na área urbana de Campo Grande - 2024



Este capítulo procurou apresentar uma análise da distribuição temporal, espacial e temática dos monumentos em Campo Grande. Os dados revelam uma desigualdade significativa. A concentração de monumentos no centro histórico e a desconsideração da população local na escolha dos temas abordados evidenciam um processo de produção e escolha de locais que não refletem a diversidade da cidade.

Para reverter esse cenário, propõem-se a criação de rotas culturais que conectem os monumentos existentes e a implementação de novas obras em áreas sub-representadas. Ao adotar o conceito de cidade dos 15 minutos, é possível garantir que a população tenha acesso a esses bens culturais de forma mais equitativa, promovendo a valorização da história e da identidade local.

Além disso, é fundamental envolver a comunidade na escolha dos temas e locais para os novos monumentos, garantindo que eles sejam representativos da diversidade cultural e social da cidade. Essa participação ativa da população contribuirá para a criação de um patrimônio cultural mais justo e inclusivo.

6.3 Referências

- ARRUDA, A. M. V. História e formação urbana do bairro Amambá. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**. v. 5, n. 3. p. 11-30, dez. 2001.
- BUTTIMER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In.: Christofletti, A. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985.
- CARVALHO, M. S.; CÂMARA, G. Análise Espacial de Dados Geográficos. In.: Suzana DRUCK, S et al. (Ed.). **Análise Espacial de Dados Geográficos**. Brasília: EMBRAPA, 2004. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise/>>. Acesso em: 23 out. 2024.
- DI MÉO, Guy. Processos de patrimonialização e construção de territórios. **Geosaberes**: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- GHEL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed. 2014.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª edição. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2011.
- LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande**. Articulações Espaço-Temporais: Orientador: Maria Encarnação Beltrão Spósito. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente -SP, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/items/c6b5287f-2631-416e-b665-e4b17930e3eb>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MORAIS, Pedro Humberto Ferrer. **Luiz Ferrer de Moraes**: O esculptor: 1ª edição. Vitória de Santo Antão: Ed. Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão, 2024.

MORENO, Carlos. **Direito de cidade**: da "cidade-mundo" à "cidade de quinze minutos". Coimbra: Edições 70, 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Proj. História**, São Paulo, (10), dez, 1993. P.26. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**: Transformando Nosso Mundo, 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 27 mai. 2024.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pondera que monumentos são lugares com materialidade, simbologia, função e que ultrapassam a dimensão estética a eles comumente atribuídos. Devem ser entendidos como um lugar de permanência e de interações interpessoais e de convivência entre as pessoas e o ambiente. Monumentos não devem ser vistos apenas como elementos expostos para observação fugaz na paisagem. Nessa perspectiva, é necessário que o conceito acerca do entorno desses lugares seja repensado, pois lugares que ensejam agregar pessoas, e que delas buscam a permanência, devem ser pensados e projetados para essa finalidade, com preocupação voltada ao bem-estar dessas pessoas. Esses lugares são dotados de mobiliários e utilitários urbanos, sombreamento, iluminação, adotando a escala humana nos espaços e implantando esses monumentos em lugares acessíveis, próximos às pessoas e de seus espaços de vivência. Essas observações apontam para novos levantamentos que se projetam para uma nova e futura pesquisa.

A adoção dos conceitos de cidade discutidos pode valorizar os espaços vividos e os lugares monumentais estudados, de forma que estes se tornem mais ricos para uma parcela da população atualmente excluída de um convívio mais íntimo com essas fontes simbólicas tão importantes para a memória e para o desenvolvimento de uma identidade coletiva e tão necessárias para a territorialização.

Os estudos apresentados analisaram criteriosamente os monumentos de Campo Grande – MS e fundamentaram questões que foram discutidas ao longo deste trabalho. Esses lugares monumentais foram identificados, o processo produtivo desses bens ao longo da temporalidade histórica foi explicado, a diversidade temática desses bens foi distinguida, examinada e calculada, assim como analisada, comparada e criticada a distribuição desses lugares de memória pelo tecido urbano da cidade. Esses estudos conduziram à identificação de diferentes períodos históricos que influenciaram na produção desses monumentos. Essa produção se mostrou irregular, sob três aspectos: da quantidade de monumentos produzidos, das temáticas por eles abordadas e do lócus escolhido para a implantação desses bens culturais.

Sob a perspectiva da criação desses monumentos, uma análise identificou os períodos nos quais houve maior e menor contribuição na produção de monumentos no registro histórico de Campo Grande. Revelou, também, os períodos que apresentaram um processo produtivo crescente, período de estagnação em função de sua contribuição nula, períodos de ápice produtivo. Revelou que atualmente vivemos um período de declínio na produção de novos monumentos em Campo Grande.

Outra investigação feita, desta vez com foco direcionado às temáticas abordadas por meio desses monumentos, revelou que as escolhas temáticas apresentaram variações qualitativas e quantitativas ao longo do tempo, ora apresentando maior, ora menor diversidade temática. Ora os monumentos revelam predomínio de um determinado grupo temático, ora um outro grupo temático se fez predominante. Entretanto, os temas se mostraram sempre vinculados ao momento histórico de sua produção.

Foi elaborado um terceiro diagnóstico sobre os monumentos estudados, considerando o surgimento desses bens, relacionando-os ao processo de evolução urbana da cidade. Consideram-se, aqui, o local escolhido para a implantação de cada monumento e a distribuição do conjunto desses lugares monumentais pelo território urbano de Campo Grande. O resultado revelou grandes desigualdades entre as diferentes regiões urbanas em favor da Região Urbana do Centro. Essa desigualdade se mostra um fator desestimulante para o desenvolvimento local de alguns pontos desses territórios. Também, foi detectado que a lógica adotada para orientar a implantação desses monumentos não tem sido a ausência de monumentos em áreas urbanas desatendidas, nem pelo atendimento de regiões com relevantes grandezas demográficas desatendidas por monumentos. Predominantemente, as implantações de novos monumentos são orientadas pelo privilégio.

A pesquisa detectou também um déficit informativo acerca do conjunto de monumentos de Campo Grande. Diante disso, organizaram-se dados informativos acerca dos monumentos de Campo Grande. Esses dados foram registrados no transcorrer desse estudo. As informações contribuem tanto no tocante aos bens produzidos, embora já subtraídos e que deixaram de compor o patrimônio cultural da cidade, quanto nos produzidos e existentes. Os pontos onde os monumentos existentes estão implantados foram georreferenciados e suas coordenadas

encontram-se disponíveis no Apêndice 3. Foram identificados e mapeados pontos onde se observou alta densidade de monumentos, nesses locais foram identificadas potencialidades para o turismo e para a educação patrimonial. Em contraponto a isso, também foram mapeadas aquelas áreas onde a ausência de monumentos foi mais detectada. O trabalho discutiu de forma crítica os impactos causados por essa falta, não apenas para a paisagem, mas também na vida de pessoas, na intensidade do vínculo identitário e entre este e o seu lugar vivido, no prejuízo ao desenvolvimento do sentimento de pertença e construção da cidadania.

Foi exposto neste trabalho que os lugares monumentais, por nascerem valorados e com suas dimensões (material, simbólica e funcional) definidas, são dotados de uma natureza previsível, sendo possível projetar quando e a quem eles homenagearão, e principalmente onde serão implantados. Isso sinaliza que a política de patrimônio cultural necessita desenvolver critérios que sejam representativos, inclusivos e acessíveis para toda a população, sem os privilégios que têm imperado na implantação dos monumentos em Campo Grande. É importante que, para a um professor que leciona na Escola Municipal Frederico Soares, na Região Urbana do Imbirussu, seja possível acompanhar seus alunos por meio de uma curta caminhada a um monumento próximo, para uma aula de educação patrimonial, da mesma forma como isso é possível para um professor da Escola Arlindo Lima na Região Urbana do Centro. Isso permite uma educação patrimonial inclusiva.

Após estudo finalizado, os resultados foram analisados. Conclui-se que os objetivos gerais específicos deste trabalho foram alcançados.

Com relação às proteções devidas aos lugares monumentais da cidade, foram identificadas lacunas no *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande* (PDDUA). Frente a isso, faz-se recomendação, mediante os resultados obtidos por este estudo: é urgente e necessária a inclusão desses monumentos no *Plano Diretor* do município de Campo Grande, da mesma forma e com a mesma intensidade protetiva conferida aos lugares de memória arquiteturais, enquadrados como Zonas Especiais de Interesse Cultural 1 e Zonas Especiais de Interesse Cultural 2. Os lugares monumentais devem ser elencados sob uma categoria própria, guarnecidos por suas respectivas áreas de entorno, cabendo ao Legislativo municipal declarar oficialmente o interesse público desse acervo de monumentos como patrimônio cultural de Campo Grande. Deverão ser

disponibilizados dispositivos legais protetivos com previsão de penalidades ao seu descumprimento e, dessa forma, responsabilizar o Executivo pela salvaguarda desses bens culturais.

Nas políticas públicas para implantação de novos monumentos, deverão ser consideradas pelo menos as seguintes diretrizes: que a produção seja distribuída com equidade entre as regiões urbanas; que os novos monumentos produzidos tenham sua localização fundada na correção das desigualdades de oportunidades e de acesso experimentadas atualmente pela população; que as distorções entre as regiões urbanas, que foram observadas e relatadas neste trabalho, sejam atenuadas até que sejam eliminadas; que os futuros monumentos implantados devam ser disseminados e orientados por uma distribuição mais equitativa entre as distâncias dentro da região urbana; que os novos monumentos sejam concebidos de forma a compatibilizar sua abordagem temática harmonizada ao grupo que compartilha o território de implantação e que envolva a comunidade local no processo de escolha do objeto homenageado pelo lugar monumental implantado no território compartilhado. Recomenda-se que a regulamentação para implantação de novos monumentos possa ser orientada pelo mapa temático apresentado na Figura 17, compatibilizando com as seguintes prioridades: comunidades que tenham afinidade com a homenagem prestada pelo monumento implantado; áreas contidas em um raio de 100 metros de escolas públicas municipais e estaduais; bairros que apresentem baixa taxa de monumentos por grupo de 100.000 habitantes; e bairros que evidenciem baixa taxa de monumentos por milhar de hectare.

8 REFERÊNCIAS

- ARGUELHO, Joelma Fernandes. **Marcos e Monumentos Históricos de Campo Grande**. 3. ed. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2022.
- AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO - PLANURB. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 26 ed. rev., 2019. Disponível em: <<https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/sec-downloads/perfil-socioeconomico-de-campo-grande-edicao-2019/>>. Acesso em: 28 mai. 2024.
- AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO - PLANURB. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 30. ed. rev. 2023. Disponível em: <<https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/perfil-socioeconomico-de-campo-grande-edicoes/>>. Acesso em: 28 mai 2024.
- ARRUDA, A. M. V. **Parcelamento do solo urbano em Campo Grande**: visão crítica e roteiro legal. Campo Grande: Uniderp, 1997.
- ARRUDA, A. M. V. História e formação urbana do bairro Amambá. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**. v. 5, n. 3. p. 11-30, dez. 2001.
- ARRUDA, A. M. V. Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória. Campo Grande: Editora UFMS, 2006. 172 p.
- ARRUDA, A. M. V. **Raízes do Planejamento Urbano em Campo Grande e a Criação do Planurb**. Campo Grande: Edições do Autor, 2012.
- ÁVILA, Vicente Fideles. Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo e análise de conceitos. Interações – **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande: UCDB, n.1.v.1, 2000.
- BARANHA, Helena (Org.). **Patrimônio cultural**: conceitos e critérios fundamentais. Primeira Edição: IST Press e ICOMOS-Portugal Lisboa. 2016.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In; CORRÊA Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural**. 3 ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto. Art. 216. 1988
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/campo-grande.html>>. Acesso em: 21 out. 2024.
- BUTTIMER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: Christofletti, A. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

CABRAL, P. E. Formação Étnica e Demográfica. In: MACIEL, Maria Engracia Tranchez (org.). **Campo grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. 420 p.

CARSALADE, Flávio. Bem. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

CARVALHO, M. S.; CÂMARA, G. Análise Espacial de Dados Geográficos. In: Suzana DRUCK, S et al. (Ed.). **Análise Espacial de Dados Geográficos**. Brasília: EMBRAPA, 2004.

CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Campo Grande – PLANURB. **Perfil de Campo Grande. Unidade de Planejamento Urbano de Campo Grande**, Campo Grande, 1988.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 5. ed. São Paulo: Unesp, 2006.

Conferência Internacional sobre Conservação. **Carta de Cracóvia**: Princípios para a Conservação e o Restauro do Patrimônio Construído. 2000. Disponível em: <<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CONSELHO DA EUROPA (2005). Convenção de Faro. In.: ICOMOS. **Canada French-Speaking Committee**. Charter for the preservation of Quebec's Heritage (Deschambault Declaration). 1982. Disponível em: <<https://www.icomos.org/en/support-us/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/192-the-deschambault-charter>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

COSTA, C. Evolução Urbana. In: MACIEL, M. E. T. **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz, 1999.

CUCINOTTA, D.; VANELLI, M. **WHO Declares COVID-19 a Pandemic**. Acta Bio Medica Atenei Parmensis, v. 91, n. 1, p. 157-160, 19 mar. 2020.

CUREAU, Sandra et. al. (coord.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção de patrimônio cultural**. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

DELVIZIO, V.; MATIAS, R. Dimensão Paisagística e Impacto Ambiental: Avenida Afonso Pena e Subsistema Cultural. In: SILVA, Douglas Alves da et al. (org.). **Patrimônio Cultural em Mato Grosso do Sul**. São João do Meriti: Desalinho, 2022.

DI MÉO, Guy. Processos de patrimonialização e construção de territórios. **Geosaberes**: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 5, n. 1, ed. especial, 2014.

DIOGRANDE. Diário Oficial de Campo Grande - MS. **Lei Complementar n. 341**, de 4 de dezembro de 2018. 3 abr. 2019. Disponível em: <https://srcg.com.br/public/leis/lei_complementar_do_plano_diretor_de_campo_grande.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Livia. **Assassinato de Ary Coelho**: o mistério nunca desvendado. Correio do Estado, Campo Grande. 25 ago. 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. 1ª ed. São Paulo: LTC, 1981.

GHEL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed. 2014.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. (orgs.). **Guia básico de educação patrimonial**. 4. ed. 2009.

IBANEZ, Ignacio Gonzalez-Varas. **Conservación de bienes culturales: Teoría, historia, principios y normas**. Madrid: Cátedra, 2003.

ICOMOS. **Canada French-Speaking Committee**. Charter for the preservation of Quebec's Heritage (Deschambault Declaration). 1982. Disponível em: <<https://www.icomos.org/en/support-us/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/192-the-deschambault-charter>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO – PLANURB. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande 2002**. 9. ed. rev. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, abril 2002.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª edição. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2011.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Mato Grosso Do Sul e Campo Grande: Articulações Espaço-Temporais**. Orientador: Maria Encarnação Beltrão Spósito. 2000. 421 p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente -SP, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/items/c6b5287f-2631-416e-b665-e4b17930e3eb>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. 7. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2012.

MACIEL, Maria Engracia Tranchez (org.). **Campo grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

MARCOS, Martín. “**Jane Jacobs e a humanização da cidade**”. 04 Mai 2016. ArchDaily Brasil. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/786817/jane-jacobs-e-a-humanizacao-da-cidade>>. Acesso em 13 outubro de 2024.

MATO GROSSO. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. **Lei Complementar n. 31**, de 11 de outubro de 1977. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-31-11-outubro-1977-363968-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MORAIS, Manuel Joaquim de. **O município de Campo Grande em 1928**. Campo Grande, Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2 ed. 2013.

MORAIS, Pedro Humberto Ferrer. **Luiz Ferrer de Moraes**. O escultor. 1ª edição. Vitória de Santo Antão: Ed. Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão. 2024.

MORENO, Carlos. **Direito de cidade: da "cidade-mundo" à "cidade de quinze minutos"**. Coimbra: Edições 70, 2024

MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE. Câmara Municipal de Campo Grande - MS Considera Patrimônio Histórico de Campo Grande MT. O Obelisco. **Lei Legislativa nº 100**, de 9 de setembro de 1975. Jornal Correio do Estado, Campo Grande MS, n. 6777, p. 5, 2 out. 1975.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Proj. História**, São Paulo, (10), Dez, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de. **A Rua e a Cidade**: Campo Grande e a 14 de Julho. 1. ed. Campo Grande, MS: UFMS, 2005.

PLANURB. Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. 29. ed. Campo Grande: Planurb, 2022. Disponível em: <<https://prefcg-repositorio.campogrande.ms.gov.br/wp-cdn/uploads/sites/76/2022/03/perfil2022-prefcg-1661868320.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

ONU. Organização Das Nações Unidas. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Transformando Nosso Mundo, 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 27 mai. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) e dá outras providências. **Lei Complementar n. 341**, de 4 de dezembro de 2018. Diogrande: Diário Oficial de Campo Grande -MS, Campo Grande MS: Prefeitura Municipal de Campo Grande, ano XXII, v. suplemento II, n. 5.539, p. 1-89, 3 abr. 2019. Disponível em: <https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/download_edicao/eyJjb2RpZ29kaWEiOiI0NTk4In0%3D.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Campo Grande. Dispõe sobre o tombamento do monumento símbolo da UFMS e dá outras providências. **Decreto Municipal n. 9.489**, de 10 de janeiro de 2006. Diogrande: Diário Oficial de Campo Grande, Campo Grande, MS: Prefeitura Municipal de Campo Grande, ano IX, n. 1.974, p. 3-4, 11 jan. 2006. Disponível em: <<https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/edicoes/?palavra=&numero=&de=01%2F01%2F2006&ate=31%2F01%2F2006>>. Acesso em: 28 mai. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) e dá outras providências. **Lei Complementar n. 341**, de 4 de dezembro de 2018. Diogrande: Diário Oficial de Campo Grande -MS, Campo Grande MS: Prefeitura Municipal de Campo Grande, ano XXII, v. suplemento II, n. 5.539, p. 1-89, 3 abr. 2019. Disponível em: <https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/download_edicao/eyJjb2RpZ29kaWEiOiI0NTk4In0%3D.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Campo Grande. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) e dá outras providências. **Lei Complementar n. 341**, de 4 de dezembro de 2018. Diogrande: Diário Oficial de Campo Grande, Campo Grande, MS: Prefeitura Municipal de Campo Grande, ano XXII, suplemento II, n. 5.539, 89 p., 3 abr. 2019. Disponível em: <https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/download_edicao/eyJjb2RpZ29kaWEiOiI0NTk4In0%3D.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2024.

RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion Limited, 1976.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo; razão e emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHULZ, Sonia Hilf. **Estéticas Urbanas**: da pólis grega à Metrópole contemporânea. Rio de Janeiro: LTC, 2008 LTC, 2008.

SOUZA, M.A.A. **O lugar de todo mundo** – a geografia da solidariedade. Texto apresentado em seminário na Bahia, em junho de 1997, organizado pelo Programa de Pós-Graduação e pelo Departamento de Geografia da UFBA.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133369_por>. Acesso em: 11 out. 2014.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural, 2002**. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura brasileira**. Edições Unesco Brasil: Unesco, 2003. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000131873>>. Acesso em: 9 out. 2024.

VAN LONKHUIJZEN, Dirceu Maurício. Restauração e sua importância na preservação e conhecimento do patrimônio arqueológico. In.: SILVA, Douglas Alves da et al (org.). **Patrimônio Cultural em Mato Grosso do Sul**. São João do Meriti: Desalinho, 2022.

9 APÊNDICE 1 – QR Code de acesso à publicação: *Marcos e Monumentos Históricos de Campo Grande* - 3ª edição - revisada e ampliada.



ARGUELHO, J. F. **Marcos e Monumentos Históricos de Campo Grande**. 3. ed. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2022. Disponível em: <<https://prefcg-repositorio.campogrande.ms.gov.br/wp-cdn/uploads/sites/10/2022/10/digital-marcosemonumentos-sectur-prefcg-1666702588.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2024.

10 APÊNDICE 2 - Levantamento dos monumentos subtraídos no município de Campo Grande - atualizado em 2024

Nº	Monumento	Modo de supressão	Data de inauguração / Data de supressão	Endereço	Região Urbana	Coordenadas geográficas: latitude, longitude
01	Coreto Passeio do Público	Monumento demolido	Construção 1922, Demolição 1957	Praça Ari Coelho Centro, Campo Grande – MS 79002-071	Centro	-20.4632720921891, -54.61775035474264
02	Relógio público da Rua 14 de Julho	Monumento demolido	Construção 1933, Demolição 1970	Canteiros centrais da Avenida Afonso Pena com a Rua 14 de Julho Centro Campo Grande - MS 79002-331	Centro	-20.464066292513852, -54.61712989900145
03	Monumento Cabeça de Boi	Monumento demolido	1992 Construção 1992, Demolição 1996	Praça Cuiabá - Amambai, Campo Grande - MS, 79008-281	Centro	-20.463024345884822, -54.631558863707
04	Efígie em homenagem a Belmar Fidalgo	Monumento furtado	Construção 1994 Furto Década de 2010	R. Dom Aquino, 2537 Centro Campo Grande - MS 79002-183	Centro	-20.45984328726434, -54.60702677855744
05	Efígie em homenagem ao educador Luiz Alexandre de Oliveira	Monumento furtado	Construção 1994, Furto Década de 2010	Av. Pres. Ernesto Geisel, 4009 - Amambai Campo Grande -MS 79005-025	Centro	-20.46785755835439, -54.623210798434926
06	Monumento Dr. Fernando Correia da Costa	Monumento furtado	Construção 2005, Furto Década de 2010	R. Mal. Rondon, 451 Amambai, Campo Grande - MS 79008-000	Centro	-20.46140931429044, -54.627352560481434
07	Monumento em homenagem à Íris Ebner	Monumento vandalizado e furtado	Construção 1988 Vandalização e Furto Data não identificada	R. Silex, 14 Santa Fe, Campo Grande – MS 79021-090	Prosa	-20.44631966991825, -54.58188123411882
08	Monumento Ninhal	Monumento vandalizado e furtado	Construção 2012 Vandalização e Furto Data não identificada	Av. Afonso Pena, 2400 Parque dos Poderes Campo Grande - MS 79031-350	Prosa	-20.454995078604284, -54.563748751618974
08	Monumento Relógio das Flores	Monumento vandalizado vitimado pela falta de manutenção	Construção 2012 Vandalização Data não identificada	Av. Duque de Caxias, 1725 Vila Alba Campo Grande - MS 79008-002	Lagoa	-20.46419350620066, -54.645807139064495

Fonte: *Google Maps*; Arguelho (2022); atualização, levantamento e elaboração próprios.

11 APÊNDICE 3 – Levantamento atualizado dos monumentos existentes no município de Campo Grande – MS, com respectivos: região urbana, endereço e coordenadas geográficas (latitude e longitude) – 2024

Nº	Monumento	Região Urbana	Endereço	Coordenadas geográficas: latitude, longitude
1	João Pandiá Calógeras	Centro	Praça Ari Coelho Rua 14 de Julho – Centro Campo Grande - MS 79002-071	-20.464270109364303, -54.61635958001974
2	Coreto da Praça Cuiabá	Centro	Praça Cuiabá Amambaí, Campo Grande -MS 79110-000	-20.46337504170408, -54.63160141713044
3	Obelisco	Centro	R. José Antônio, 846 Vila Rosa Pires, Campo Grande - MS 79002-401	-20.462664905118153, -54.60859510535448
4	Monumento Póstumo do José Antônio Pereira	Centro	Av. Consolação, S/N Vila Santa Dorothéia, Campo Grande - MS 79004-020	-20.4814723, -54.6149063
5	Ary Coelho de Oliveira (escultura)	Centro	Praça Ari Coelho Rua 14 de Julho - Centro, Campo Grande - MS 79002-070	-20.46449469689014, -54.616385172964385
6	Ary Coelho de Oliveira (busto)	Centro	Av. Afonso Pena, 3297 Centro Campo Grande - MS, 79002-949	-20.46160804453873, -54.6057612070585
7	Fonte Luminosa	Centro	Praça Ari Coelho Rua 14 de Julho - Centro, Campo Grande - MS, 79002-071	-20.464728236991355, -54.61629120386355
8	Vespasiano Barbosa Martins (1969) Busto.	Centro	Av. Calógeras, 1678 - Centro, Campo Grande - MS, 79002-003	-20.465969842078735, -54.618560077676314
9	Monumento Símbolo da UFMS	Anhanduizinho	R. UFMS - Vila Olinda, Campo Grande - MS, 79050-010	-20.49812276406572, -54.61213753537541
10	Busto de José Antônio Pereira	Centro	Canteiro central da Avenida Afonso Pena esquina com a Av. Calógeras Centro, Campo Grande - MS, 79002-001	-20.464441883045925, -54.6192 8671073181

Continua

11	Vespasiano Barbosa Martins Estátua (1978).	Centro	Praça do Rádio Clube Av. Afonso Pena Centro Campo Grande - MS 79002-071	-20.462528998874234, -54.61121555412782
12	Monumento Comemorativo aos 70 anos da imigração Japonesa no Brasil	Centro	Praça do Rádio Clube Av. Afonso Pena Centro Campo Grande – MS 79072-444	-20.46212797349531, -54.61109178435844
13	Família de José Antônio Pereira	Anhanduizinho	Museu José Antônio Pereira, Av. Guaicurus, S/N Jardim Monte Alegre, Campo Grande - MS	-20.535238989027746, -54.62914637654815
14	Busto de Tiradentes	Prosa	Av. Des. Leão Neto do Carmo, 1203 Jardim Veraneio Campo Grande - MS, 79037-100	-20.43882032366036, -54.55149867149915
15	North American T-6	Lagoa	Av. Duque de Caxias, 3127 Santo Antonio Campo Grande - MS	-20.460918056130954, -54.65845274954412
16	Espaço Monumento Infinito	Centro	Praça do Rádio Clube Av. Afonso Pena, 2709 Centro, Campo Grande – MS 79072-444	-20.461875665191545, -54.611546439294486
17	Vibração Cósmica	Centro	Av. Afonso Pena, 3297 Centro, Campo Grande - MS, 79002-949	-20.46167016495834, -54.6052048349682
18	São João Bosco	Centro	Canteiro da Rua Amazonas, esquina com a Rua Maranhão Vila Gomes Campo Grande - MS 79002-280	-20.44620534119883, -54.60153401343802
19	Santo Antônio	Centro	Av. Calógeras, 1678 Centro, Campo Grande - MS, 79002-003	-20.46616281752871, -54.61860026099635
20	A Lua	Centro	Av. Afonso Pena Centro Campo Grande - MS 79002-071	-20.464156134589604, -54.62008944097886
21	Los Amantes	Centro	Morada dos Baís Av. Noroeste, 5140 Centro, Campo Grande - MS 79002- 071	-20.464161673323748, -54.62032526033611

Continua

22	Pedro Pedra	Centro	Praça do Rádio, Av. Afonso Pena, 2709 - Centro, Campo Grande - MS, 79072-444	-20.46262253931719, -54.61069068448646
23	Monumento ao Índio	Prosa	Parque das Nações Indígenas, Av. Afonso Pena, 6.581, Campo Grande - MS 79031-010	-20.454705610850926, -54.573509534539006
24	Lei de Deus – Os Dez Mandamentos	Centro	Rua 14 de Julho - Centro, Campo Grande - MS, 79002-071	-20.464676983987225, -54.61586838006184
25	Homenagem à Conceição dos Bugres	Prosa	Av. Waldir dos Santos Pereira, s/n - Parque dos Poderes, Campo Grande - MS, 79031-330	-20.449480529758993, -54.555865498695276
26	Espiral	Centro	Av. Presidente Ernesto Geisel, 4009, esquina com R. 26 de Agosto, Amambai - Campo Grande MS 79005-025	-20.46778463516971, -54.622992001757716
27	Preto Velho	Bandeira	Av. Fábio Zahran, 4578 - Jardim Paulista, Campo Grande - MS, 79050-218	-20.49119649932558, -54.60456982587881
28	Monumento aos Desbravadores	Centro	Av. Pres. Ernesto Geisel 3886 Amambai Campo Grande – MS 79005-025	-20.470346242242908, -54.62385383504478
29	Cabeça de Boi	Centro	Praça da Cabeça de Boi Av. Duque de Caxias, 24 Vila Planalto Campo Grande – MS 79100-400	-20.461955838416944, -54.63165357408585
30	Monumento das Araras	Centro	Praça das Araras Av. João Rosa Pires, S/N Amambai, Campo Grande - MS, 79008-281	-20.46387180400522, -54.63143885642555
31	Monumento aos Pracinhas	Centro	Canteiro da Av. Afonso Pena, em frente ao n.2270 Centro Campo Grande – MS 79002-074	-20.463682156827062, -54.6147280209284
32	Monumento da FEB	Centro	Praça Newton Cavalcante Av. Afonso Pena, com a Av. Noroeste. Amambai Campo Grande – MS 79013-292	-20.466703419915508, -54.63665672607667
33	Harry Amorim Costa (1999)	Prosa	Av. Afonso Pena, 7000 Cidade Jardim Campo Grande – MS 79031-010	-20.45420901024999, -54.56854675942474

Continua

34	Pantanal Sul	Lagoa	Praça Brigadeiro Faria Lima Aeroporto Internacional de Campo Grande Av. Duque de Caxias, 4451 Vila Serradinho Campo Grande - MS, 79101-901	-20.45644619244351, -54.669137513017205
35	Réplica do Relógio da 14 de Julho Renato Barbosa de Rezende	Centro	Canteiro Central da Av. Afonso Pena, com a Av. Calógeras Centro Campo Grande – MS 79004-380	-20.46435033303869, -54.618854835181786
36	Themis	Centro	R. da Paz, 500 Centro Campo Grande – MS 79020-250	-20.459702805243015, -54.60484002774581
37	Tia Eva	Segredo	Igreja de São Benedito Comunidade Quilombola Tia Eva R. Eva Maria de Jesus, 271 Jardim Seminário Campo Grande - MS, 79118-732	-20.424609223434583, -54.61647783429562
38	Cará	Bandeira	Lagoa de Itatiaia Rua Heitor Laburú em frente ao número 484 Jardim Itatiaia Tiradentes 79042-080	-20.482380990781756, -54.576658777159714
39	Cavaleiro Guaicuru	Prosa	Parque das Nações Indígenas Rua Prof. Luís Alexandre de Oliveira, 620 Vivendas do Bosque Campo Grande - MS 79021-430	-20.453872317791564, -54.58060664783372
40	O Aprendiz	Anhanduizinho	Rotatória da Av. Costa e Silva com a Av. Dr. Olavo Vilella de Andrade Vila Olinda Campo Grande - MS 79070 - 010	-20.50317919111552, -54.605567774809295
41	Harry Amorim Costa (2006)	Centro	Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho Av. Fernando Corrêa da Costa, 559 Vila Carvalho Campo Grande - MS, 79004-311	-20.468466665047767, -54.61763078543476

Continua

42	Memorial Francisco Anselmo de Barros.	Centro	Passeio público R. Barão do Rio Branco, 1223 Centro Campo Grande - MS, 79002-180	-20.46254154408924, -54.61684942103951
43	Praça Pantaneira	Centro	Paço Municipal de Campo Grande R. Vinte e Cinco de Dezembro, 230 Centro Campo Grande - MS 79002-061	-20.46078356473184, -54.60496561317056
44	Estátua do Papa	Imbirussu	Praça do Papa Av. dos Crisântemos, 457 Vila Sobrinho Campo Grande - MS 79110-580	-20.449507496812448, -54.643219561002866
45	O Beijo	Anhanduizinho	Rotatória da Av. Sen. Filinto Müller, com Av. Georges Chaia Vila Ipiranga Campo Grande - MS 79080-730	-20.501592334538703, -54.61890435093447
46	São Francisco de Assis	Centro	Paróquia São Francisco de Assis Rua 14 de Julho, 4213 Centro Campo Grande - MS 79010-470	-20.44274070436758, -54.61947633111194
47	Torii	Centro	R. dos Barbosas, 13 com Rua Dr. João Rosa Pires Amambai Campo Grande - MS, 79005-430	-20.465947683558454, -54.62304871540453
48	Monumento do Sobá	Centro	Feira Central Rua 14 de Julho, 3351 Centro Campo Grande - MS 79002-335	-20.45096478522974, -54.6196466514719
49	Índia Terena	Centro	Rua 26 de Agosto, 730 Centro Campo Grande - MS 79002-081	-20.46734662552268, -54.620362076036116
50	Marçal de Sousa e Marta Guarani	Prosa	Parque das nações indígenas, próximo ao Marco - Museu de Arte Contemporânea R. Antônio Maria Coelho, 6000 Vila Planalto Campo Grande – MS 79002-220	-20.451748931755407, -54.57527649153563

Continua

51	A Artesã	Centro	Praça dos Imigrantes Rua Rui Barbosa, com Rua Joaquim Murtinho Centro Campo Grande - MS 79072-444	-20.466768050540814, -54.61327097224173
52	Guampa de Tereré	Lagoa	Passeio público Aeroporto internacional de Campo Grande Av. Duque de Caxias, s/n Vila Serradinho Campo Grande – MS 79101-901	-20.45757007327056, -54.665031425453684
53	Manoel de Barros	Centro	Canteiro Central da Avenida Afonso Pena entre a Rua Rui Barbosa e a Rua Pedro Celestino Centro Campo Grande – MS 79002-362	-20.463537124299947, -54.61379591753921
54	Memorial Imigrante João Figueiredo	Prosa	Praça João Figueiredo R. José Maria Hugo Rodrigues, s/n Campo Grande - MS 79040-560	-20.464247485880158, -54.57416028333478
55	Memorial Ferroviário	Centro	Av. Calógeras, s/n Centro Campo Grande - MS 79004-383	-20.456874960186052, - 54.620464870219635
56	Memorial Relógio da 14	Centro	Canteiros Centrais da Avenida Afonso Pena com a Rua 14 de Julho - Centro Campo Grande - MS 79002-071	-20.464066292513852, -54.61712989900145
57	Cultura Paraguaia	Anhanduizinho	Associação Colônia Paraguaia. R. Ana Luísa de Souza, 654 Universitário Campo Grande – MS 79070-140	-20.514673639323707, -54.60958168908285
58	Jaguaretê	Prosa	Rua Paraná, Em frente ao número 160 - Santa Fé, Campo Grande - MS 79020290	-20.458303914448535, -54.590652696817955
59	Memorial RILA – Rota de Integração Latina Americana	Centro	Rua Padre João Crippa, 1293 - Centro, Campo Grande - MS, 79002-390	-20.462217999909814, -54.610645740047346
60	A Família	Rural	Hospital São Julião Rua Lino Villacha, 1250 Campo Grande, - MS 79017-200	-20.3727311, -54.5472988

Fonte: Google Maps; Arguelho (2022); atualização, levantamento e elaboração próprios.